

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS
PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO

O TERCEIRO SETOR COMO INSTRUMENTO PARA
MITIGAR AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS
NA CIDADE: O CASO DO MOVIMENTO “BORA!”
EM PARAÍBA DO SUL/RJ

LUCAS ESTEVES MENDES

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

**O TERCEIRO SETOR COMO INSTRUMENTO PARA
MITIGAR AS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS
NA CIDADE: O CASO DO MOVIMENTO BORA! EM
PARAÍBA DO SUL/RJ**

LUCAS ESTEVES MENDES

Sob a orientação da Professora
Dr^a. Diná Andrade Lima Ramos

e Co-orientação do Professor
Dr. Carlos Alberto Sarmento do Nascimento

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.
Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ
Junho de 2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M538t Mendes, Lucas Esteves, 1992-
O terceiro setor como instrumento para mitigar as
desigualdades socioespaciais na cidade: o caso do
Movimento "Bora!" em Paraíba do Sul/RJ / Lucas Esteves
Mendes. - Paraíba do Sul, 2025.
100 f.

Orientadora: Diná Andrade Lima Ramos.
Coorientador: Carlos Alberto Sarmento do
Nascimento.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2025.

1. Terceiro setor. 2. Desigualdade socioespacial.
3. Direito à cidade. I. Ramos, Diná Andrade Lima, 1975
, orient. II. do Nascimento, Carlos Alberto Sarmento,
1984-, coorient. III Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. IV.
Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**



TERMO Nº 589 / 2025 - PPGDT (12.28.01.00.00.00.11)

Nº do Protocolo: 23083.037373/2025-25

Seropédica-RJ, 11 de julho de 2025.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

LUCAS ESTEVES MENDES

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 30/06/2025

**CARLOS ALBERTO SARMENTO DO NASCIMENTO. Dr. UFRRJ
(Coorientador, Presidente da Banca)**

MARCIO SILVA BORGES. Dr. UFRRJ

CARLOS FREDERICO BOM KRAEMER. Dr. UFF

(Assinado digitalmente em 14/07/2025 11:57)

**MARCIO SILVA BORGES
DIRETOR DE INSTITUTO - TITULAR
IM (12.28.01.32)
Matrícula: 2692836**

(Assinado digitalmente em 16/07/2025 15:56)

**CARLOS FREDERICO BOM KRAEMER
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 071.715.697-48**

(Assinado digitalmente em 11/07/2025 11:28)

**CARLOS ALBERTO SARMENTO DO NASCIMENTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 102.362.987-98**

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **589**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **11/07/2025** e o código de verificação: **9faa7a729c**

À minha esposa Ana e aos meus filhos Marina e João por serem, sempre, combustível.

AGRADECIMENTOS

A jornada durante o Mestrado é desafiadora, cansativa e repleta de incertezas que permeiam todo o processo. Quando fui aprovado no processo seletivo tinha certeza que aprenderia muito e viveria experiências que agregariam no meu amadurecimento e evolução. Eu estava certo. Principalmente, quando, no meio do Programa, fui presenteado com o nascimento do meu filho João e precisava pegar horas de estrada para assistir as aulas em Seropédica e Nova Iguaçu depois de noites mal dormidas. Por mais cansativo que este período tenha sido eu sempre tive muita certeza que eu concluiria todas as etapas e isto faria toda diferença na minha vida pessoal e profissional.

E isto só aconteceu graças a todo o apoio que tive.

Agradeço primeiramente a Deus por tanta generosidade em permitir que eu continue alcançando meus objetivos com muita saúde e disposição.

Aos meus pais Carlos Henrique e Maristela por serem esteio forte que, até hoje, me norteiam no caminho do bem e da honestidade. Eles sempre me ensinaram que “a educação é a única coisa que ninguém nunca vai te tirar” e foram grandes incentivadores durante todo este processo.

Ao meu irmão Mateus por toda amizade, companheirismo e pré-disposição em sempre ajudar quando preciso.

À minha esposa Ana Beatriz por estar ao meu lado e me incentivar em mais esta batalha. Foram necessários momentos de privação de tempo e de dedicação à família para a conclusão da pesquisa e, muitas vezes, uma carga a mais para ela que sempre se manteve muito firme e dedicada à nossa família.

Aos meus filhos Marina e João que são combustível para tudo que eu faço. É por eles que nutro o meu maior amor e sempre os incentivarei no caminho do bem e da retidão.

À Professora Diná por ter aceitado ser minha orientadora no início do Programa, por toda sua dedicação e compromisso em compartilhar seu conhecimento durante minha orientação.

Ao Professor Sarmiento por ter se mantido ao meu lado, apoiando, incentivando e cobrando para que o trabalho fosse concluído. Agradeço toda orientação, direcionamento e compromisso em aceitar o desafio de assumir a minha orientação na reta final.

“Por mais escura que seja a noite, por mais dura que seja a batalha. Defenda o que estiver certo.” (Martin Luther King Jr)

RESUMO

MENDES, Lucas Esteves. O Terceiro Setor como instrumento para mitigar as desigualdades socioespaciais na cidade: o caso do Movimento Bora! em Paraíba do Sul/RJ. 2025. 100 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Palavras-chave: Desigualdade socioespacial. Terceiro setor. Vulnerabilidade socioeconômica.

Esta pesquisa busca analisar os impactos causados pelo terceiro setor na mitigação das desigualdades socioespaciais vivenciadas no interior das cidades. Para isto, observou-se a cidade de Paraíba do Sul/RJ e a atuação do Movimento Bora!, projeto social que atua em um dos bairros mais vulneráveis da cidade, o bairro Eldorado, ofertando atividades esportivas, culturais, capacitação profissional e promovendo intervenções pontuais no bairro. Além de evidenciar as vulnerabilidades do bairro e a consequente concentração de investimentos públicos em outros bairros da cidade, causando desigualdade socioespacial, a pesquisa busca demonstrar que uma nova governança que envolve atores não estatais é fundamental na formação de agendas e na elaboração de alternativas de políticas de geração de oportunidades e superação da pobreza. Para que estas políticas sejam efetivas e ganhem amplitude, parte-se do pressuposto de que é necessário aproveitar a base da construção realizada pelos projetos sociais nas comunidades para aumentar a chance de eficácia das soluções propostas. Metodologicamente a pesquisa foi desenvolvida através do método de abordagem indutiva com uma análise qualitativa que buscou entender e responder os questionamentos levantados através de referenciais teóricos e da observação participante para a coleta de dados. Além disso, foram realizadas análise documental e revisão bibliográfica para nortear e dar sustentação ao estudo. Os objetivos específicos se constituem em: a) analisar o contexto territorial e historiográfico de Paraíba do Sul/RJ e do bairro Eldorado; b) evidenciar a desigualdade socioespacial existente na cidade e a consequente direito à cidade para os moradores do bairro Eldorado; c) apresentar o Movimento Bora! desde seu surgimento, revelando as atividades ofertados e os trabalhos desenvolvidos a fim de revelar sua relevância no território; d) analisar os impactos e os resultados alcançados pelo Movimento Bora! a fim de mitigar as desigualdades e servir de base e parâmetro para a elaboração de políticas. Constatou-se a evolução e a importância do projeto no território em que se insere, apesar das instabilidades e desafios encontrados. Como resultados a pesquisa demonstrou a importância do terceiro setor na mudança de perspectiva, na criação de condições para prover dignidade às pessoas e em fazer aflorar o senso de pertencimento na comunidade para que, através de sua atuação, as desigualdades socioespaciais existentes na cidade sejam mitigadas. A pesquisa evidencia a importância do Estado fomentar o terceiro setor para que as ações ganhem escala e maior efetividade. Diante deste contexto evidenciou-se a importância do fomento e incentivo aos projetos do terceiro setor que estão ligados ao território e às comunidades através de um forte vínculo social e afetivo.

ABSTRACT

MENDES, Lucas Esteves. The Third Sector as a Tool to Mitigate Socio-Spatial Inequalities in the City: The Case of the Movimento Bora! in Paraíba do Sul/RJ. 2025. 100 pages. Master's Thesis (Master's in Territorial Development and Public Policies) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2025.

Keywords: Socio-spatial inequality. Third sector. Socioeconomic vulnerability.

This research aims to analyze the impacts caused by the third sector in mitigating the socio-spatial inequalities experienced within the cities. To do this, the city of Paraíba do Sul/RJ and the work of the Movimento Bora! were observed. This social project operates in one of the city's most vulnerable neighborhoods, Eldorado, offering sports and cultural activities, professional training, and promoting targeted interventions in the area. In addition to highlighting the vulnerabilities of the neighborhood and the consequent concentration of public investments in other neighborhoods, causing socio-spatial inequality, the research seeks to demonstrate that a new governance model involving non-state actors is fundamental in shaping agendas and developing alternative policies for creating opportunities and overcoming poverty. For these policies to be effective and gain broader reach, it is assumed that it is necessary to leverage the foundation built by social projects in the communities to increase the chances of success for the proposed solutions. Methodologically, the research was developed through an inductive approach with a qualitative analysis that sought to understand and respond to the questions raised using theoretical references and participant observation for data collection. Additionally, documental analysis and literature review were conducted to guide and support the study. The specific objectives are: a) to analyze the territorial and historiographical context of Paraíba do Sul/RJ and the Eldorado neighborhood; b) to highlight the socio-spatial inequality in the city and the resulting right to the city for the residents of Eldorado; c) to present the Movimento Bora! from its inception, revealing the activities offered and the work developed to demonstrate its relevance in the territory; d) to analyze the impacts and results achieved by the Movimento Bora! in mitigating inequalities and serving as a foundation and reference for policy development. The research concluded that the project has evolved and is important in the territory in which it operates, despite the instabilities and challenges faced. As a result, the research showed the importance of the third sector in shifting perspectives, creating conditions to provide dignity to people, and fostering a sense of belonging in the community so that, through its actions, the socio-spatial inequalities existing in the city can be mitigated. The research highlights the importance of the State in fostering the third sector so that actions can gain scale and greater effectiveness. In this context, the importance of fostering and encouraging third-sector projects that are closely connected to the territory and communities through strong social and emotional bonds was highlighted.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Métodos e expectativas dos objetivos intermediários da pesquisa.....	pág.19
Quadro 2 – Linha do tempo com a ordem cronológica dos acontecimentos mais relevantes do bairro Eldorado.....	pág.44
Quadro 3 – Principais características do bairro Eldorado.....	pág.45
Quadro 4 – Evolução do número de voluntários e alunos do Movimento Bora!.....	pág.66
Quadro 5 – Número de matrículas para 2025 do Movimento Bora!.....	pág.69

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Paineis de fotos do bairro Eldorado (obra inacabada no entorno da quadra de esportes; muro pichado por facções na praça do bairro; quadra de esportes em estado precário; resíduos sem a destinação devida).....	pág.06
Imagem 2 – Paineis de fotos de equipamentos públicos no centro da cidade (praça principal e quadra de esportes).....	pág.07
Imagem 3 – Mapa de parte do município de Paraíba do Sul com ênfase no bairro Eldorado.....	pág.08
Imagem 4 – Paineis de fotos das oficinas do Movimento Bora! (balé, alfabetização para adultos, confeitaria e reforço escolar).....	pág.09
Imagem 5 – Mapa do estado do Rio de Janeiro.....	pág.13
Imagem 6 – Mapa da cidade de Paraíba do Sul/RJ.....	pág.14
Imagem 7 – Ruas sem pavimentação, esgoto à céu aberto e equipamentos públicos mal conservados em outros bairros periféricos da cidade.....	pág.39
Imagem 8 – Sede da Associação Moçambique de Capoeira.....	pág.40
Imagem 9 – Paineis de fotos que revelam o abandono e a precariedade do local vulgarmente chamado de “mundo perdido”.....	pág.41
Imagem 10 – Relatório técnico que confirma as condições de risco e precariedade das habitações do bairro Eldorado.....	pág.42
Imagem 11 – Paineis de fotos que apresentam a fachada da Escola Melchor del Blanco (Eldorado) e da UBS Eldorado.....	pág.43
Imagem 12 – Creche Municipal do bairro Eldorado.....	pág.44
Imagem 13 – Quadra de areia sem rede, iluminação e proteção para evitar a entrada de animais (bairro Eldorado).....	pág.54
Imagem 14 – Estado de precariedade da quadra do bairro e do entorno com obra inacabada....	pág.55
Imagem 15 – Reportagem que noticiou a execução de dois jovens no bairro Eldorado.....	pág.56
Imagem 16 – Antes e depois do muro da praça do bairro Eldorado depois do mutirão realizado pelos moradores.....	pág.56
Imagem 17 – Quadras de areia e campo society no Parque Salutaris (centro) em ótimo estado de conservação.....	pág.57
Imagem 18 – Esgoto à céu aberto que corre aos fundos de um grande número de residências no bairro Eldorado, inclusive em locais próximos a plantações.....	pág.58
Imagem 19 – Voluntários do Movimento Bora! aplicando questionário junto à comunidade....	pág.63
Imagem 20 – Reportagem do jornal Página Oito que noticiou o crescimento e a importância do	

Movimento Bora!.....	pág.64
Imagem 21 – Participação do Movimento Bora! em feira local com a exposição e venda de ecobags e de peças de artesanato produzidas nas oficinas do projeto.....	pág.65
Imagem 22 – Pannel de fotos com a sessão de cinema ofertada pelo Movimento Bora! e a implantação da biblioteca comunitária.....	pág.67

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- (CEUS) – Centros de Artes e Esporte Unificados
- (CF/88) – Constituição Federal de 1988
- (COMPAZ) – Centros de Convivência da Paz
- (ENEM) – Exame Nacional do Ensino Médio
- (FMI) – Fundo Monetário Internacional
- (IBGE) – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- (IDEB) – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- (IDH) – Índice de Desenvolvimento Humano
- (INEPAC) – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
- (NADE) - Núcleo de Análise e Diagnóstico de Escorregamentos
- (ODS) – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- (ONG) – Organizações Não-Governamentais
- (ONU) – Organização das Nações Unidas
- (PIB) – Produto Interno Bruto
- (PNUD) – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- (UBS) – Unidade Básica de Saúde

Sumário

1. Introdução	1
1.1 Definição do problema da pesquisa.....	3
1.2 Delimitação do objeto.....	12
1.3 Justificativa e relevância.....	14
1.4 Objetivos.....	15
1.4.1 Objetivo geral.....	15
1.4.2 Objetivos específicos.....	15
2. Aspectos metodológicos	16
2.1 Suposições da pesquisa	16
2.2 Tipo e característica da pesquisa.....	16
2.3 Coleta e análise.....	18
2.4 Limites da pesquisa.....	20
3. Fundamentação e discussão teórica	20
3.1 Território e espaço: importância social no desenvolvimento das cidades.....	21
3.2 Vulnerabilidade social e o debate da proteção das comunidades.....	24
3.3 Direito à cidade como premissa para um desenvolvimento inclusivo, integrado e com mais oportunidades para todos.....	25
3.4 Desigualdade socioespacial.....	28
3.5 O terceiro setor e sua importância na luta por justiça social.....	30
4. Resultados e discussões.....	36
4.1 Contexto histórico e territorial de Paraíba do Sul e do bairro Eldorado.....	36
4.2 Desigualdade socioespacial na cidade de Paraíba do Sul.....	46
4.3 Movimento Bora! – Contexto historiográfico e surgimento do projeto.....	60
4.4 A possibilidade do desenvolvimento de políticas públicas através do que é realizado pelo Movimento Bora!.....	69
5. Considerações finais	76
6. Referencias bibliográficas.....	80

1.INTRODUÇÃO

A tônica da desigualdade que permeia as cidades brasileiras revela um contexto que limita liberdades individuais, inviabiliza o acesso à cidade e não garante direitos fundamentais aos indivíduos. Mesmo nos pequenos municípios é possível observar a discrepância de investimento, acesso a serviços e oportunidades entre pessoas em razão do seu endereço ou classe social. Diante do permanente estado de abandono dos lugares em condição de maior vulnerabilidade social e da inércia do Estado, os projetos e movimentos sociais, geridos pelo terceiro setor, assumem papel importante para produzir impacto através das suas ações e mitigar a desigualdade existente, podendo servir, inclusive, como base para formulação de políticas públicas que busquem promover um desenvolvimento amplo e incluyente.

Esta pesquisa busca analisar a atuação do terceiro setor¹, neste caso concreto do projeto social “Movimento Bora!”, que tem como objetivo contribuir para a diminuição da desigualdade socioespacial no município de Paraíba do Sul-RJ, através da oferta de atividades de suporte educacional, geração de oportunidades, esporte e cultura, no bairro Eldorado que é caracterizado como um dos bairros mais vulneráveis da cidade.

A cidade está classificada em 52º no ranking do PIB² *per capita* do Estado, que é composto por 92 municípios. E, de acordo com o IBGE (2021), ocupa o último lugar quando o recorte é a região geográfica imediata³. Mesmo com os baixos índices apresentados pelo Município, no que tange à economia local, existem bairros da cidade que são ainda mais vulneráveis e carentes de oportunidades.

Presume-se que a distribuição espacial das populações urbanas não é aleatória e sua dinâmica dá origem ao processo de desigualdade existente, tendo em vista que as pessoas em situação de vulnerabilidade social, na maioria das vezes, habitam em regiões periféricas e possuem dificuldade no acesso ao emprego, à estrutura urbana e a equipamentos públicos de qualidade. Esse processo de construção das cidades e movimento populacional caracteriza a desigualdade socioespacial dentro das cidades, que pode ser constatada, além de outros fatores, na disparidade da qualidade do serviço prestado em diferentes bairros, fazendo com que os moradores das comunidades mais vulneráveis

¹ Terceiro Setor é o nome que se adotou para designar as instituições que não fazem parte do Estado e nem do mercado. Estariam em um terceiro setor que corresponde à sociedade civil organizada.

² O Produto Interno Bruto (PIB), no Brasil, é calculado pelo IBGE e corresponde ao somatório de todos os produtos finais da economia de uma determinada região (no caso desta pesquisa, de uma cidade). Para cálculo são considerados somente os bens e serviços que chegam até o consumidor.

³ A região geográfica imediata, conforme o IBGE, compreende 4 municípios do centro sul-fluminense, quais sejam: Areal, Levy Gasparian, Paraíba do Sul e Três Rios. Em comparação aos outros três municípios, Paraíba do Sul se classifica em último lugar no ranking do PIB *per capita* na Região. Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraiba-do-sul/panorama> Acesso em 01 de dezembro de 2024.

sejam estigmatizados e tenham maior dificuldade de acessar a cidade em sua plenitude, como é o caso de quem vive no bairro Eldorado, já que ao compará-lo com outros bairros da cidade será possível observar a discrepância de investimento e de oferta de serviços públicos.

Em contraponto à ineficiência do Estado em mitigar a desigualdade social através de políticas públicas e ações concretas e duradouras, o terceiro setor surge como alternativa para que territórios mais vulneráveis sejam contemplados por ações que gerem desenvolvimento e oportunidades. Diante do que será analisado neste estudo, será possível identificar os impactos causados pelo trabalho desenvolvido pelo “Movimento Bora!”, em Paraíba do Sul, e as possibilidades de utilizá-lo como base para a elaboração de políticas que visem combater a pobreza e a desigualdade nas cidades.

A pesquisa está organizada em cinco seções: 1. Introdução, que abrange: definição do problema de pesquisa, delimitação do objeto, justificativa e relevância do tema e objetivos geral e específicos; 2. Aspectos metodológicos, onde, além de destacar a suposição trabalhada na pesquisa, são evidenciadas as formas que esta foi realizada, seu tipo, características e os limites encontrados; 3. Fundamentação e Discussão Teórica, onde são trazidos institutos fundamentais para nortear a discussão, como: espaço e território; vulnerabilidade social; direito à cidade; desigualdade socioespacial e terceiro setor; 4. Resultados e discussões, onde será analisado o contexto historiográfico de Paraíba do Sul e do bairro Eldorado, bem como a desigualdade socioespacial da cidade, o surgimento do Movimento Bora! e a possibilidade da elaboração de políticas públicas baseadas no trabalho desenvolvido pelo projeto; 5. Considerações finais, com as observações e a conclusão do estudo.

1.1 Definição do problema de pesquisa

Segundo os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) ⁴, com relação ao ano de 2024, o Brasil é a 9ª maior economia do mundo, com PIB de US\$ 1,02 trilhão, ficando na frente de grandes países, como: Canadá, Rússia e México. Apesar de ser a maior economia da América Latina, o PIB per capita brasileiro é de cerca de US\$8 mil, o que reflete os desafios estruturais enfrentados pelo país, como desigualdade de renda e baixa produtividade. Já que isto representa cerca de 76% da média mundial. Isso indica que, embora não esteja entre os mais baixos, o Brasil fica abaixo da média global. Aliás, o país ocupa a 89ª posição, entre 188 nações, no ranking de Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, de acordo com a PNUD, em seu Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024⁵. Além disso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil, de acordo com os resultados obtidos em 2023, possui o Índice de Gini de 0,518. Este índice mede a concentração da distribuição de renda em uma população e, consequentemente, o nível de desigualdades dos países conforme a renda, a distribuição de riqueza e os níveis de educação e revela que quanto mais próximo de zero estiver o valor, melhor para aquele país. Os dados, portanto, demonstram que, por mais que o Brasil seja um país rico e que tenha uma das maiores economias do mundo, ainda convive com uma desigualdade social latente onde, de acordo com os dados do IBGE de maio de 2022, a parcela de 1% dos brasileiros mais ricos ganham uma renda média mensal 32,5 vezes maior que o rendimento da metade mais pobre da população do País.⁶

Desta forma, o fato do Brasil ser um país extremamente desigual faz com que esta desigualdade seja transmitida, em diferentes escalas, para dentro dos estados e municípios. Ou seja, até mesmo a menor unidade administrativa do Estado também se torna cenário de desigualdade, quando a distribuição de equipamentos públicos e de investimentos é desproporcional entre seus bairros.

Os bairros que apresentam vulnerabilidade dentro dos municípios se caracterizam pela precariedade ou inexistência de serviços e investimentos públicos em infraestrutura; baixa geração de oportunidades; baixa perspectiva de mobilidade social; pouca informação sobre como enfrentar a burocracia estatal para obter os benefícios necessários e gozar das políticas sociais oferecidas;

⁴ A lista das maiores economias mundiais é divulgada anualmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que considera o PIB nominal dos países. Como cada nação tem a sua própria moeda, a entidade faz a conversão para o dólar, considerando as taxas de câmbio oficiais. Fonte: <https://www.imf.org/en/home> Acesso em 08 de dezembro de 2024.

⁵ Relatório de 2023/24 traz classificação atualizada de 191 nações com base em dados de renda, educação e saúde. Fonte: <https://news.un.org/pt/> Acesso em 21 de novembro de 2024.

⁶ Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/36857-em-2022-mercado-de-trabalho-e-auxilio-brasil-permite-recuperacao-dos-rendimentos> . Acesso em 08 de dezembro de 2024

condição educacional e profissional precária, entre outros fatores que fazem com que a desigualdade socioespacial dentro das cidades continue sendo um problema a ser enfrentado.

De acordo com Kovaric (2009), assiste-se ao fato de que viver em risco, sem assistência e garantias sociais, tem sido uma característica da vida das populações de menores atributos, pois as responsabilidades provindas do poder público vem sendo, cada vez mais, diminuídas. Assim, o que se vê são comunidades cada vez mais fragilizadas e vulnerabilizadas, diante das condições precárias de moradia, saúde, educação, qualificação profissional, segurança, lazer e da ausência de ferramentas para buscar qualquer tipo de mobilidade social.

Diante deste cenário adverso percebem-se comunidades à mercê do crime organizado e da violência que é potencializada diante da falta de perspectiva e de oportunidade, principalmente, para a juventude que, cada vez mais precocemente, é aliciada para compor facções criminosas.

Cada cidade tem um nível de crescimento econômico e de expansão do mercado legal próprio. Um crescimento da cidade e do mercado de trabalho levariam a uma redução da criminalidade, principalmente se este atingir os mais pobres, pois se este ficar restrito aos mais ricos o efeito esperado é o inverso. Aliás, a exclusão econômica pode ser um fator reforçador da criminalidade. Se um indivíduo não se sente parte da sociedade, qual será a chance deste seguir os valores e normas impostas por ela? Isto reduz os custos de entrada na atividade ilícita. O problema se agrava quando este vive em um ambiente cheio de excluídos. (Oliveira, 2005, p.10)

Dessa forma, as características presentes em bairros vulneráveis e que vivenciam esta exclusão social, além de tudo, reforçam a possibilidade deste indivíduo relegado socialmente, pertencer à criminalidade, já que não encontra possibilidades de crescimento pessoal e de acesso pleno à cidade e às suas oportunidades. Com a manutenção deste contexto de precariedade nos bairros mais pobres, acentuam-se as desigualdades socioespaciais que, para Ferreira, Vasconcelos e Penna (2008), podem ser vistas dessa maneira:

Desigualdades sociais e territoriais são faces da mesma moeda e se mesclam no espaço, se sintetizam e se expressam como desigualdades socioespaciais, retroalimentando-se. E na medida em que as condições de infraestrutura e de vida são melhoradas nesses lugares, a valorização expulsa os mais pobres para locais ainda com piores condições. É a lógica da produção injusta do espaço. (Ferreira, Vasconcellos e Penna, 2008, p.9)

Ao relacionar a existência dos territórios vulneráveis com a desigualdade socioespacial existente, Penna e Ferreira (2014), analisam:

A partir de uma análise mais ampla, a questão da vulnerabilidade social enfocada numa perspectiva socioespacial é entendida como um processo no qual interagem as condições do território e as potencialidades da população que nele habita. É a interação dessas características com as sociais, econômicas e culturais da população do lugar (suas potencialidades) que resultaria no grau de vulnerabilidade dos lugares. Procura-se detectar a estrutura de oportunidades que o território apresenta para a população e a interação delas com as potencialidades sociais da população. Essa interação entre as estruturas de oportunidades e os ativos presentes no território originaria um processo de

vulnerabilidade da população que vive em determinado lugar. (Pena e Ferreira, 2014, p.7)

Nestes locais onde a pobreza é predominante os indivíduos encontram-se, sobretudo, tolhidos de suas liberdades individuais. Afinal, quando se fala de pobreza é necessário superar a visão econômica e entender toda a dimensão que a ausência de oportunidades e de liberdades afeta àqueles indivíduos que convivem com ela diariamente. Para Amartya Sen (2023), essas liberdades podem ser divididas em substantivas e acessórias. No caso das substantivas, é preciso entender se o indivíduo tem, por exemplo, condições de evitar privações como a fome, a subnutrição e a morbidez. Mas são as liberdades acessórias que, para além da subsistência, permitirão que estes indivíduos possam se desenvolver de forma ampla e possam viver como gostariam. São elas, segundo o autor: liberdades políticas (direitos políticos associados à democracia no sentido mais abrangente); facilidades econômicas (oportunidade de utilizar recursos econômicos com propósito de consumo, produção ou troca); oportunidades sociais (são as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc, que influenciam o indivíduo a viver melhor); garantias de transparência (liberdade de lidar uns com os outros sob garantia de verdade e clareza) e segurança protetora (garantia de uma rede de segurança social que impede que a população afetada seja reduzida à miséria e, em alguns casos, até à fome e à morte). É necessário, portanto, através de um olhar amplo entender a pobreza em seus diversos aspectos e agir para minimizar a desigualdade que afeta diretamente aqueles que estão marginalizados e convivem com a ausência constante de incentivo e acesso a oportunidades.

Em Paraíba do Sul-RJ, município objeto deste estudo, a realidade não é distinta. O município de pouco mais de 42 mil habitantes, de acordo com o Censo 2022⁷, situado no centro-sul fluminense, possui bairros em situação de extrema vulnerabilidade social e que contrastam com outros bairros que geram mais oportunidades, recebem mais investimento público, possuem melhor infraestrutura, oferecem mais serviços e contam com um maior número de instrumentos públicos funcionando.

A cidade, entre 2021 e 2024, teve uma arrecadação líquida estimada, segundo o Portal da Transparência⁸ de R\$933.106.104,42 (novecentos e trinta e três milhões, cento e seis mil, cento e quatro reais e quarenta e dois centavos), porém, percebe-se que a distribuição dos recursos foi realizada de forma desigual e não alcançou de forma significativa os bairros mais pobres. Os equipamentos públicos são mal distribuídos e concentrados em bairros centrais da cidade e, além

⁷ Fonte: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> . Acesso em 20 de novembro de 2024.

⁸ Fonte: <https://paraibadosul.gov.br.cloud/pronimtb/index.asp> . Acesso em 10 de novembro de 2024.

disso, os equipamentos existentes nos bairros periféricos convivem com infraestrutura precária e serviço de baixa qualidade.



Imagem 1 – Pannel de fotos do Bairro Eldorado (obra inacabada no entorno da quadra de esportes; muro pichado por facções criminosas na principal praça do bairro; quadra de esportes em estado precário; resíduos espalhados por toda extensão do bairro, sem que haja a devida destinação). Fonte: registros próprios

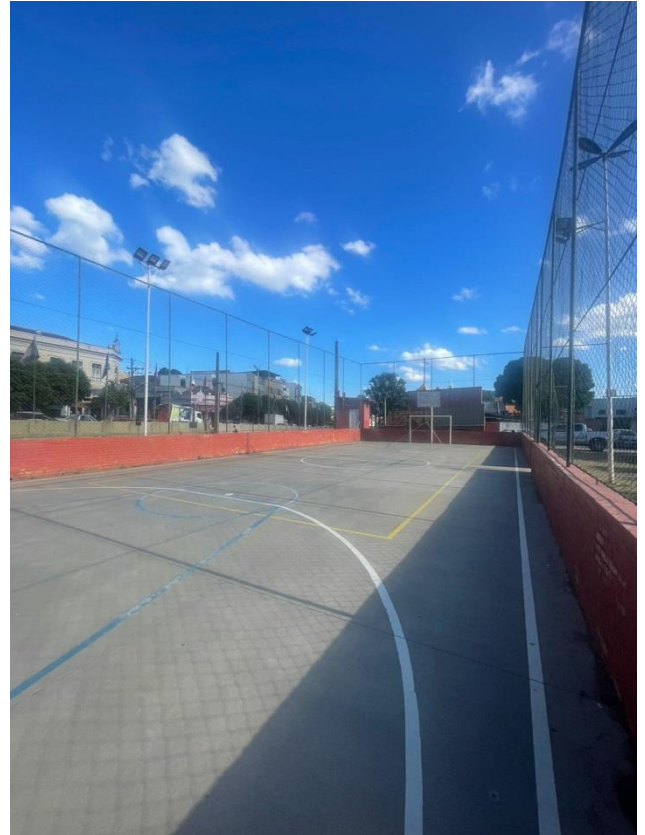


Imagem 2 –Painel de fotos de equipamentos no Centro da cidade (Praça Principal e quadra esportiva) . Fonte: registros próprios.

Ao contrapor o painel de imagens do bairro Eldorado com o de outros bairros da cidade, vê-se a diferença no que tange à conservação dos equipamentos públicos e os investimentos realizados para manutenção e melhoria dos locais. Quando o Estado investe mais em outros bairros, ratifica a ideia de segregação, de desigualdade e incute aos moradores dos bairros mais pobres a percepção de que moram em lugares esquecidos e sem perspectiva.

Tendo como objeto o bairro Eldorado, essa pesquisa observará a desigualdade socioespacial existente na cidade, tendo como ponto focal este local que geograficamente, inclusive, foi planejado e construído do “lado de fora” da cidade. Como é possível ver na imagem abaixo, o Bairro localiza-se distante do centro urbano e é separado do pórtico de entrada do município pela BR-393.



Imagem 3 – Mapa de parte do município de Paraíba do Sul com ênfase no bairro Eldorado. Fonte: Google Earth

O fator espacial corrobora a percepção de que os moradores do bairro Eldorado não possuem, de fato, pleno acesso e direito à cidade. O direito à cidade pode ser vinculado à necessidade das pessoas em usufruir aquilo que a cidade deve proporcionar é conceituado por Trindade desta forma:

Ao longo da história, as camadas mais empobrecidas foram impossibilitadas de usufruir da cidade de forma plena, isto é, foram privadas do acesso às melhores localizações do tecido urbano. Nessa perspectiva, ter direito à cidade significa poder usufruir das vantagens, dos serviços e oportunidades oferecidas pelas boas localidades do sistema urbano. O direito à cidade, portanto, não é equivalente ao direito à moradia; o primeiro é muito mais amplo e complexo, pois considera a localização do indivíduo no sistema urbano em seu conjunto e a possibilidade de acesso às melhores localizações da cidade (Trindade, 2012, p. 149)

Diante do contexto que deflagra a precariedade do bairro Eldorado que é reflexo da ausência de políticas efetivas que gerem oportunidades e melhores perspectivas de desenvolvimento para seus moradores, surgem como alternativa os movimentos e projetos sociais fundados e geridos pelo terceiro setor. Estes projetos criados, na maioria das vezes, por voluntários dentro das comunidades, enfrentam a pobreza, a desigualdade e o preconceito com poucos recursos e buscam fazer aflorar o senso de pertencimento na comunidade para que, através de uma construção colaborativa, possibilidades de superação das condições impostas a estes locais sejam desenvolvidas.

Nas palavras de Tenório:

Consideramos portanto como organizações do terceiro setor aqueles agentes não-econômicos e não-estatais que procuram atuar, coletiva e formalmente, para o bem-estar de uma comunidade ou sociedade local, sub-regional ou regional, nacional ou internacional. Ação coletiva-formal que pressupõe a democratização de sua maneira de agir visando a emancipação da pessoa humana enquanto sujeito social, sob o exercício da cidadania (Tenório, 2002, p. 145)

O terceiro setor, portanto assume papel relevante na construção de soluções para atingir a justiça social dentro das cidades, uma vez que o Estado vem demonstrando que não é capaz de promover, em sua totalidade, ações efetivas para superar a situação de vulnerabilidade e mitigar a desigualdade socioespacial existente.

Este é o caso do Movimento Bora! em Paraíba do Sul/RJ. O projeto, criado por voluntários no início de 2021, é sediado no galpão da Associação Moçambique de Capoeira⁹ no bairro Eldorado, e oferece atividades culturais, esportivas e de lazer, além de oficinas profissionalizantes e suporte à saúde dos alunos com psicólogos e dentistas. Com a missão de promover transformação social através destas ações, o projeto busca criar melhores perspectivas para os moradores da comunidade com as oportunidades geradas. Desde sua criação, mais de 400 (quatrocentas) pessoas foram impactadas diretamente por 25 oficinas que foram desenvolvidas para crianças, jovens e adultos ao longo do tempo.



⁹ A Associação Moçambique de Capoeira é uma instituição voltada para o incentivo à cultura e preservação da história, com a prática da arte/luta brasileira: capoeira. O galpão pertencente à Associação, no Bairro Eldorado, foi construído pela própria comunidade e finalizado em 2004.

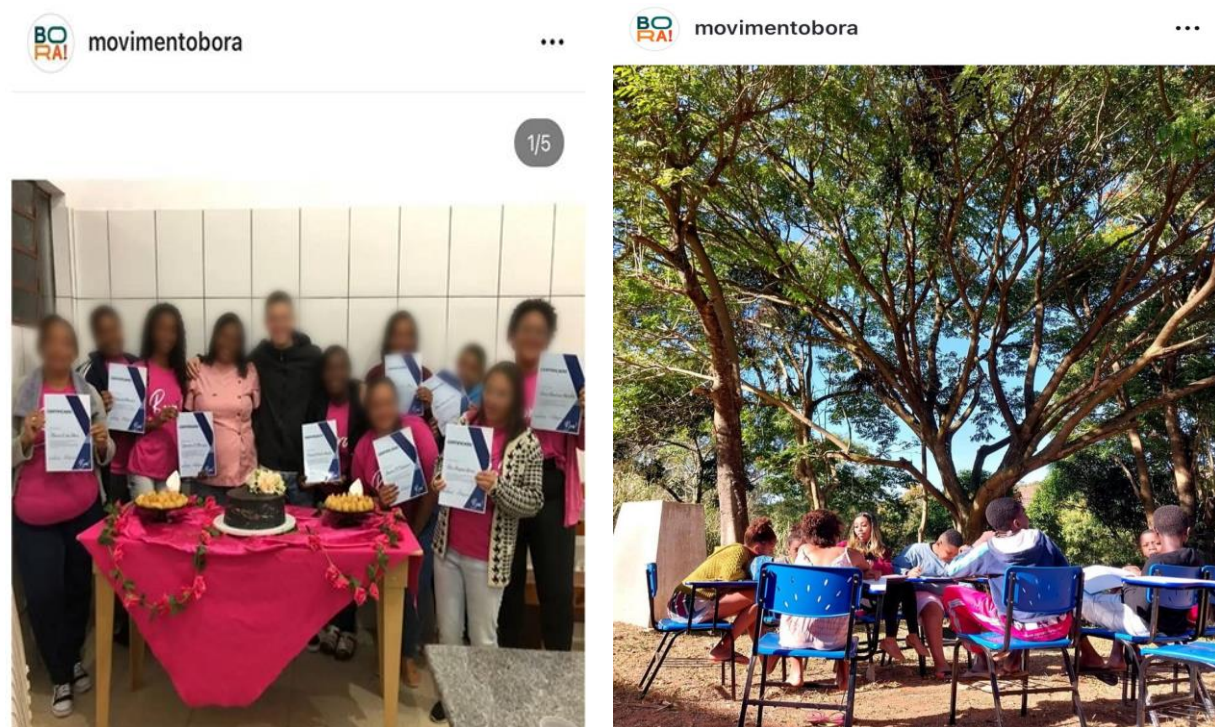


Imagem 4 – Pannel de fotos de oficinas do Movimento Bora! (balé, alfabetização para adultos, confeitaria e reforço escolar). Fonte: <https://www.instagram.com/movimentobora?igsh=bmw0bzcwZDA4MmJ3> .

O projeto é custeado por doações mensais de pessoas físicas, para compra de materiais, manutenção da sede e apoio logístico para o traslado dos professores eicineiros. Ou seja, não há incentivo ou fomento do poder público para que as ações possam ganhar escala e atingir, de maneira ainda mais efetiva, os moradores do bairro.

A política desenvolvida pelo Movimento Bora!, baseia-se na transparência, prioriza o bem comum¹⁰, e se assenta na responsabilidade social e respeito às diferenças. Acredita-se, inclusive, que poderia servir como base para políticas públicas a serem desenvolvidas na cidade a fim de diminuir a desigualdade socioespacial existente e gerar oportunidades de forma mais ampla.

De acordo com o Estatuto Social do Movimento são seus objetivos:

1. Promover e incentivar a realização de atividades sociais, recreativas, culturais e esportivas nos bairros e comunidades da cidade de Paraíba do Sul;
2. Realizar eventos de aproximação e cordialidade despertando neles o senso de sociabilidade e de cooperação;
3. Trabalhar pela elevação do nível cultural e social dos indivíduos e pela sua melhoria técnico-profissional;

¹⁰ Para Bobbio (1986), “o bem comum busca a felicidade natural, sendo portanto, o valor político por excelência, sempre, porém, subordinado à moral. O bem comum se distingue do bem individual e do bem público. Enquanto o bem público é um bem de todos por estarem unidos, o bem comum é dos indivíduos por serem membros de um Estado; trata-se de um valor comum que os indivíduos podem perseguir somente em conjunto, na concórdia. Além disso, com relação ao bem individual, o Bem Comum não é um simples somatório destes bens; não é tampouco a negação deles; ele coloca-se unicamente como sua própria verdade ou síntese harmoniosa, tendo como ponto de partida a distinção entre indivíduo, subordinado à comunidade, e a pessoa que permanece o verdadeiro e último fim.”

4. Realizar convênios com outras entidades com objetivo de prestação de serviços que proporcionem benefícios à população.

O Estatuto, portanto, deixa clara a intenção do projeto social em desenvolver ações que possibilitem uma transformação social daqueles diretamente envolvidos nas atividades e, conseqüentemente, o impacto que pode ser gerado nos lugares onde estas atividades são ofertadas. Inclusive, dando ênfase aos sentidos de sociabilidade e cooperação que se tornam fundamentais neste contexto, onde é necessário que as pessoas estejam conectadas para que, através de uma ação conjunta, consigam atingir o objetivo comum de diminuição das desigualdades.

Porém, esta atuação tem limitações, tendo em vista que não se pode delegar à sociedade civil a responsabilidade de solucionar todos os problemas da cidade. Como diz Tenório:

No entanto, não pode ser atribuída à sociedade civil o papel de elaborador da solução dos problemas que afligem determinados espaços socioeconômicos e políticos, à medida que não cabe a ela estabelecer, exclusivamente, a condição do seu bem-estar social. Os problemas de dada estrutura social, econômica e política são, como já observamos, originados pela ausência histórica do primeiro setor aliados às indiferenças do segundo. Temas como educação, saúde, moradia, emprego, renda, etc., tem sido considerados muito mais como disfunções ou patologias sociais, do que como elementos estruturais das sociedades contemporâneas, principalmente daquelas do mundo periférico. (Tenório, 2002, p. 150)

Ou seja, por mais que o terceiro setor seja um ator social importante na construção de soluções para o desenvolvimento social, cabe ao Estado solucionar os problemas existentes na cidade de forma efetiva. Através da elaboração de políticas que tenham como objetivo a diminuição das desigualdades, maior geração de oportunidades e a inclusão social, o Estado pode maximizar os resultados alcançados por projetos sociais que não conseguem alcançar todo o território, já que possuem limitações estruturais, financeiras e geográficas, que limitam os resultados.

E por desenvolvimento, neste contexto, entende-se a necessidade de superar a visão do “desenvolvimento a qualquer custo”:

Uma visão considera o desenvolvimento um processo “feroz”, com muito “sangue, suor e lágrimas” - um mundo no qual sabedoria requer dureza. Requer, em particular, que calculadamente se negligenciem várias preocupações que são vistas como “frouxas”. Dependendo de qual seja o veneno favorito do autor, as tentações a que se deve *resistir* podem incluir a existência de redes de segurança social para proteger os muito pobres, o fornecimento de serviços sociais para a população, o afastamento de diretrizes institucionais inflexíveis em resposta a dificuldades identificadas e favorecimento de direitos políticos e civis e o “luxo” da democracia. Essas coisas, adverte-se com pose austera, podem vir a ser favorecidas posteriormente, quando o processo de desenvolvimento houver produzido frutos suficientes: o necessário aqui agora é “dureza e disciplina”. Essa atitude empedernida contrasta com uma perspectiva alternativa que vê o desenvolvimento essencialmente como um processo “amigável”. Dependendo da versão específica dessa atitude, considera-se que a apazibilização do processo é exemplificada por coisas como trocas mutuamente benéficas, pela atuação de redes de

segurança social, de liberdades políticas ou de desenvolvimento social - ou por alguma combinação dessas atividades sustentadoras. (SEN, 2023, p. 54)

Desta forma e caminhando em uma perspectiva de um desenvolvimento incluyente, os projetos sociais poderão servir como base para um Estado que garanta direitos e que, ao mesmo tempo, se desenvolva amplamente de forma a alcançar todas as pessoas independentes da sua classe social ou do local de sua residência.

Esta pesquisa, portanto, busca demonstrar que projetos, como o Movimento Bora! sediado em Paraíba do Sul, podem servir como base para construção de políticas públicas efetivas, duradouras e de maiores escalas, que atinjam a cidade como um todo e possibilitem um desenvolvimento social e econômico mais amplo e incluyente.

1.2 Delimitação do Objeto

A pesquisa tem como objeto a cidade de Paraíba do Sul, situada na Região Centro-Sul do Rio de Janeiro. Em sua região imediata, destacam-se outros três municípios, os quais sejam: Três Rios, Areal e Sapucaia, que servirão de parâmetro para comparação de índices relacionados à economia, saúde e educação.

No mapa abaixo o estado do Rio de Janeiro é representado e podem ser observadas não só Paraíba do Sul, mas os municípios limítrofes citados anteriormente.

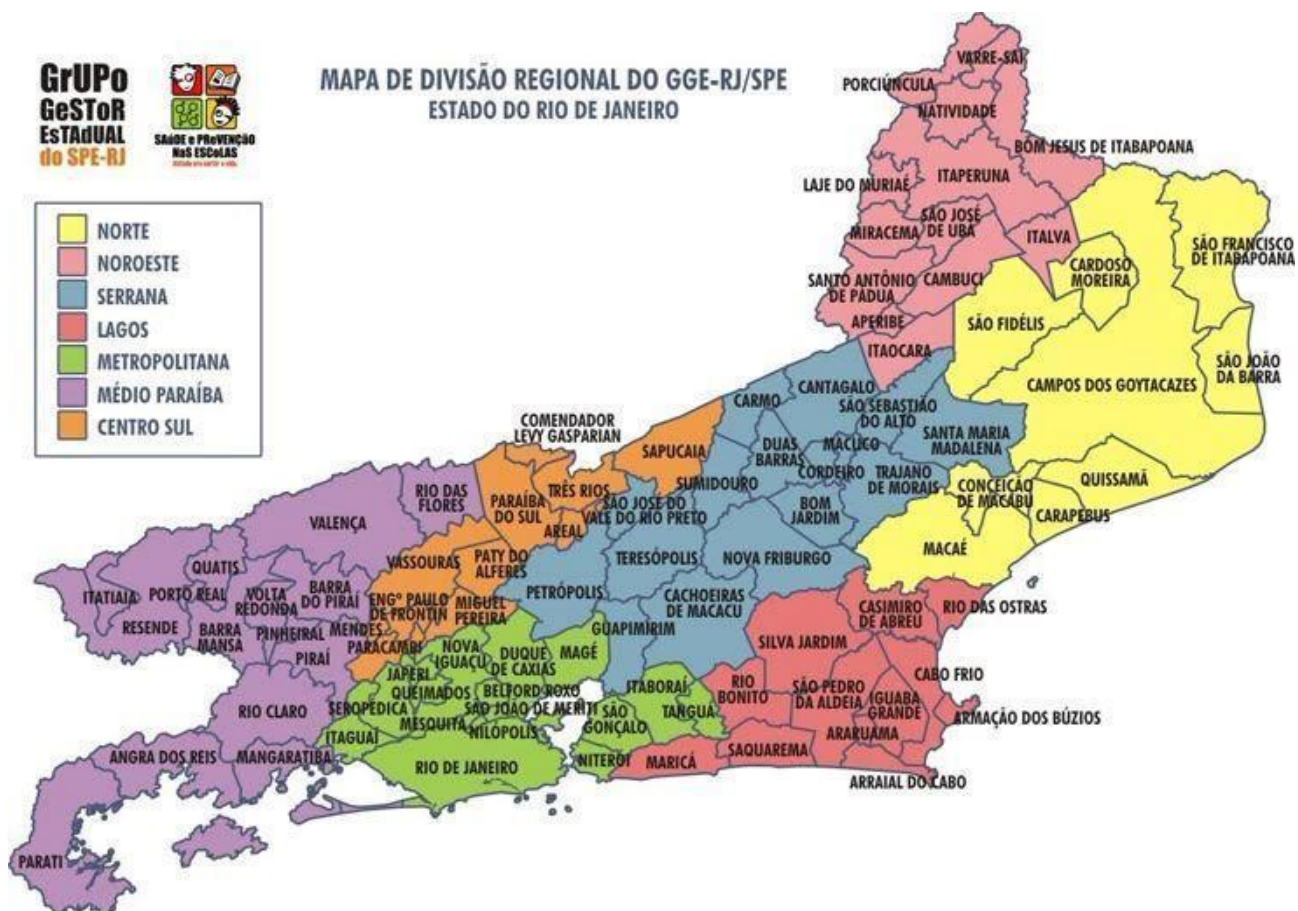


Imagem 5 - Mapa do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.telesintese.com.br/tim-e-primeira-operadora-cobrir-todo-o-estado-do-rio-de-janeiro-com-rede-4g/portal-telesintese-mapa-de-divisao-regional-do-gge-rio-de-janeiro/>

A cidade, conforme pode ser observado na imagem abaixo, é dividida em quatro distritos que compõem seus 571,118 km² de extensão territorial e fazem com que a cidade seja a maior em sua região imediata.

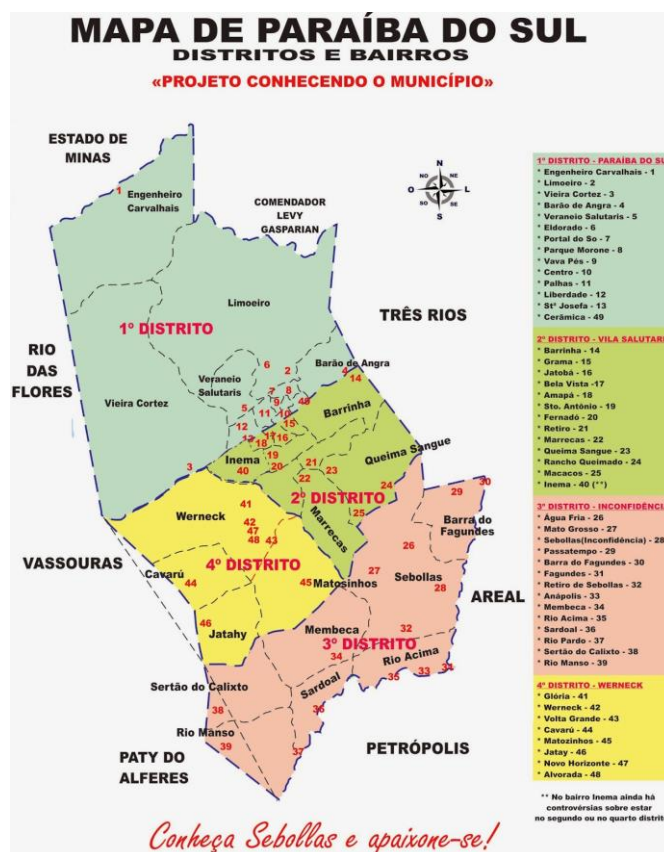


Imagem 6 - Mapa de Paraiba do Sul/RJ. Fonte: Mapa criado pelo vereador Maninho Magdalena. Link: <https://maninhomagdalena.blogspot.com/2014/05/vereador-maninho-cria-mapa-dinamico-de.html>. Acesso em novembro/2024.

Apesar de ter diversas vocações e potencialidades, como é o caso do turismo e da agricultura, nesta pesquisa serão observadas as vulnerabilidades e desigualdades socioespaciais existentes na cidade e, para isto, o bairro Eldorado será o ponto focal, tendo em vista que o local é caracterizado por sua infraestrutura precária, poucas oportunidades e baixo investimento do poder público.

Além disso, a pesquisa visa evidenciar os impactos causados pela atuação do terceiro setor na mitigação da desigualdade social existente na cidade e, para isso, o trabalho e os resultados alcançados pelo “Movimento Bora!” que atua no Bairro Eldorado desde 2021 serão observados.

1.3 Justificativa e relevância

A partir da reflexão sobre a cidade de Paraiba do Sul e sobre suas desigualdades, ilustradas através do contexto onde o bairro Eldorado está envolvido, esta pesquisa busca analisar as nuances desta desigualdade socioespacial que renega aos moradores do bairro, inclusive, o direito à cidade. E, além disso, mostrar a importância do Movimento Bora! e de suas ações na mitigação deste estado

de precariedade que o bairro se encontra e na geração de oportunidades aos moradores do local.

Desta forma, espera-se demonstrar que, através da atuação do terceiro setor com os projetos sociais em áreas vulneráveis, políticas públicas podem ser construídas sobre esta base para que o município diminua a desigualdade socioespacial entre seus bairros e se desenvolva social e economicamente de forma ampla e inclusiva para garantir melhores perspectivas e qualidade de vida para toda a população.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Esta pesquisa busca demonstrar que projetos, como o Movimento Bora! sediado em Paraíba do Sul, podem servir como base para construção de políticas públicas efetivas, duradouras e de maiores escalas, que atinjam a cidade como um todo e possibilitem um desenvolvimento social e econômico mais amplo e incluyente.

.

1.4.2 Objetivos específicos

- A. Analisar o contexto territorial e historiográfico de Paraíba do Sul-RJ e, consequentemente, do bairro Eldorado;
- B. Evidenciar a desigualdade socioespacial existente na cidade e a consequente ausência de direito à cidade para os moradores do bairro Eldorado;
- C. Apresentar o Movimento Bora! desde seu surgimento, revelando as atividades ofertadas e os trabalhos desenvolvidos a fim de revelar sua relevância no território;
- D. Analisar o impacto e os resultados alcançados pelo “Movimento Bora!” a fim de mitigar as desigualdades socioespaciais e demonstrar a importância dos projetos sociais para, inclusive, demonstrar que é desenvolvido pelo terceiro setor pode servir de base e parâmetro na construção de políticas públicas que atuem na mitigação das desigualdades existentes em toda cidade.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa foi desenvolvida através do método de abordagem indutiva, com uma análise qualitativa que busca entender e responder os questionamentos levantados através de referenciais teóricos e da observação participante para a coleta de dados. Para nortear este estudo foi realizada análise documental e revisão bibliográfica.

Foram utilizadas referências bibliográficas, autores nacionais e internacionais e seus conceitos acerca dos institutos relacionados ao tema central da pesquisa, como: espaço, território, direito à cidade, vulnerabilidade social, desigualdade socioespacial e terceiro setor.

O recorte temporal considera o período de 2021-2025, que foi quando o “Movimento Bora!”, objeto de estudo da pesquisa, se instalou e iniciou suas atividades no bairro Eldorado, a fim de demonstrar o impacto das ações na mitigação da desigualdade socioespacial que o bairro convive desde sua formação. Além disso, é trazido de forma sucinta o histórico de formação do território, que antecede o início do projeto social, com a construção das primeiras residências, urbanização e implantação de equipamentos públicos.

2.1 Suposição da pesquisa

Supõe-se que o Movimento Bora!, projeto social criado e gerido pelo terceiro setor na cidade de Paraíba do Sul-RJ, através do desenvolvimento de suas ações, é capaz de mitigar as desigualdades socioespaciais existentes na cidade. Isto porque é sediado no Bairro Eldorado, um dos bairros mais vulneráveis do município e que, conseqüentemente, têm seus moradores atingidos pela ausência de políticas públicas eficazes, pela inexistência de equipamentos públicos funcionais e pela falta de direito à cidade¹¹.

2.2 Tipo e características da pesquisa

Esta pesquisa é desenvolvida através do método de abordagem indutiva. Além disso, consiste em análise qualitativa, utilizando referenciais teóricos e uma coleta de dados através de observação participante. As revisões bibliográficas e documentais norteiam o estudo. São conceitos

¹¹ Segundo Trindade (2012, p.149), o direito à cidade é um direito amplo e complexo que “considera a localização do indivíduo no sistema urbano em seu conjunto e a possibilidade de acesso às melhores localizações da cidade”. Aquele que possui direito a cidade, conseqüentemente, poderá usufruir de todas as vantagens, serviços e oportunidades oferecidas.

fundamentais que direcionam a pesquisa: vulnerabilidade social, desigualdade socioespacial, direito à cidade, terceiro setor, espaço e território.

A revisão bibliográfica ou pesquisa de fontes secundárias foi utilizada em todas as fases desta pesquisa e consiste em estudo de material já elaborado, toda bibliografia tornada pública, sejam eles livros, artigos científicos, jornais, revistas, ou até mesmo materiais audiovisuais. Conforme aponta Gil (2002, p.45) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Daí a importância de buscar-se referências suficientes para desenvolver o tema abordado na presente pesquisa.

Além disso, traz-se a revisão documental através da análise do estatuto do projeto social, bem como planilhas de matrícula que, embora se pareça com a pesquisa bibliográfica, tem as suas peculiaridades, já que como aponta Gil (2002, p.45) “vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. Nesta categoria estão os documentos produzidos, por exemplo, pelo projeto social que é parte do recorte deste estudo. Esta análise documental constitui o que se denomina de fontes primárias já que como assevera Lakatos (2003, p.174): “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”

Para Carvalho, Duarte, Menezes e Souza (2019):

Esse tipo de pesquisa possibilita tanto a compreensão como a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão às suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica. Portanto, numa pesquisa de cunho qualitativo, a interpretação do pesquisador apresenta uma importância fundamental. Afinal, não se trata apenas de um conjunto de informações fechadas cujo valor numérico é o único aspecto a ser levado em consideração, devido à própria natureza do fenômeno investigado. (Carvalho, Duarte, Menezes e Souza, 2019, p.29)

Justifica-se a escolha pela análise qualitativa diante do contexto apresentado no presente estudo, já que este tipo de análise permite a compreensão de fenômenos complexos, como é o caso da desigualdade socioespacial nas cidades, que envolvem questões subjetivas. Desta forma, permite a compreensão das razões que motivam os padrões apresentados na cidade. O foco aqui é na compreensão dos motivos. Isso é alcançado explorando narrativas, contextos e perspectivas dos participantes.

O método indutivo sob o qual foi desenvolvida a pesquisa pode ser caracterizado como o método responsável pela generalização, já que parte de algo particular para uma questão mais ampla, mais geral. Como aponta Prodanov (2013, p.28), neste raciocínio indutivo, “a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta. As constatações particulares levam à

elaboração das generalizações e por meio da indução chega-se a conclusões prováveis”.

Neste processo de indução, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, chega-se a uma verdade geral. Lakatos (2003, p.86) afirma que “o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam. Uma característica que não pode deixar de ser assinalada é que o argumento indutivo, da mesma forma que o dedutivo, fundamenta-se em premissas”. Portanto, trata-se de um método baseado em conclusões prováveis diante do que foi observado.

A observação participante é outra característica marcante da pesquisa, tendo em vista que grande parte dos dados coletados foram obtidos através da atuação do pesquisador. Como menciona Lakatos (2003, p.194), este tipo de observação “consiste na participação real do pesquisador com a comunidade ou grupo. Ele se incorpora ao grupo, confunde-se com ele. Fica tão próximo quanto um membro do grupo que está estudando e participa das atividades normais deste”.

No caso concreto deste estudo, a observação participante se dá de forma orgânica, uma vez que o pesquisador já estava inserido na rotina local antes mesmo do início da pesquisa formal, tendo atuado como um dos fundadores do projeto social em análise. Essa condição privilegiada, embora envolva desafios relacionados à subjetividade e à necessária reflexividade do pesquisador, possibilita uma imersão mais profunda no contexto investigado.

Segundo Minayo (2016), a observação participante permite ao pesquisador captar não apenas os discursos, mas também os gestos, os silêncios e as interações cotidianas, ampliando a compreensão da realidade estudada. Além disso, Becker (1999) destaca que a presença constante do pesquisador no campo favorece a construção de confiança junto aos participantes, condição essencial para o acesso a informações mais sensíveis e detalhadas.

Nesse sentido, a proximidade entre pesquisador e objeto não é entendida como um viés impeditivo, mas como um recurso metodológico que torna possível análises e abordagens mais minuciosas, ancoradas em registros sistematizados e na vivência direta do pesquisador no ambiente social investigado. Tal posição exige, contudo, o exercício da reflexividade (BOURDIEU, 2003), reconhecendo que a experiência e o envolvimento prévio do pesquisador influenciam a interpretação dos dados, ao mesmo tempo em que enriquecem a densidade analítica da pesquisa.

2.3 Coleta e análise de dados secundários socioeconômicos

O contexto considerado foi o do município de Paraíba do Sul/RJ, tendo como referência o bairro Eldorado através da comparação com outros bairros da cidade. O recorte temporal considera o período de implantação do Movimento Bora! no bairro Eldorado que, desde 2021,

atua para mitigar as desigualdades socioespaciais existentes na cidade. A análise de dados compreende o período de 2021-2025, tanto os dados provenientes de documentos oficiais, sites com índice e estatísticas e documentos produzidos pelo próprio movimento social desde seu surgimento.

Pode-se citar os dados produzidos pelo Censo do IBGE, bem como as notas do IDEB e dados produzidos pelo FMI e pelo PNUD. O objetivo foi buscar referências para constatar a desigualdade existente tanto a nível nacional, quanto a nível municipal que configura o recorte da pesquisa.

Quadro 1 - Métodos e expectativas dos objetivos intermediários da pesquisa

Objetivos	Método	Expectativas
Analisar a importância dos movimentos sociais na construção de soluções para mitigar as desigualdades socioespaciais na cidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa bibliográfica em livros, artigos de periódicos, dissertações, teses e anais de congresso. - Observação participante enquanto voluntário do Movimento Bora! 	Identificar conceitos que explicam e justificam as condições apresentadas no caso concreto.
Evidenciar a desigualdade socioespacial existente em Paraíba do Sul/RJ diante da distribuição de investimento, qualidade dos serviços públicos e distribuição de equipamentos.	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa documental através da pesquisa em sites oficiais como o da Prefeitura Municipal e de institutos como o IBGE. - Observação participante enquanto morador da cidade e membro do Movimento Bora! que é sediado no Bairro Eldorado, um dos bairros mais vulneráveis da cidade. 	Estabelecer uma relação entre a oferta de equipamentos e serviços em diferentes bairros da cidade. Principalmente na relação Centro x Bairro Eldorado para comprovar a desigualdade socioespacial existente.
Revelar o impacto causado pelo Movimento Bora!	<ul style="list-style-type: none"> - Pesquisa documental através de planilhas, atas, diplomas emitidos e registros fotográficos do projeto social. - Observação participante enquanto voluntário do Movimento Bora! 	Evidenciar a importância e o impacto causado pelo projeto com a finalidade de mitigar a desigualdade, comprovando com o número de alunos matriculados, oficinas realizadas e turmas formadas e capacitadas para o mercado de trabalho.

Fonte: elaborado pelo autor

Com os dados trazidos, informações apuradas e através da observação participante busca-se demonstrar a desigualdade socioespacial existente em Paraíba do Sul-RJ através da análise do bairro Eldorado, a importância do trabalho desenvolvido pelo Movimento Bora! e a necessidade de um Estado mais presente no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a infância e juventude, qualificação profissional, geração de oportunidades e qualidade de vida em áreas periféricas.

2.4 Limites da Pesquisa

A pesquisa é desenvolvida na cidade de Paraíba do Sul/RJ e coloca em evidência o bairro Eldorado ao contrapô-lo com outros bairros da cidade, a fim de demonstrar a desigualdade socioespacial no município. Além disso, no bairro é desenvolvido o projeto social “Movimento Bora!” que evidencia a importância do terceiro setor como ator social relevante no que tange às ações desenvolvidas para mitigar as desigualdades existentes.

Quanto ao aspecto temporal, a pesquisa considera o período de 2021 a 2025 que compreende o surgimento do Movimento Bora! e, conseqüentemente, o impacto gerado através do desenvolvimento de suas atividades no bairro Eldorado.

Deve ser mencionada a dificuldade na obtenção de dados junto ao poder público de Paraíba do Sul/RJ, principalmente, no que tange ao recorte específico do bairro Eldorado. Isto reforça, mais uma vez, a importância da coleta dos dados produzidos pelo IBGE e demais institutos e da análise documental dos arquivos do Movimento Bora!, como planilhas de matrícula, estatuto e atas.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DISCUSSÃO TEÓRICA

A seguir serão apresentados os conceitos-chave e discussões pertinentes que orientam este estudo. Inicialmente, faz-se uma abordagem sobre os conceitos de espaço e território para, posteriormente, demonstrar os fatores que fazem com que uma comunidade seja considerada vulnerável socialmente. A partir deste conceito de vulnerabilidade é possível observar nas cidades tanto a ausência do direito à cidade para parte da população, quanto a desigualdade socioespacial entre os bairros do município, já que ao mesmo tempo que existem bairros vulneráveis, existem outros que possuem infraestrutura e condições mais adequadas para

potencializar o desenvolvimento e garantir oportunidades para todas as pessoas.

Através desta abordagem inicial dos supracitados conceitos, a discussão teórica é finalizada com a demonstração do terceiro setor e da sua importância na construção de soluções para tornar uma cidade mais digna, desenvolvida e com mais oportunidade para todos.

3.1 Território e espaço: importância social no desenvolvimento das cidades

Historicamente são muitas as conceituações e teorias que buscam entender o significado de território. Com a globalização e os avanços tecnológicos discute-se até mesmo a desterritorialização que se originaria da quebra de fronteiras e da supressão destes territórios. Porém, conforme defende Haesbaert, “não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade, sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, ‘territorial’” (Haesbaert, 2012, p.20).

Evidencia-se, portanto, a importância do reconhecimento do território na construção da sociedade e na evocação do senso de pertencimento e de socialização. Esses territórios vão muito além de seu caráter geográfico, tendo, principalmente, características culturais próprias e mínima organização - e aqui vale citar a importância da capacidade endógena de organização e desenvolvimento destes territórios - mas, além disso, precisam ter legitimidade para que possam estar nos centros de decisão e serem destinos de políticas públicas que possibilitem um aumento de perspectiva e de superação do *status quo*.

A ocupação do território é vista como algo gerador de raízes e identidade: um grupo não pode mais ser compreendido sem o seu território, no sentido de que a identidade sócio-cultural das pessoas estaria inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (natureza, patrimônio arquitetônico, “paisagem”). (Souza, 2000, p. 84).

Diante de uma possível era da “desterritorialização”, onde autores como Gilles Deleuze e Felix Guattari, defendem o instituto como se estivesse havendo um desaparecimento dos territórios, a globalização seria responsável pela superação de fronteiras onde os territórios estariam sendo suprimidos.

O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios “originais” se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (Guattari e Rolnik, 1996, p.323).

O fato de uma vida cada vez mais inserida em uma mobilidade constante, de ações sendo direcionadas muito mais por imagens e símbolos do que pela realidade material e da crise da

territorialidade dominante ratificam o conceito e propagam o discurso desta desterritorialização que ganha guarida nas mais diversas esferas das ciências sociais. Porém, segundo Haesbaert:

Mais recentemente, acrescentamos que “hoje virou moda afirmar que vivemos uma era dominada pela desterritorialização, confundindo-se muitas vezes o desaparecimento dos territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais”. Ou seja, trata-se da já antiga confusão que resulta principalmente da não explicitação do conceito de território que se está utilizando, considerado muitas vezes como sinônimo de espaço ou de espacialidade, ou, numa visão ainda mais problemática, como a simples e genérica dimensão material da realidade. (Haesbaert, 2012, p.25)

Deste modo, por mais que a corrente que defende a desterritorialização seja vista em uma perspectiva crescente no que diz respeito à adesão é necessário entender o conceito como algo que evidencia um discurso elitista, muito mais ligado à realidade do primeiro mundo do que ao que acontece não só nas periferias do planeta, mas no interior destes mesmos grandes centros mundiais.

Precisa-se entender o território em suas diversas possibilidades e concepções, onde são muitas as variáveis que precisam ser consideradas para absorver toda amplitude e abrangência do termo. Diante dessa compreensão resta indubitável a relevância do território na construção da identidade das comunidades que, através dele, fazem aflorar seu senso de pertencimento, socialização e participação.

Território não apenas se define, mas se compreende à luz dos processos históricos e socioespaciais. E por conta disso o conceito fica exposto a diferentes concepções autorais e dimensões constitutivas. Uma primeira é a que diferencia a concepção materialista do território, identificada com teorias naturalistas (ou etológicas), econômicas e jurídico-políticas; a segunda é a caracterização idealista que compreende processos de apropriação simbólica do espaço como fenômeno territorial construtor de identidade e, a terceira, é a caracterização integradora que reúne todas as dimensões e que concebe o território como definido por relações de poder, multiescalar, híbrido em rede e indissociável da prática dos grupos sociais. (Haesbaert, 2017, p.23)

Cada território conta uma história e pode ser entendido de uma forma diversa. “A distinção dos territórios se dá de ‘acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições’” (Haesbaert, 2014, p.29). Perico ratifica o entendimento ao afirmar que:

Há diversas vertentes sobre a compreensão do território, segundo sua natureza e enfoque de aproximação. Sob o ponto de vista jurídico-político, o território é definido como espaço delimitado e controlado pelo exercício do poder sob a concepção mais subjetiva – cultural e simbólica –, constitui produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao espaço sentido, vivido e compartilhado. Sob a concepção econômica, o território evoca a dimensão das restritas relações capital-trabalho ou da divisão territorial do trabalho. (Perico, 2019, p.34)

Portanto, em contraponto à visão de desterritorialização revela-se a importância da preservação dos territórios que não se reduzem à limitação geográfica, mas consideram as dimensões culturais dos lugares e de seus povos. Tendo, inclusive, este território como ponto de partida, podem ser pensadas ações, através da conjugação de atores, para superar as desigualdades e

buscar, sobretudo, o desenvolvimento econômico e social dos lugares, principalmente, os mais vulneráveis.

Este território, de acordo com Corrêa (2000), é fruto, portanto, da transformação do espaço através da política. Já que, quando um determinado grupo se apropria de uma porção do espaço, vê-se o surgimento do território em si. Conforme defende Souza (2000, p.84): “O território surge, na tradicional Geografia Política, como o espaço concreto em si (com seus atributos naturais e socialmente construídos), que é apropriado, ocupado por um grupo social”.

Diante desta relação direta entre espaço e território, observa-se a importância de considerar, também, a produção e as características deste espaço que para Santos: “É resultado de múltiplas determinações, cuja origem se situa em níveis diferentes e em escalas variáveis” (Santos, 2012, p. 58). Esta construção social do espaço passa pelas relações socioespaciais existentes e por um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações que o constituem. Ainda segundo Milton Santos: “O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação” (Santos, 2012, p. 58).

Desta forma e superando o viés apenas geográfico do espaço, entende-se a sua importância social no desenvolvimento das cidades e das pessoas que a habitam. Através da construção de um espaço inclusivo e com mais oportunidades espera-se diminuir as desigualdades e prover condições mais dignas para quem os ocupa.

Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado (Santos, 2012, p. 41).

Milton Santos revela, ainda, a necessidade de mudança na finalidade do espaço que de instrumento da desigualdade social precisa ser melhor organizado para quebrar, principalmente, as desigualdades existentes. Esta organização falha do espaço dentro das cidades faz com que bairros sejam segregados e não tenham o devido acesso a equipamentos públicos e direitos individuais e sociais básicos.

Até agora o espaço foi utilizado, em quase toda parte, como veículo do capital e instrumento da desigualdade social, mas uma função diametralmente oposta poderá ser-lhe encontrada. Acreditamos, aliás, ser impossível chegar a uma sociedade mais igualitária sem reformular a organização do seu espaço (Santos, 2012, p. 74).

Através da melhor utilização do espaço e na consequente formação de territórios que respeitem as identidades de cada povo, busca-se a mitigação das desigualdades socioespaciais

existentes. Discute-se aqui, sobretudo, fazer isto com protagonismo da sociedade civil.

3.2 Vulnerabilidade social e o debate para proteção social das comunidades

São diversos os fatores que contribuem para que um território seja considerado vulnerável socialmente. Falta de oportunidades de acesso à tecnologia, a redes de comunicação e maior acessibilidade; pouca informação e conhecimento da comunidade sobre como enfrentar a complexa burocracia para obter os benefícios necessários e usufruir das estruturas sociais oferecidas; condição educacional e profissional dos jovens e da população em geral; equipamentos públicos inexistentes ou com funcionamento precário, entre outros. A pobreza constitui-se, como defende Amartya Sen (Sen, 2023, p.36), “como uma privação de capacidades básicas, e não apenas como baixa renda”.

Penna e Ferreira, explicam como se dá a identificação de um território vulnerável:

A partir de uma análise mais ampla, a questão da vulnerabilidade social enfocada numa perspectiva socioespacial é entendida como um processo no qual interagem as condições do território e as potencialidades da população que nele habita. É a interação dessas características com as sociais, econômicas e culturais da população do lugar (suas potencialidades) que resultaria no grau de vulnerabilidade dos lugares. Procura-se detectar a estrutura de oportunidades que o território apresenta para a população e a interação delas com as potencialidades sociais da população. Essa interação entre as estruturas de oportunidades e os ativos presentes no território originaria um processo de vulnerabilidade da população que vive em determinado lugar. (Penna e Ferreira, 2014, p. 7)

Diante deste contexto, depreende-se que os governos deveriam se debruçar em soluções para mitigar essa vulnerabilidade e integrar estes territórios a uma dinâmica de cidade que dê dignidade e oportunidades para toda a população.

Reestruturar áreas degradadas, equipar áreas carentes e buscar mais equidade na vida urbana constituem ainda a grande preocupação dos dias atuais para todos aqueles que se ocupam da gestão das cidades. Esses locais são produtos da produção capitalista do espaço que valoriza alguns lugares na cidade em detrimento de outros. Desvalorizados e esquecidos pelo capital, são também abandonados pelo poder público e tornam-se os possíveis lugares da moradia da população pobre e/ou excluída que, vulnerável, se insere informal e precariamente no espaço urbano. Assim, esses locais sem infraestrutura, sem oportunidades de trabalho e de condições de vida formam “territórios de risco” que alimentam o ciclo vicioso da “imobilidade social. (Penna e Ferreira, 2014, p.3)

Esta “imobilidade social” trazida por Penna e Ferreira é consequência da fragilidade e da precariedade presente nos territórios que afeta condições básicas de sobrevivência de qualquer ser humano, como os mesmos autores afirmam: “Os traços da vulnerabilidade estão se acentuando nos espaços urbanos, onde são frágeis e precárias as relações produzidas entre trabalho, moradia, educação, saúde e lazer, e das condições necessárias para alcançar a almejada ascensão social.” (Penna e Ferreira, 2014, p.5).

“Geralmente as populações mais pobres são aquelas com menor capacidade de organização e representação” (Niederle, 2014, p.121) e dessa forma, diante da ausência de articulação para pleitear as condições necessárias para uma sobrevivência digna e para buscar mobilidade social, as pessoas que residem nestes territórios vulneráveis continuam preteridas pelo Estado. Tendo em vista que estes territórios vulneráveis foram constituídos através de um processo, muitas das vezes, proposital de construção de cidades desiguais que privilegiam alguns bairros em detrimento de outros.

O processo de vulnerabilidade é influenciado por forças econômicas, pelas características demográficas e as novas formas de acesso a ativos importantes, como apontam os trabalhos já citados, tais como a qualificação profissional, o acesso à informação e as condições de cidadania. As vulnerabilidades sociais e espaciais interagem para gerar a vulnerabilidade geral e específica dos lugares (Penna e Ferreira, 2014, p. 7).

Diante deste contexto torna-se necessário que o debate acerca da proteção social destas comunidades, bem como a melhoria nas condições que podem propiciar o desenvolvimento socioeconômico dos seus moradores precisa entrar na agenda local para ser debatido para que, a partir daí, sejam propostas políticas que solucionem de forma efetiva os problemas existentes.

3.3 Direito à cidade como premissa para um desenvolvimento inclusivo, integrado e com mais oportunidades para todos

A luta secular dos movimentos sociais por direitos ganha sua representação conceitual e normativa no instituto do Direito à Cidade que passa a gerar perspectivas de inserção e mobilidade social àqueles que encontram-se distantes dos centros de decisão e, na maioria das vezes, negligenciados pelo poder público. A dinâmica, portanto, é de um direito coletivo difuso que deve sobressair aos interesses individuais. Dessa forma, o direito à cidade configura-se como o direito de todas as pessoas terem acesso não só à moradia, mas também aos serviços públicos ofertados na cidade, obtendo, com isso, as garantias básicas e fundamentais para que tenham, sobretudo, dignidade.

Trindade é preciso ao conceituar o Direito à Cidade:

Ao longo da história, as camadas mais empobrecidas foram impossibilitadas de usufruir da cidade de forma plena, isto é, foram privadas do acesso às melhores localizações do tecido urbano. Nessa perspectiva, ter direito à cidade significa poder usufruir das vantagens, dos serviços e oportunidades oferecidas pelas boas localidades do sistema urbano. O direito à cidade, portanto, não é equivalente ao direito à moradia; o primeiro é muito mais amplo e complexo, pois considera a localização do indivíduo no sistema urbano em seu conjunto e a possibilidade de acesso às melhores localizações da cidade. (Trindade, 2012, p. 149)

Esta luta por dignidade baseada nas premissas do direito à cidade, passou a estar diretamente relacionada com a melhora na qualidade de vida e no aumento de oportunidades em territórios de maior vulnerabilidade social. Conforme Bianca Tavolari, “a luta pelo direito à cidade passou a ser depositária das expectativas de mudança, das projeções de justiça, democracia e igualdade na cidade” (Tavolari, 2016, p. 106).

No Brasil, antes mesmo da Assembleia Nacional Constituinte que culminou com a Constituição Federal de 1988 que normatiza o direito à cidade, o tema já era debatido e a superação do direito à terra para um direito mais amplo já era posta como necessária. Como defende Maricato, “Na cidade não queremos só terra, nós queremos o direito à cidadania, à vida na cidade” (Maricato, 1987, p. 43). Esta relação direta do direito à cidade com a cidadania também é defendida por Jacobi:

Todos têm direito à cidade e têm direito de se assumirem como cidadãos. Mas, na prática, da maneira como as modernas cidades crescem e se desenvolvem, o que ocorre é uma urbanização desurbanizada (...). Direito à cidade quer dizer direito à vida urbana, à habitação, à dignidade. É pensar a cidade como um espaço de usufruto do cotidiano, como um lugar de encontro e não de desencontro. (Jacobi, 1986, p.22)

Esse avanço de entendimento onde é flagrante a necessidade da mudança de paradigma para que as cidades estejam conectadas com o anseio de todos e sejam mais inclusivas, elevando os direitos coletivos como prioridade frente aos interesses individuais, remonta o que disse Lefebvre: “o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (Lefebvre, 2001, p.118). Vê-se, portanto, que as bases *lefebvrianas* constituem o alicerce do entendimento e das premissas de um direito à cidade para moldar uma cidade cada vez mais inclusiva e abrangente.

Harvey enfatiza a importância do direito à cidade como direito coletivo difuso ao defender que este direito à cidade é um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes do individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (Harvey, 2012, p. 74)

Na busca por explicações para a existência deste movimento que dificulta o acesso à cidade e, automaticamente, afastam das pessoas seus direitos fundamentais, urge a necessidade de recordar a reforma urbanística promovida em Paris, entre 1853 e 1870, pelo Barão Georges Haussmann:

Haussmann rasgou os velhos bairros parisienses usando o poder de expropriação em nome do melhoramento e da renovação cívicos. Deliberadamente, ele planejou a remoção de grande parte da classe trabalhadora e outros elementos rebeldes do centro

da cidade, onde constituíam uma ameaça à ordem pública e ao poder político. Ele criou uma forma urbana onde, acreditava-se – incorretamente, como se evidenciou em 1871 – que um nível suficiente de vigilância e controle militar poderia assegurar que o movimento revolucionário seria facilmente submetido. (Harvey, 2012, p. 82)

Haussmann, portanto, segrega o pobre através da sua alocação em lugares distantes em Paris, formando os subúrbios e provocando esse “aburguesamento” do centro. Portanto, este processo realizado pelo Barão francês, em 1853, se relaciona com as práticas atuais de construção de cidades e de segregação de pessoas em bairros mais vulneráveis. Sendo possível depreender que a dificuldade imposta a determinados grupos não é fato recente e os obstáculos enfrentados para alcançar direito pleno à cidade já podiam ser observados no século XIX.

Diante da formação de cidades com comunidades fechadas, espaços públicos privatizados e territórios extremamente vulneráveis vê-se uma espécie de colcha de retalhos cada vez mais disforme e distante da cidade integrada e acessível da utopia de Lefebvre.

Vivemos progressivamente em áreas urbanas divididas e tendentes ao conflito. (...) No desenvolvimento mundial, a cidade está se dividindo em diferentes partes separadas, com aparente formação de muitos “microestados”. (...) Cada fragmento parece viver e funcionar autonomamente, fixando firmemente ao que for possível na luta diária pela sobrevivência. (Harvey, 2012, p. 81-82)

O Estatuto das Cidades promulgado no Brasil, em 2001, após a pressão dos movimentos sociais, para uma necessária reorganização do direito coletivo à cidade, foi uma tentativa de provocar uma mudança de paradigma na defesa de uma cidade construída e acessível para todas as pessoas. Porém, na prática, veem-se, ainda, cidades excludentes e que continuam sendo planejadas e construídas com base na visão e no interesse individual ou de determinados grupos.

O quadro prático de carências básicas e exclusão social observado nas cidades – lugar de habitação da maior parte das pessoas – demonstra a urgência dessa mudança de paradigma a respeito do modo como se compreende a cidade, para transformá-la, de fato, em um espaço que possa servir como instrumento de efetivação dos direitos fundamentais. (Griep; Bernardy, 2018, p. 178)

Quando o instituto do Direito à Cidade é trazido como ponto central dos debates, através da necessidade de acesso de toda a população a equipamentos públicos de qualidade, a serviços públicos funcionais e à qualidade de vida, espera-se que essa discussão ganhe o tecido social e se torne prioridade nas agendas governamentais para que assim abandone o seu caráter utópico e atenda o seu escopo principal de democratizar o acesso de todos à cidade.

Conforme leciona Harvey:

Um passo na direção de unificar essas lutas é adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização e a utilização do produto excedente. A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o

controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste tempo, ou nada mais. (Harvey, 2012, p. 88).

Esta cidade de direitos, cada vez mais conectada e integrada, onde as políticas públicas atinjam todos os bairros e pessoas, permitirá que as vulnerabilidades e a consequente desigualdade socioespacial diminuam.

3.4 **Desigualdade socioespacial**

Diante do fato de que a distribuição espacial das populações urbanas nas cidades não é aleatória e sua dinâmica evidencia o processo de desigualdade existente, vê-se que a maioria dos municípios, já em sua origem, nasce com traços marcantes de privilégios de determinados locais que se contrapõem a ausência de oportunidades de outros. Dessa forma e, superando a visão de que a desigualdade fica restrita à questão econômica, Amartya Sen pondera:

Se há motivo de queixa, ela reside, sobretudo, na importância relativa que se atribui, em boa parte dos trabalhos de economistas, à desigualdade em uma esfera muito restrita, a esfera da *desigualdade de renda*. Essa limitação tem o efeito de contribuir para que se negligenciem outros modos de ver a desigualdade e a equidade, modos que influenciam de maneira muito mais abrangente a elaboração de políticas econômicas. Os debates sobre políticas realmente tem sido distorcidos pela ênfase excessiva dada à pobreza e à desigualdade medidas pela renda, em detrimento das privações relacionadas a outras variáveis como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social. (SEN, 2023, p. 146)

As pessoas em situação de vulnerabilidade social, na maioria das vezes, habitam em regiões periféricas e possuem dificuldade no acesso ao emprego, à estrutura urbana e a equipamentos públicos de qualidade. Esse processo de construção das cidades e movimento populacional caracteriza a desigualdade socioespacial nestes territórios.

Estas desigualdades que podem ser constatadas, além de outros fatores, na disparidade da qualidade do serviço prestado em diferentes bairros, nos equipamentos públicos existentes e no direcionamento de políticas públicas, fazem com que os moradores das comunidades mais vulneráveis sejam estigmatizados e tenham maior dificuldade de acessar a cidade em sua plenitude.

Ademais, diante desta construção de sociedade, com tantas desigualdades espaciais e sociais, vê-se extrema dificuldade de mudança de paradigma e aumento de perspectiva em uma vida melhor para aqueles que vivem nos bairros mais vulneráveis. De acordo com o pensamento de Milton Santos, esta organização espacial atual e excludente é fundamental para manter os interesses capitalistas que direcionam o planejamento e construção das cidades:

As condições atuais do crescimento capitalista criaram uma forma particular de

organização do espaço, indispensável à reprodução das relações econômicas, sociais e políticas. A forma como atualmente se distribuem as infraestruturas, os instrumentos de produção, os homens - enfim, as forças produtivas - possui até certo ponto um caráter de permanência, isto é, de reprodução ampliada, isso amparado, exatamente, na longevidade de um grande número de investimentos fixos. Tudo pois, conspira para que a organização do espaço se perpetue com as mesmas características, favorecendo o crescimento capitalista e suas distorções (Santos, 2012, p. 73)

Abordar e entender essa dinâmica socioespacial é fundamental na busca pela transformação das cidades através da análise das diversas possibilidades para superação deste contexto desfavorável de privilégios e desigualdades. Esta mudança de paradigma torna-se urgente a fim de garantir que todas as pessoas tenham seus direitos fundamentais respeitados e que, assim, a cidade possa se desenvolver integralmente. Como Griep e Bernardy colocam:

O quadro prático de carências básicas e exclusão social observado nas cidades – lugar de habitação da maior parte das pessoas – demonstra a urgência dessa mudança de paradigma a respeito do modo como se compreende a cidade, para transformá-la, de fato, em um espaço que possa servir como instrumento de efetivação dos direitos fundamentais. (Griep; Bernardy, 2018, p. 178)

Logo, a desigualdade social possui relação direta com a desigualdade espacial, já que, de acordo com o planejamento das cidades, determinados territórios são direcionados para pessoas em situação de vulnerabilidade e, conseqüentemente, não receberão investimentos, oportunidades e equipamentos públicos semelhantes àqueles ofertados nos bairros mais “privilegiados” da cidade. Como exemplo disso, a construção de conjuntos habitacionais para abrigar àqueles que encontram-se em situação de risco e/ou vulnerabilidade, normalmente, é realizada longe do centro urbano, em locais afastados, o que ratifica esta segregação espacial e social das pessoas pobres. Em relação a esta associação da desigualdade social com o espaço, Ferreira, Vasconcellos e Penna foram precisos:

Desigualdades sociais e territoriais são faces da mesma moeda e se mesclam no espaço, se sintetizam e se expressam como desigualdades sócio-espaciais, retroalimentando-se. E na medida em que as condições de infraestrutura e de vida são melhoradas nesses lugares, a valorização expulsa os mais pobres para locais ainda com piores condições. É a lógica da produção injusta do espaço (Ferreira, Vasconcelos e Penna, 2008, p. 9)

Diante desta “produção injusta do espaço”, como falado por Ferreira, Vasconcelos (2008) e da ausência de oportunidades, as carências são potencializadas e, com isso, o grau de vulnerabilidade destes territórios é alimentado. Dessa forma a estrutura territorial é impactada negativamente pela permanência de uma desigualdade socioespacial latente dentro das cidades:

Admite-se que o território não apresenta uma estrutura de oportunidades para a população que nele vive, capaz de produzir melhores oportunidades e assistir as populações carentes, estejam elas localizadas nas periferias “ilegais”, ou não. É importante observar como a interação dessas carências espaciais com as fragilidades sociais, econômicas e culturais da população do lugar resulta no grau de vulnerabilidade dos lugares, diminuindo suas potencialidades de enfrentamento das situações vivenciadas, em virtude das dificuldades colocadas pela escassez de oportunidades.

(Penna e Ferreira, 2014, p.3)

A reprodução dessa desigualdade socioespacial faz com que a cidade tenha seus territórios cada vez mais segmentados e o desenvolvimento incluyente fique cada vez mais distante. As desigualdades são materializadas nos baixos índices escolares dos bairros vulneráveis, no alto número de desempregados, no grande percentual de benefícios sociais direcionados e, sobretudo, na ausência de oferta de oportunidades e de participação social daqueles diretamente afetados por essa construção de cidade desigual.

Uma das alternativas existentes para superação deste *status quo* das comunidades com maior índice de pobreza é a criação de dispositivos de inserção e participação cidadã efetivos, para que os problemas sejam enfrentados e superados através de ações efetivas e que trabalhem na mitigação e consequente erradicação dos fatores que caracterizam os bairros vulneráveis. Para Amartya Sen, a capacidade das pessoas pode ser aumentada pelas políticas públicas, desde que a direção dessas políticas seja influenciada pelo “uso efetivo das capacidades participativas do povo” (Sen, 2023, p.33).

Através desta participação ativa através da vivência local na construção de políticas que objetivem a superação deste cenário de desigualdade existente, espera-se resultados efetivos no que tange à geração de oportunidades, melhoria na qualidade de vida e, consequentemente, mitigação das desigualdades existentes.

Segundo Niederle:

A política territorial pode acabar incrementando as desigualdades, se não for capaz de criar dispositivos de participação cidadã que permitam questionar as formas de dominação, clientelismo e patrimonialismo, que historicamente caracterizam a política local, e cuja principal expressão define-se pela institucionalidade engendrada pelo município enquanto *locus* privilegiado de ação política no Brasil. (Niederle, 2014, p. 127)

Diante disso, embora no planejamento das cidades a desigualdade socioespacial seja uma coisa propositalmente pensada, na maioria dos casos, deve-se buscar a mitigação desta distribuição desproporcional de oportunidades, instrumentos públicos e investimentos para que as cidades sejam, de fato, inclusivas e acessíveis a todos.

3.5 O terceiro setor e a sua importância na luta por justiça social

A Constituição Federal de 1988 caracterizou um marco, sobretudo, no que tange à ampliação dos direitos sociais do indivíduo. Com a promulgação da Carta Magna o Estado passou a ter o dever de garantir a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a

segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência social aos desamparados (CF/88, art. 6º). Diante deste novo contexto de direitos mais amplos a serem mantidos pelo Estado, a implementação de políticas públicas passou a ter papel fundamental na garantia de oferta de serviços públicos adequados que estejam alinhados com a dimensão social, recém garantida pela Lei maior e para que a dignidade de todas as pessoas seja garantida.

Apesar do dever constitucional do Estado, os desafios para prover os direitos à população começaram a revelar a dificuldade de efetividade na oferta estatal de políticas:

Apesar das premissas constitucionais desenharem um plano ideal em relação aos direitos sociais, frequentemente a escassez de recursos é utilizada como justificativa pelo Poder Público para o não cumprimento dos direitos fundamentais, em especial dos direitos sociais. Sob o impacto da globalização, o Estado se debilita, na medida em que vai perdendo o domínio sobre as variáveis que influem na sua economia. Por consequência, deteriora-se a sua capacidade de formulação e implementação de políticas públicas, de regulamentação e fiscalização do seu mercado interno, e com isso o seu poder de garantir a eficácia dos direitos sociais. O enfraquecimento do Estado leva a uma crise estatal, que é ao mesmo tempo uma crise dos direitos fundamentais. Enquanto o enfraquecimento é festejado pela comunidade financeira, é assustador para as classes desfavorecidas. A crescente exclusão social, as altas taxas de desemprego, os alarmantes níveis de violência, a ausência de moradias dignas e acesso a serviços básicos por parte de boa parcela da população mundial exigem cada vez mais políticas de assistência social do Estado, este mesmo Estado que, em muitas oportunidades, deixa de cumprir com a finalidade de promover uma vida digna aos indivíduos. (Molinari e Turati, 2022, p. 103)

Com os desafios enfrentados pelo Estado em aplicar políticas efetivas para garantir os direitos sociais e com o avanço do neoliberalismo em muitos países, inicia-se uma mudança do papel do Estado na garantia destes direitos, “nesta direção, a trajetória eleita como estratégica é a transferência de responsabilidade com o social do âmbito público/estatal para o âmbito privado, particularmente para o terceiro setor” (Lopes e Trombini, 2014, p.90). Como consequência deste neoliberalismo que avança por todo mundo, inclusive com reflexos na política brasileira, vê-se a redefinição do papel do Estado que passa de provedor para regulador, principalmente, no que envolve as políticas sociais.

Os serviços sociais ofertados pelo terceiro setor que possuem a função de complementar a atuação estatal, por outro lado, evidenciam a incapacidade do Estado em garantir e prover os direitos previstos constitucionalmente de maneira efetiva.

Conforme Luiz Carlos Bresser Pereira (1997) estas entidades podem ser classificadas como públicas não-estatais, superando a dicotomia entre propriedade privada e propriedade estatal e ratificando a existência de um terceiro setor, já que ao mesmo tempo que estão voltadas para o interesse geral, essas associações não possuem caráter estatal e não estão subordinadas ao aparelho do Estado.

O reconhecimento de um espaço público não-estatal tornou-se particularmente importante em um momento em que a crise do Estado aprofundou a dicotomia Estado-setor privado, levando muitos a imaginar que a única alternativa à propriedade estatal é a privada. A privatização é uma alternativa adequada quando a instituição pode gerar todas as suas receitas de venda de seus produtos e serviços, e o mercado tem condições de assumir a coordenação de suas atividades. Quando isto não acontece, está aberto o espaço para o público não-estatal. Por outro lado, no momento em que a crise do Estado exige o reexame das relações Estado-sociedade, o espaço público não-estatal pode ter um papel de intermediação ou pode facilitar o aparecimento de formas de controle social direto e de parceria, que abrem novas perspectivas para a democracia. (Pereira, 1997, p. 26-27)

Portanto, estas organizações não governamentais que são diretamente controladas pela sociedade, constituem-se como importantes atores sociais para possibilitar a participação efetiva da sociedade na formulação de alternativas para superar desigualdades e gerar oportunidades, frente à impossibilidade de privatização para determinadas atividades e da necessidade de redefinição das relações entre Estado e sociedade, já que possuem a tarefa de influenciar sobre as decisões estatais.

Frente às desigualdades sociais e à pobreza existente nas cidades, constata-se a ineficiência do poder estatal na formulação e execução de políticas públicas para a mitigação destas adversidades, fazendo com que a mobilidade social seja algo muito distante para os moradores de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em um cenário onde as oportunidades são escassas e as condições estruturais não são propícias para o desenvolvimento pessoal, urge a necessidade da construção de políticas que respeitem as peculiaridades e inclua estes atores nas tomadas de decisão para superar este panorama.

Desse modo, a alternativa de desenvolvimento de um modelo de governança cada vez mais participativo e incluyente, respeitando as peculiaridades e especificidades das comunidades, costumeiramente, desassistidas, é ratificado por Niederle:

As políticas de desenvolvimento territorial sugerem a emergência de um novo modelo de governança condizente com a necessidade de ampliação da interlocução entre diferentes grupos sociais. Este modelo busca integrar Estado e Sociedade Civil na gestão dos problemas públicos a partir da formação de *redes* heterogêneas, da constituição de *espaços públicos* onde os atores confrontam seus referenciais de desenvolvimento e da criação de uma nova institucionalidade que regula as relações políticas. (Niederle, 2014, p. 106)

Este modelo participativo, forjado na construção de um capital social sólido e representativo, normalmente, é a base dos projetos desenvolvidos pelo terceiro setor. Para Bourdieu (2007), este capital social é a junção de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede de contatos duráveis de relacionamentos mais ou menos institucionalizados de familiaridade e reconhecimento, ou seja, é o pertencimento a um grupo. Pressupõe-se, portanto, que ao desenvolver esse senso de pertencimento, essa relação com a comunidade ao qual estão inseridos, os projetos sociais tem a capacidade de potencializar suas ações e desenvolver soluções

de forma efetiva junto às pessoas.

Portanto, os projetos e movimentos sociais são importantes atores sociais na busca em prover dignidade e oportunidades para quem vive em condições adversas nestes locais de extrema vulnerabilidade social e econômica. Estas organizações do terceiro setor podem ser conceituadas da seguinte forma:

Consideramos portanto como organizações do terceiro setor aqueles agentes não-econômicos e não-estatais que procuram atuar, coletiva e formalmente, para o bem-estar de uma comunidade ou sociedade local, sub-regional ou regional, nacional ou internacional. Ação coletiva-formal que pressupõe a democratização de sua maneira de agir visando a emancipação da pessoa humana enquanto sujeito social, sob o exercício da cidadania. (Tenório, 2002, p. 145)

Através da auto-organização e da participação em projetos e movimentos sociais, os moradores de territórios vulneráveis buscam superar as barreiras impostas pela ineficiência da atuação estatal para resolver os problemas enfrentados diariamente. A precariedade de serviços e de políticas que atuam na mitigação das desigualdades existentes eleva a importância do terceiro setor nesta construção de soluções para mitigar as desigualdades socioespaciais:

Em situações especiais, a necessidade de mudar poderá ser reconhecida pelos próprios detentores do aparelho de Estado. O mais provável, porém, é que o seja pelas próprias massas populares, cansadas, como estão de uma vã espera por mais bem-estar. Isso se daria por um movimento desencadeado pela desesperança, mas que contaria com um mínimo de organização. (Santos, 2021, p. 67)

Como explica Renato Balbim (2016), desde 1980 as políticas neoliberais dos Estados-nações têm impulsionado ação direta nas cidades, de movimentos sociais e de organizações não governamentais (ONGs), na busca de soluções locais para os problemas globais.

Diante da necessidade de uma cidade pensada em conjunto com a população e respeitando as especificidades locais, os espaços de escuta, interação e participação ocupam lugar de relevância na construção de alternativas para melhorar a qualidade de vida e diminuir, principalmente, as condições de desigualdade que se apresentam. Neste contexto, os movimentos sociais cumprem este papel ao colocar o morador das comunidades vulneráveis como participante na elaboração de soluções para os problemas que enfrentam. Esta dinâmica de participação dos atores locais na criação de soluções rechaça a lógica das políticas pensadas de cima para baixo que se tornam ineficazes diante da ausência de pertencimento e de compreensão das realidades locais.

Diante disso, os projetos sociais, que podem ser conceituados, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, como uma ação em equipe que deve mobilizar todos os atores envolvidos - proponentes, implementadores, parceiros e público-alvo, podem ser caracterizados como grandes incubadoras de políticas públicas. Como dispõe Tenório (2002), a efetividade do terceiro setor depende de ações orgânicas, comunitárias, ações que conjuguem propostas a partir da interação

entre este setor e aqueles grupos sociais aos quais as organizações públicas não-governamentais estão orientadas.

Logo, com a necessidade latente de pensar as cidades e os territórios a partir da vivência das pessoas que moram naquele lugar, a sociedade civil organizada, através de projetos sociais, movimentos e outros tipos de organizações, assume o protagonismo para pensar as soluções que permitam àquelas pessoas a superação das condições de atraso e segregação impostas a elas. E, conseqüentemente, na busca por equidade, “agentes do terceiro setor assumem um papel fundamental na conquista de justiça social nas vezes em que, nem o Estado, nem os agentes econômicos têm interesse ou são capazes de promovê-la”. (Tenório, 2002, p. 146).

Com a atuação dos projetos sociais dando visibilidade às mazelas e buscando alternativas para capacitar, dar oportunidade e garantir direitos fundamentais, podem-se vislumbrar alternativas para a mitigação da desigualdade socioespacial existente dentro das cidades.

Importante reconhecer que os segmentos populares, organizados em associações de moradores, sindicatos, movimentos sociais, movimentos de moradia, ONGs, coletivos, fóruns e redes, têm tido atuação histórica, seja na perspectiva da participação institucional para monitoramento e aperfeiçoamento das políticas públicas em espaços e processos, como conselhos e conferências, seja na perspectiva das lutas urbanas por fora da institucionalidade, por meio de atos públicos, de formação política, de ocupação de terras e edifícios ociosos, que não cumprem sua função social, e dos mais diversos tipos e manifestações e articulações que têm surgido recentemente – inclusive por meio de ativismo político amparado por redes sociais e plataformas participativas, aplicativos e outras tecnologias de participação e informação. (Comaru, 2016, p.318).

Apesar da atuação do terceiro setor e de seu interesse em garantir ao seu público-alvo os direitos sociais constitucionalmente previstos, principalmente aos mais vulneráveis, esta delegação de responsabilidade do Estado para a sociedade civil incute, principalmente nos usuários das políticas sociais, a perda de concepção de direito. Ademais, o terceiro setor não possui poder de garantir que as suas ações atinjam de forma abrangente o território, incidindo, apenas, sobre pequenas áreas focais.

Essa transferência de papéis traz consigo a fragilização na concepção de direitos sociais universais, onde os programas e projetos sociais focalizam os direitos a nível local, pois o alcance de uma instituição do terceiro setor não será nunca na mesma proporção de uma política social, nem existe uma padronização na qualidade dos serviços prestados, convivendo ainda em algumas ONG's o retrocesso da refilantropização da “questão social”. Considerando que as instituições sem fins lucrativos prestadoras de serviços em áreas de responsabilidade governamental, promotoras de voluntariado, financiadas pela iniciativa privada ou pelo poder público, através de programas sociais, são entidades úteis para o desenvolvimento local, e contribui para transformação social da realidade de algumas das famílias atendidas, seu alcance e impacto social serão sempre limitados. E apesar do terceiro setor está se desenvolvendo e profissionalizando com equipes qualificadas em ferramentas de gestão empresarial, não deveria substituir a ação estatal com o risco de retrocedermos anos nas conquistas históricas da classe trabalhadora por garantias de direitos. (Moreira, 2021, p.7)

Portanto, a questão principal nessa transformação em um contexto onde a sociedade civil se faz mais presente na formulação de soluções para superar situações de desigualdade e inobservância de direitos, está em esclarecer que o caráter social das entidades do terceiro setor não pode ser confundido com “a transferência de um serviço que é de função do Estado para uma organização privada não-lucrativa, de natureza voluntária e, portanto, não se configura em garantia de direito”. (Moreira, 2021, p. 9).

Neste sentido, Carlos Brandão também questiona a delegação de responsabilidade para os agentes locais. O autor critica o posicionamento que coloca os atores locais como responsáveis por prover garantias e direitos de forma irrestrita e definitiva:

Essa “endogenia exagerada” das localidades crê piamente na capacidade das vontades e iniciativas dos atores de uma comunidade empreendedora e solidária, que tem controle sobre seu destino e procura promover sua governança virtuosa lugareira. (...) Nesse contexto, “o local pode tudo” diante da crescente “sensibilidade do capital às variações do lugar”, bastaria mostrar-se diferente e “especial”, propagandeando suas vantagens comparativas de competitividade, eficiência, amenidades, etc., para ter garantida sua inserção na modernidade. (Brandão, 2012, p.38).

E continua:

Uma grande parte dessa produção intelectual exagera na capacidade endógena e determinado território para engendrar um processo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico, replicar as características exitosas de outros casos e, dessa forma, acaba por subestimar os enormes limites colocados à regulação local. Esses autores exaltam os sistemas de colaboração e as redes de compromisso armadas no local, com grande unidade de propósitos e lealdade entre os agentes inseridos em uma coletividade consorciada. (Brandão, 2012, p.39)

Revela-se, portanto, a importância da participação comunitária organizada, de quem vivencia a realidade subjetiva de cada território, aliada a projetos sociais que visam levar tecnicidade e reforçar as soluções encontradas para os problemas de desenvolvimento destes lugares. Mas, ao mesmo tempo, deve-se entender o limite dessas práticas locais no que tange à necessidade de participação estatal em uma conjuntura macro para permitir que as soluções encontradas ganhem escala e efetividade.

Por isso, a importância do Estado utilizar as práticas desenvolvidas pelo terceiro setor como possível base para a formulação de políticas públicas que, de fato, alcancem os interesses e necessidades do público-alvo. Quando estas práticas são encampadas e validadas pelo ente estatal tem potencial para ganhar escala, notoriedade e serem mais efetivas no que tange à superação das desigualdades existentes nas cidades.

Não pode ser atribuída à sociedade civil o papel de elaborador da solução dos problemas que afligem determinados espaços socioeconômicos e políticos, à medida que não cabe a ela estabelecer, exclusivamente, a condição do seu bem-estar social. Os problemas de dada estrutura social, econômica e política são, como já observamos, originados pela ausência histórica do primeiro setor aliados às indiferenças do segundo. Temas como educação, saúde, moradia, emprego, renda, etc., têm sido considerados muito mais

como disfunções ou patologias sociais, do que como elementos estruturais das sociedades contemporâneas, principalmente daquelas do mundo periférico. (Tenório, 2002, p. 150)

O caminho na construção de políticas que respeitem as especificidades de cada território através de um processo de participação cada vez mais amplo dos atores locais passa, portanto, pela necessidade destes atores e movimentos terem suas condutas recepcionadas por uma conjuntura que transcende o local para que se possa ganhar maior eficácia e durabilidade, já que os movimentos e projetos sociais desenvolvidos pelo terceiro setor convivem com a incerteza da falta de incentivo e fomento que pode condená-los à extinção.

Ignacy Sachs retrata bem em sua obra a necessidade das políticas públicas encamparem as ações de movimentos sociais que, de fato, cumpram o seu papel transformador:

Na medida em que as desigualdades morais resultam de organização social, elas só podem ser superadas mediante atos de voluntarismo responsável – políticas públicas que promovam a necessária transformação institucional e ações afirmativas em favor dos segmentos mais fracos e silenciosos da nação, a maioria trabalhadora desprovida de oportunidades de trabalho e meios de vida decentes, e condenada a desperdiçar a vida na luta diária pela sobrevivência. (Sachs, 2004, p. 27)

O terceiro setor, portanto, através dos projetos sociais tem grande influência na formulação de soluções para mitigar a desigualdade social existente nas cidades, sobretudo, com a oferta de atividades que gerem oportunidade e supram necessidades básicas dos moradores dos territórios mais vulneráveis. Porém, para que estas ações alcancem mais pessoas e sejam mais efetivas, torna-se imperioso que o Estado utilize estas iniciativas como base para formulação de políticas públicas duradouras e efetivas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Contexto historiográfico e territorial de Paraíba do Sul e do bairro Eldorado

Conforme classificação genérica do IBGE consideram-se pequenas cidades ou municípios de pequeno porte demográfico aqueles com população inferior a cem mil habitantes. Diante desta classificação, o Brasil possui 5.253 municípios considerados pequenos, o que representa 94% do total de cidades brasileiras. No que tange à especificidade e conjuntura de cada uma delas, de acordo com Roberto Lobato Corrêa, “as pequenas cidades brasileiras constituem um universo muito variado quando se considera um conjunto de características associadas aos núcleos urbanos e às suas hinterlândias” (Corrêa, 2011, p.7). As pequenas cidades encontram inúmeros desafios para

alcançar um desenvolvimento sustentável e incluyente que não seja sinônimo de precarização das relações e de um crescimento urbano desordenado.

Nesta seara, caracterizada como uma pequena cidade no interior do estado do Rio de Janeiro, está Paraíba do Sul, localizada na região Centro-Sul Fluminense, que tem sua origem marcada pelo caminho do ouro em meados de 1680, sendo, oficialmente, fundada em 15 de janeiro de 1833. Com a necessidade de abertura de uma nova rota, mais curta e mais segura, entre o porto do Rio de Janeiro e Minas Gerais, a Coroa Portuguesa autorizou que o bandeirante Garcia Rodrigues Paes realizasse o trabalho e, conseqüentemente, dessa origem ao local que, mais tarde, se transformaria na cidade de Paraíba do Sul.

Garcia Rodrigues Paes, filho do bandeirante Fernão Dias, chegou a Parahyba em 1681, vendo ali possibilidades de abertura de uma nova rota, mais segura e menor, entre as minas e o mar (Rio de Janeiro - Minas Gerais). Em 1719, Parahyba ganha denominação de Curato; em 1756 de Freguesia; em 1833 é elevada à Villa de Parahyba do Sul e tem a sua fundação oficial reconhecida. (Oliveira, 2018, p. 15).

Após sua fundação em 1833, a cidade foi sofrendo, com o tempo, alguns desmembramentos, dando origem a novas cidades, como é o caso de Petrópolis, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia e Três Rios, por exemplo. Mesmo com essa diminuição territorial, Paraíba do Sul ainda tem, aproximadamente, 580 km² de extensão, sendo dividida em 4 distritos, quais sejam: 1º distrito (Paraíba do Sul), 2º distrito (Vila Salutaris), 3º distrito (Inconfidência) e 4º distrito (Werneck).

A cidade possui extenso patrimônio histórico, composto, por construções imponentes, como a “Ponte da Parahyba (1857)”, onde foi, segundo Oliveira (2018), “cobrado o primeiro pedágio do Brasil, com taxas para pessoas, animais e carroças” e a Praça Marquês de São João Marcos que:

Foi o local do primeiro núcleo de povoamento da região, onde, em 1715, Garcia instalou uma capela em Louvor a Nossa Senhora da Conceição dos Apóstolos de São Pedro e São Paulo. Em 1860, sessenta palmeiras imperiais, símbolo da realeza do primeiro e segundo império, foram plantadas em forma de cruz de malta e sobrevivem até hoje” (Oliveira, 2018, p. 7)

Inclusive, a praça é reconhecida e tombada pelo INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural). Além disso, é marcada por igrejas centenárias, fazendas do ciclo do café e residências antigas de nobres e barões que fundaram e viveram por muito tempo na cidade.

A cidade ainda conserva sua divisão por distritos. O primeiro distrito é composto por bairros centrais e periféricos, inclusive, alguns, com fortes características de vulnerabilidade como é o caso dos bairros Liberdade, Barão de Angra, Santa Josefa e Eldorado. Dentro do referido distrito é possível observar realidades estruturais muito distintas entre os bairros que o compõem; o segundo distrito é o menor em extensão territorial e é composto por bairros urbanos periféricos e rurais com forte incidência de agricultura familiar e pequenos comércios; o terceiro e quarto distritos são

compostos, exclusivamente, por bairros rurais.

Para tratar das condições do desenvolvimento de Paraíba do Sul, parte-se do princípio de que “no limiar do século XXI, quase todas as sociedades enfrentam a desanimadora perspectiva de uma infundável crise urbana, consequência de um modelo obsoleto e irracional da ocupação do espaço” (Ratner, 2009, p. 7). A alcunha do desenvolvimento traz consigo uma propaganda enganosa de benefícios ilimitados e prosperidade, mas, simultaneamente, acarreta custos sociais e estruturais que não são levados em conta no início, mas que se revelam desastrosos ao longo do tempo.

O passado rico e imponente da cidade, que evidencia, inclusive, uma vocação turística pouco explorada, direcionada para seu patrimônio histórico, contrasta com sua conjuntura socioeconômica atual. Segundo o IBGE, Paraíba do Sul está situada em uma região geográfica junto com os municípios de Comendador Levy Gasparian, Sapucaia e Três Rios. E, embora a cidade tenha a maior área territorial e uma população estimada de 44.467 habitantes, figura, em relação às outras cidades da Região, com os piores índices no que tange ao salário médio mensal dos trabalhadores (1,7 salários mínimos) e ao PIB *per capita* (R\$28.000,00). Além disso, tem o segundo maior índice de mortalidade infantil (13,95 óbitos por mil nascidos vivos) e o terceiro pior índice do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) (5,4 nos anos iniciais do Ensino Fundamental e 4,4 nos anos finais) no recorte, também, da região imediata.¹²

Quando a cidade é comparada às outras cidades do Estado as posições ocupadas nos rankings de índices que medem renda, empregabilidade, educação e saúde, por exemplo, continuam sendo bastante modestos. De 92 municípios que compõem o estado do Rio de Janeiro, Paraíba do Sul está em 78º lugar no ranking de salário médio mensal dos trabalhadores formais (2022); 49º e 45º, respectivamente, no ranking do IDEB (anos iniciais e finais) (2023); 52º em PIB *per capita* (2021); e 38º em mortalidade infantil (2022)¹³.

Os índices ruins do município não podem ser justificados pela ausência de arrecadação e/ou baixo poder de investimento. Segundo o IBGE, Paraíba do Sul foi a cidade que mais arrecadou em sua região imediata no ano de 2023, com, aproximadamente, 270 milhões de reais de receitas brutas. Em 2024, a cidade teve uma arrecadação líquida superior a 281 milhões de reais e despesas calculadas em, aproximadamente, 271 milhões. Dessas despesas, cerca de 1,6 milhões de reais foram classificados no Portal da Transparência¹⁴ como “investimentos” e subdivididos em “obras e instalações” e “equipamentos e material permanente”. Porém, não foram observados avanços

¹² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraiba-do-sul/panorama>. Acesso em 22/04/2025.

¹³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/paraiba-do-sul/panorama>. Acesso em 22/04/2025.

¹⁴ Disponível em: <https://paraibadosul.gov.br.cloud/pronimtb/index.asp?acao=3&item=2>. Acesso em 22/04/2025.

significativos no que se refere à melhoria de infraestrutura e aumento na oferta de serviços públicos. Muitos bairros da cidade, por exemplo, ainda carecem de urbanização, com pavimentação precária, inexistência de calçadas, esgoto a céu aberto, baixa iluminação pública e equipamentos públicos obsoletos e/ou insuficientes. Verifica-se que o problema não é a escassez de recursos, mas sua má administração e distribuição desigual e precária, além da ausência de políticas públicas eficientes e eficazes, principalmente, aquelas direcionadas à superação da pobreza e geração de oportunidades.



Imagem 7 - Ruas sem pavimentação, esgoto à céu aberto e equipamentos públicos mal conservados em outros bairros periféricos da cidade. Fonte: registros próprios.

Frente aos desafios enfrentados rotineiramente pelas cidades, inclusive por Paraíba do Sul, para que haja um crescimento socioeconômico sustentável, que respeite suas vocações, identidade e garanta à população de toda cidade bem-estar e dignidade, torna-se fundamental enxergar as perspectivas e realidades, principalmente, dos bairros em situação de maior vulnerabilidade.

Entre os diversos bairros da cidade, o bairro Eldorado pode ser visto como um dos mais vulneráveis e estigmatizados. Surgiu em 1997, através de uma iniciativa da ONG Habitat para Humanidade¹⁵ que através de mutirões construiu as primeiras casas da localidade. A ONG, que atua em vários países para garantir moradia digna às pessoas, após a conclusão das obras, realizou sorteios para definir a propriedade dos imóveis entre aqueles que participaram dos mutirões de construção. Depois da construção e entrega das residências a ONG finalizou sua missão e migrou

¹⁵ Habitat para a Humanidade Brasil é uma organização global não governamental, sem fins lucrativos, que tem como causa a promoção da moradia como um direito humano fundamental. Fonte: <https://habitatbrasil.org.br/> Acesso em 16 de novembro de 2024

para outras cidades.

Portanto, a construção das moradias em um local anteriormente inabitado e sem infraestrutura e urbanização, condicionou os moradores a uma grande dificuldade de acesso à cidade e, conseqüentemente, a serviços e equipamentos públicos. Sendo notórios os problemas enfrentados ao longo do tempo para prover condições mínimas de bem-estar e qualidade de vida que se arrastam ao longo do tempo e fazem com que a comunidade permaneça como uma das mais vulneráveis da cidade.

O início do bairro, sem um planejamento prévio, desencadeou uma intervenção tardia, lenta e gradual do governo municipal. No primeiro mandato do prefeito Rogério Onofre (1997-2000) a localidade passou a ser considerada bairro e ganhou o nome de Eldorado. Junto a este movimento, teve início o processo de urbanização para prover infraestrutura mínima para os moradores como a definição de vias, calçamento e a garantia das condições necessárias para as concessionárias fornecerem água e energia elétrica. Paralelo a isto, o número de moradores do bairro foi crescendo de forma significativa, bem como sua extensão territorial.

Com o crescimento da comunidade era necessário um espaço que estimulasse a convivência e servisse de ponto de apoio para a realização de confraternizações, movimentos culturais e artísticos. Desta forma, os moradores mais uma vez se reuniram e iniciaram a construção de um grande galpão para servir como sede de uma filial da Associação Moçambique de Capoeira. A instituição, que completa cinquenta e três anos em 2025, voltada para o incentivo à cultura e preservação da história através da prática da capoeira e oferece aulas gratuitas em comunidades vulneráveis.



Imagem 8 - Sede da Associação Moçambique de Capoeira. Fonte: registros próprios.

No mesmo ano de inauguração da sede da Associação Moçambique no Bairro Eldorado, foram construídas casas populares em uma nova área do bairro preparada pelo poder público para recepcionar os novos moradores, principalmente, aqueles que moravam em áreas de risco em outros bairros da cidade. Dada a grande precariedade do local e por estar geograficamente distante da área central da cidade e dos bairros com maior investimento, esta área ficou popularmente conhecida como “mundo perdido” ou “mundinho”.



Imagem 9 - Imagens que revelam o abandono e a precariedade do local vulgarmente chamado de “Mundo Perdido”.
Fonte: registros próprios.

A alcunha dada a esta parte do bairro fez com que as pessoas que passaram a habitar nas casas populares entregues pelo governo municipal fossem alvo de discriminação e preconceito ao longo do tempo, sendo preteridas até mesmo por moradores de outros pontos do bairro e, consequentemente, tendo dificuldades até mesmo em conseguir espaço no mercado de trabalho. O preconceito e discriminação, inclusive, perduram até os dias atuais. Isto se deve ao fato de, além do baixo poder aquisitivo dos moradores, esta parte do bairro ter habitações ainda mais precárias, ausência total de serviços públicos, inexistência de áreas de lazer e convivência, presença do tráfico de drogas e o natural afastamento geográfico, caracterizando uma área ainda mais marginalizada e vulnerável.

Além dos problemas sociais encontrados e vividos pelos moradores desta parte do bairro, segundo o Relatório Técnico 1670-R-12 produzido, em 2012, pela empresa Regea Geologia e Estudos Ambientais a pedido do DRM - Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro em conjunto com o NADE - Núcleo de Análise e Diagnóstico de Escorregamentos, as residências populares construídas nesse local estão sob risco estrutural e necessitam de intervenções urgentes,

tais como construção de sistema de drenagem com canaletas, escadas hidráulicas, caixas de passagem e dissipação. Bem como a construção de contenções, reforço da estrutura das moradias e impermeabilização dos pavimentos. Vide figura abaixo:

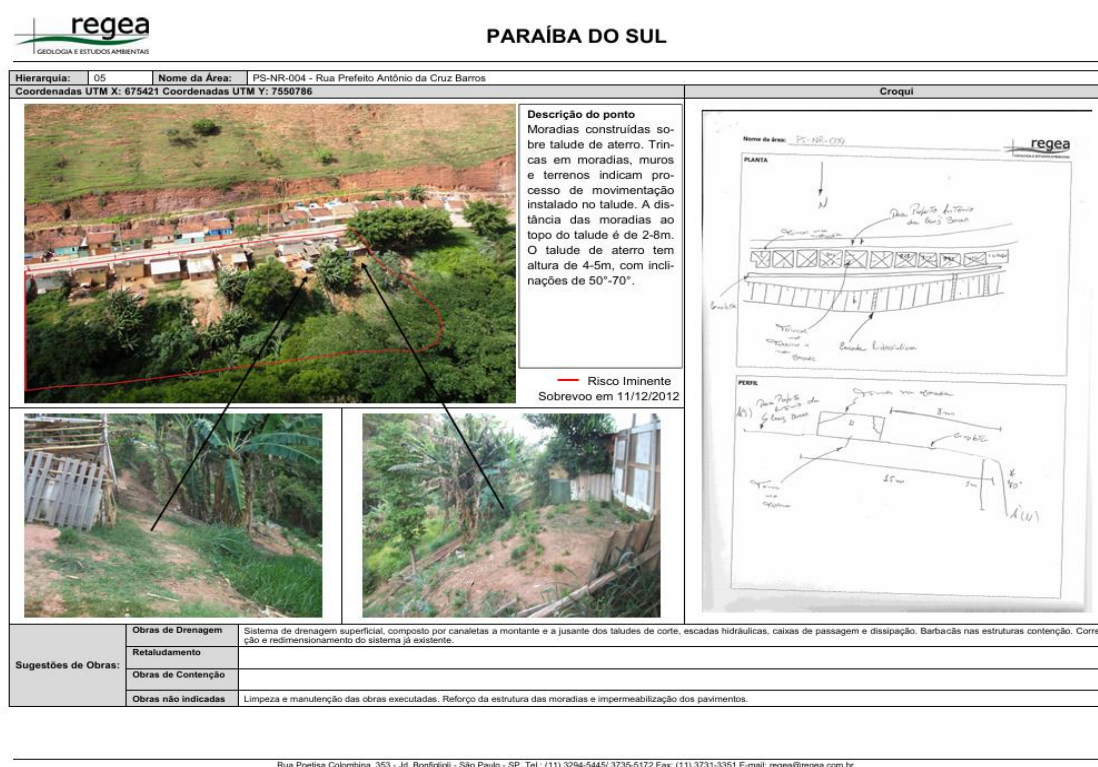


Imagem 10 – Relatório técnico que confirma as condições de risco e precariedade das habitações do bairro Eldorado.
Fonte: Relatório Técnico 1670-R12 Regea Geologia e Estudos Ambientais

Segundo o relatório, as moradias foram construídas sobre um talude de aterro, ou seja, sobre uma área sem estrutura, inclusive, que possui risco de desabamento de encostas. Além disso, foi constatado o processo de movimentação do solo que acarreta trincas e severas rachaduras em moradias e terrenos da localidade. A construção das casas populares em local impróprio e sem a devida estruturação, segundo à empresa, exige severas intervenções.

Porém, mesmo com as constatações do relatório elaborado em 2012, nenhuma intervenção foi feita até hoje para corrigir as inconsistências apresentadas e, consequentemente, o risco torna-se cada vez mais eminente para os moradores de uma área que já apresenta traços tão fortes de vulnerabilidade social. Inclusive, alguns moradores relatam constantes deslizamentos de terra que causam transtorno durante os períodos de chuva mais intensa.

Em dezembro de 2004, após a entrega das casas populares e com o consequente aumento significativo de moradores no bairro, a Prefeitura Municipal instalou o primeiro equipamento

público na localidade. A Creche Municipal Eduardo Eugênio Vieira, que, atualmente, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação, recebe 87 crianças de 0 a 3 anos de idade.

Seis anos depois da instalação da creche, em 2010, foi inaugurada a Escola Municipal Melchor del Blanco que, desde sua inauguração, contempla alunos do 1º ao 5º do Ensino Fundamental e, atualmente, possui 107 alunos matriculados. Tendo em vista que a Escola Municipal contempla apenas até o 5º ano do Ensino Fundamental, os alunos, após concluírem esta etapa, precisam se deslocar para outros bairros da cidade para continuarem e finalizarem o ensino fundamental e, conseqüentemente, o ensino médio. Este é um fator importante que ilustra a dificuldade de acesso à educação nos anos finais, tendo em vista a distância entre residência e escola, principalmente, quando o transporte público se mostra ineficiente.

Embora, em 2000, tenha havido uma expansão significativa da atenção básica em saúde no Município, com construção de Unidades Básicas de Saúde, em quase todos os bairros da cidade, o bairro Eldorado, a princípio, não foi contemplado. O bairro teve sua Unidade inaugurada apenas em 2016, com um atraso de dezesseis anos em relação aos outros bairros da cidade. Tal fato ratifica, mais uma vez, a negligência com a localidade e a dificuldade de acesso dos moradores, por um longo período de tempo, a serviços essenciais.

Atualmente, a UBS do bairro atua com a defasagem de um agente comunitário de saúde na equipe, além de conviver com a constante falta de medicamentos e de insumos básicos como esparadrapos e ataduras. Além disso, a estrutura encontra-se em estado de deterioração com muito mofo nas salas, paredes descascadas e sem proteção, que poderia ser feita por toldos, para conter as fortes chuvas que inundam a unidade.

Embora a existência dos equipamentos públicos pressuponha a presença do Estado na comunidade e a cobertura dos serviços, o que se vê são estruturas precárias, equipes incompletas e deficiência na entrega do serviço. A construção dos equipamentos não garantiu, em momento algum, o cumprimento integral de seus objetivos e serviços públicos de qualidade na comunidade.



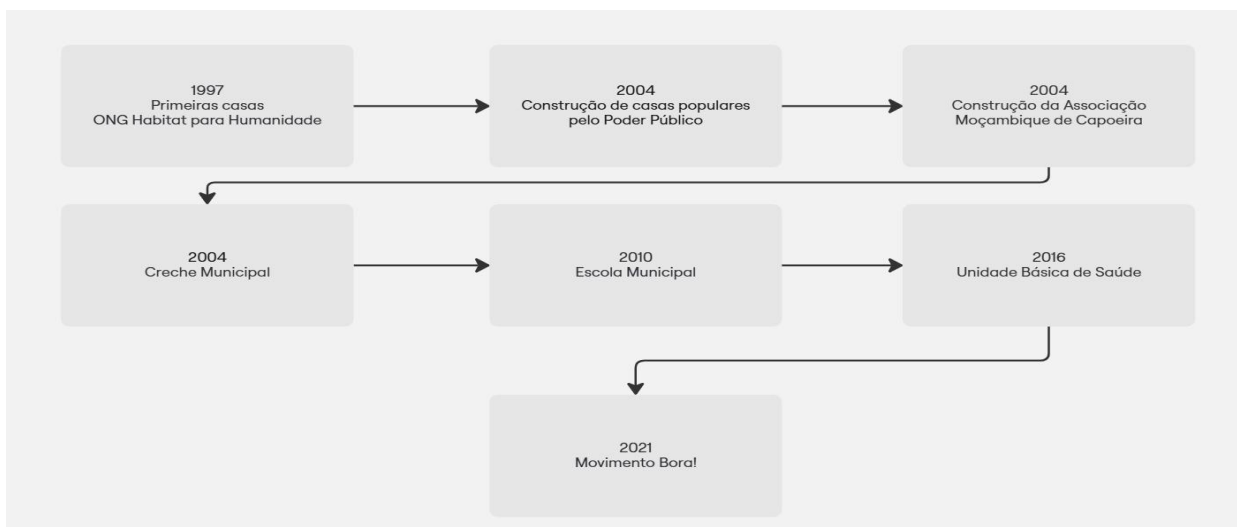
Imagem 11 – Pannel de fotos que apresenta a fachada da Escola Melchor del Blanco (Eldorado) e da UBS Eldorado.
 Fonte: registros próprios.



Imagem 12 – Creche Municipal do bairro Eldorado. Fonte: registros próprios

Diante deste cenário de ineficiência dos serviços públicos prestados no Bairro e da inexistência de políticas que atuem na geração de oportunidades, é fundado, em 2021, o Movimento Bora! que tem como principal objetivo, através da oferta de oficinas culturais, esportivas, de promoção de saúde e capacitação profissional, gerar mais oportunidades para os moradores do bairro Eldorado e, consequentemente, diminuir a desigualdade socioespacial existente na cidade.

Quadro 2 – Linha do tempo com a ordem cronológica dos acontecimentos mais relevantes do bairro Eldorado



Fonte: elaborado pelo autor

É possível visualizar que o bairro, que teve sua origem em mutirões de moradores motivados por um projeto social, tem sua história permeada por outros projetos e movimentos que atuam com um forte espírito de cooperação a fim de preencher uma lacuna deixada pelo Estado na promoção do bem-estar, da dignidade e do acesso a serviços e oportunidades. A relevância das organizações sociais presentes no território ratifica a importância do terceiro setor na construção de soluções, principalmente, quando se trata de bairros em condição de vulnerabilidade social e econômica. Mas, isto não anula a importância do Poder Público assumir o seu papel de garantidor de direitos sociais e condições dignas para os cidadãos.

As vulnerabilidades retratadas permitem constatar a situação de pobreza existente no bairro Eldorado diante do cenário de exclusão social existente. Segundo Gomes e Pereira (2005), a exclusão de um grupo social ocorre de acordo com o espaço geográfico ao qual está inserido e sua conjuntura econômica e social do território a que pertence. Essa exclusão social é caracterizada e estimulada, sobretudo, pela ausência de políticas sociais básicas para que este grupo tenha acesso a condições mínimas de subsistência e de garantia de dignidade e bem-estar.

As características do bairro, portanto, podem ser resumidas da seguinte forma:

Quadro 3 – Principais características do Bairro Eldorado

Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Água - Coleta de lixo - Energia elétrica - Esgoto - Iluminação pública - Pavimentação - Cobertura de dados móveis 	<ul style="list-style-type: none"> - Por diversas vezes o bairro enfrenta problema de abastecimento de água e de ineficiência na coleta de lixo. - O bairro não tem 100% de seu esgoto tratado e muitas casas realizam o despejo em um córrego que corta o bairro. - Embora a cidade tenha anunciado a mudança para iluminação de LED, o bairro ainda tem muitos pontos com lâmpadas antigas e fracas. - O bairro não tem cobertura das operadoras de celular prejudicando a conectividade dos moradores.
Padrão de ocupação	<ul style="list-style-type: none"> - Desordenado - Sem planejamento 	<ul style="list-style-type: none"> - As casas foram construídas sem que houvesse um planejamento urbano adequado e o crescimento

		desordenado do bairro prejudica possíveis avanços estruturais.
Danos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> - Descarte de resíduos - Manutenção de córrego 	<ul style="list-style-type: none"> - Os resíduos são descartados de forma rotineira em locais indevidos e sem que haja separação. - O córrego que corta o bairro é poluído pelo despejo irregular de esgoto e pelo descarte de lixo em seu entorno.
Equipamentos públicos	<ul style="list-style-type: none"> - Unidade básica de saúde - Creche - Escola - Quadra esportiva 	<ul style="list-style-type: none"> - Os equipamentos públicos encontram-se em péssimo estado de conservação.
Transporte pública	<ul style="list-style-type: none"> - Linha de transporte coletivo 	<ul style="list-style-type: none"> - O bairro é atendido por um ônibus que realiza o transporte dos moradores durante o dia.

Fonte: elaborado pelo autor

Entendido o contexto da cidade de Paraíba do Sul e, conseqüentemente, do bairro Eldorado, faz-se necessário realizar o contraponto com outros bairros da cidade a fim de ratificar a desigualdade socioespacial existente. Quando esta relação é feita apura-se que os investimentos concentram-se em determinados locais, bem como a qualidade dos serviços e equipamentos públicos é superior em bairros centrais do município.

4.2 Desigualdade socioespacial na cidade de Paraíba do Sul

A Constituição Federal de 1988 foi uma mudança significativa de paradigma quando o legislador trouxe para o texto a importância dos direitos sociais, da função social da cidade e da propriedade, traduzindo sua intenção de garantir o bem-estar e a dignidade de todas as pessoas que habitam as cidades, sem qualquer distinção.

Em seu art. 6º a Carta Magna diz:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.¹⁶

Diante deste contexto e com o consequente movimento, a partir da promulgação da Constituição, de descentralização político-administrativa, as cidades passaram, ainda mais, a ter o dever de organizar o seu território a fim de que todos os direitos fossem concedidos aos seus municípios. Esta promoção de direitos, principalmente no que tange aos direitos sociais, deve ser direcionada independentemente de condição financeira, endereço ou raça.

Corroborando este entendimento, foi promulgada em 2001, a Lei nº 10.257, o Estatuto das Cidades. A fim de regulamentar os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, a norma passou a estabelecer diretrizes gerais da política urbana que passou a ter como norte a função social da cidade e da propriedade. Além disso, evidenciou a importância do planejamento urbano e da organização das cidades para garantir as condições necessárias para o pleno desenvolvimento das pessoas.

O Estatuto afirmou com ênfase que a política urbana não pode ser um amontoado de intervenções sem rumo. Ela tem uma direção global nítida: “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (art. 2º, caput), de modo a garantir o “direito a cidades sustentáveis” (inc. I, V, VIII e X). A cidade, como espaço onde a vida moderna se desenrola, tem suas funções sociais: fornecer às pessoas moradia, trabalho, saúde, educação, cultura, lazer, transporte, etc. Mas, como o espaço da cidade é parcelado, sendo objeto de apropriação, tanto privada (terrenos e edificações) como estatal (ruas, praças, equipamentos, etc.), suas funções têm de ser cumpridas pelas partes, isto é, pelas propriedades urbanas. A política urbana tem, portanto, a missão de viabilizar o pleno desenvolvimento das funções sociais do todo (a cidade) e das partes (cada propriedade em particular). (Sundfeld, 2014)

Com os avanços normativos cada vez mais claros no que tange à política urbanística, os municípios passaram a ser os atores centrais para ordenar e garantir que fosse cumprido o que deveria ser o maior objetivo do Estado: o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos. Mas, o que se vê na distribuição espacial e na oferta de serviços públicos ainda está muito aquém daquilo que era a intenção dos legisladores, tanto da Constituição Federal, quanto do Estatuto das Cidades.

Aliada a uma ideia de desenvolvimento e progresso, que em um primeiro momento parece trazer benefícios ilimitados e prosperidade para as cidades, as gestões municipais optam, na maioria das vezes, em concentrar investimentos em determinadas áreas do município enquanto outras são preteridas. Esse movimento, segundo Vainer (2013), gera o desenvolvimento excludente nos municípios, favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes, desigualdades sociais profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamentos e custos crescentes de um

¹⁶ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 23/05/2025.

transporte público precário e espaços urbanos segregados. Este processo de segregação não é mais exclusivo das metrópoles e pode ser observado com certa frequência nas pequenas cidades. Portanto, a organização atual do espaço urbano é excludente para, sobretudo, manter os interesses capitalistas e privilegiar àqueles que ocupam as áreas da cidade que recebem turistas e/ou que estão relacionadas às classes mais abastadas.

Ancorado neste desenvolvimento que privilegia partes da cidade, a desigualdade socioespacial existente limita os moradores de áreas vulneráveis e periféricas na busca por direitos fundamentais, sociais e, principalmente, pelo direito à cidade. O planejamento de uma cidade que possibilite a todos, igualmente, pleno direito aos serviços públicos ofertados na cidade com qualidade e garantindo a dignidade da pessoa humana sem qualquer discriminação, é um dos grandes desafios que devem ser enfrentados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A literatura sobre a produção capitalista das cidades em geral, e sobre a relação entre o mercado e o urbano no caso brasileiro em particular, é vasta e foge ao escopo deste trabalho recuperá-la. O modelo de exclusão territorial, analisado pioneiramente por Kowarick, aponta para um urbano dividido entre a inserção nos circuitos avançados e globalizados de mercado para poucos e a negação do direito à cidade para a maior parte dos moradores urbanos. (Rolnik, Klink, 2011)

Como defende Ítalo Itamar Caixeiro Stephan e Ana Cristina de Souza Maria: “até nas pequenas cidades, os moradores “indesejáveis” são deslocados para as periferias distantes, em conjuntos habitacionais longe dos locais de trabalho, a custos monetários inacessíveis e com condições de transporte precaríssimas ou inexistentes” (2015, p. 3). E, como foi abordado anteriormente nesta pesquisa, este deslocamento ocasiona o cerceamento do direito à cidade e, conseqüentemente, de equipamentos e serviços públicos de qualidade. Constata-se, portanto, que esta distribuição espacial que gera a desigualdade nos municípios não é aleatória.

O relatório State of the World's Cities Report 2012/2013: Prosperity of Cities, publicado pela UN-Habitat, programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ao posicionar as cidades como solução para as crises globais, declara: As cidades são os lugares onde os seres humanos encontram e satisfazem suas necessidades básicas e bens públicos essenciais. Onde vários produtos podem ser encontrados em suficiência e utilidade apreciadas. As cidades são também os lugares onde ambições, aspirações e outros aspectos imateriais da vida são realizados, proporcionando satisfação e felicidade, aumentando as perspectivas de bem-estar individual e coletivo. No entanto, quando a prosperidade não se faz sentir ou é restrita a alguns grupos, quando só é sentida em algumas partes da cidade, quando é usada para atender a interesses específicos, ou quando é uma justificativa para ganhos financeiros por poucos em detrimento da maioria, a cidade torna-se o locus onde o direito à prosperidade compartilhada é reivindicado e objeto de luta (UN-Habitat, 2012, p. 10).

Após a breve análise contextual em relação à intenção legislativa em construir cidades mais justas e dar maior autonomia e poder para que os municípios entreguem planejamento e acesso a

direitos a todos os munícipes, que se contrapõe com a realidade de planejamentos cada vez mais excludentes, urge trazer o enfoque desta pesquisa para Paraíba do Sul-RJ, consequentemente, para o bairro Eldorado, a fim de demonstrar como esta diferença de perspectivas se apresenta.

Tendo em vista que o bairro foi “planejado para ser desigual” e recepcionar pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, inclusive advindas de situações precárias em outros bairros da cidade, o fenômeno do desenvolvimento excludente é reafirmado e intensifica o processo de desigualdade socioespacial na cidade. Quando um bairro é criado sem as mínimas condições de infraestrutura e serviços públicos insuficientes, o Estado assume a responsabilidade por todos os problemas relacionados à pobreza e à falta de acesso à cidade.

Esta desigualdade pode ser comprovada, inicialmente, ao analisar as condições em que a educação é ofertada no bairro e fora dele. Tendo em vista o papel transformador que a educação assume na sociedade, principalmente, na formação de indivíduos críticos que podem desafiar o *status quo*, a desigualdade existente nas instituições de ensino reflete na perspectiva e na vida das crianças que frequentam as escolas municipais. Segundo Docília Freitas e Felipe Sousa (2021) “a educação é um dos meios que pode levar a compreensão da estrutura social, podendo contribuir para sua transformação”, porém, se o aluno não estiver em um local adequado para receber todas as informações e conhecimentos que precisa para seu desenvolvimento, não será possível observar esta transformação. Há que se considerar que “quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria” (SEN, 2023, p. 124).

O bairro, além de uma creche, conta com a Escola Municipal Melchor Del Blanco, que foi fundada em 2010 e oferta o Ensino Fundamental I, do 1º ao 5º ano, e atende, integralmente, as crianças do bairro Eldorado, normalmente, entre 6 e 10 anos de idade. Neste período escolar, as crianças são introduzidas a conhecimentos básicos em diversas áreas, como língua portuguesa, matemática, ciências, história e geografia, além de desenvolver habilidades como leitura, escrita e cálculo. Sendo, portanto, crucial como base para a vida adulta.

Ao visitar a unidade escolar, em janeiro de 2025, um dos pontos mais relevantes observados foi a existência de turmas multisseriadas durante os últimos anos, sem que houvesse nenhum tipo de abordagem ou planejamento diferenciado. A existência destas turmas estava relacionada, somente, a obras inacabadas e à falta de capacidade estrutural para absorver todos os alunos matriculados. Ou seja, alunos de diferentes séries ou anos, ficam agrupados em uma única sala, com um único

professor, para receber instrução em conjunto. Fato que, inevitavelmente, influenciou negativamente no desenvolvimento dos alunos e na saúde mental dos profissionais. Além disso, a escola que deveria funcionar em período integral, por ter sua grade de disciplinas incompleta, funciona em horário reduzido, liberando os alunos no meio do período da tarde e dificultando a rotina dos responsáveis que não conseguiram compatibilizar os horários para se manterem no mercado de trabalho. Além disso, nenhuma política de reforço escolar ou outra que pudesse potencializar os estudantes foi desenvolvida de maneira focal no bairro Eldorado nos últimos anos. Esta conjugação de fatores contribuiu para que, em 2023, a Escola Municipal Melchor del Blanco, de acordo com o IBGE, atingisse o pior índice da cidade no IDEB¹⁷ (nos anos iniciais do ensino fundamental).

Paraíba do Sul possui treze escolas municipais que ofertam o Ensino Fundamental I e, enquanto a escola do Bairro Eldorado atingiu a nota mais baixa (4,5)¹⁸, a Escola Manuel Gonçalves D'Assunção, localizada no Centro da cidade (em frente ao prédio da Prefeitura Municipal) obteve a maior nota da cidade (6,3). O índice, portanto, apenas reforça o estereótipo da desigualdade socioespacial existente, ratificando a interferência da localização geográfica do equipamento público na oferta do serviço de qualidade e na perspectiva de futuro que as crianças podem ter.

Ao confrontar as notas e constatar a diferença existente entre as escolas, caso houvesse um real interesse de investimento e de estabelecimento de um desenvolvimento socioeconômico incluyente, seria natural que o poder público aumentasse o investimento no local e direcionasse políticas para suprir a necessidade dos alunos da instituição. Porém, isso não aconteceu e as condições que contribuíram para a diferença dos índices educacionais foram mantidas, preservando a desigualdade socioespacial.

Quanto às escolas que possuem o Ensino Fundamental II e Ensino Médio, todas estão, a pelo menos, três quilômetros de distância do bairro, dificultando o acesso à educação, tendo em vista que o transporte público ofertado para os moradores do local se dá através de apenas uma linha de ônibus em horários espaçados de hora em hora.

¹⁷ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Fonte: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> Acesso em 17 de novembro de 2024.

¹⁸ Disponível em: <https://qedu.org.br/municipio/3303708-paraiba-do-sul/explore> . Acesso em 31 de maio de 2025.

Outro ponto importante que configura a citada desigualdade socioespacial passa pela zeladoria e pelo investimento na manutenção das áreas de socialização e convivência, principalmente, dos bairros com altos índices de violência e vulnerabilidade. Uma das formas de aumentar o senso de pertencimento, estimular o convívio e diminuir a violência é qualificar as áreas comuns para que melhore a relação da comunidade com o próprio local, assim, buscando mais equidade na vida urbana. Inclusive políticas que requalificaram e equiparam áreas carentes em lugares com alto índice de violência demonstram que a experiência pode ser bem sucedida. Como é o caso, por exemplo, de Medellín, na Colômbia, e do Recife, Brasil.

Em Medellín, uma das cidades mais violentas do mundo nos anos 1990, foram realizadas intervenções estratégicas no espaço urbano para que a comunidade voltasse a se sentir segura e tivesse uma qualidade de vida melhorada. Através da reestruturação de áreas degradadas e anteriormente tomadas pelos cartéis de droga, o governo colombiano conseguiu fazer com que o senso de pertencimento aflorasse nas pessoas e estas voltassem a ocupar as praças e equipamentos públicos, como as Bibliotecas Parque, inibindo a atuação dos traficantes e retomando o espaço público.

A frase “trocando a pele dos bairros de Medellín”, era usada pelo Prefeito Sergio Fajardo, diante da renovação e transformação do espaço urbano pelo qual a cidade passou e ainda vem passando, de 2004 a 2011, onde ocorreram grandes mudanças na arquitetura e urbanismo em toda a cidade, com o objetivo de alcançar maiores graus de desenvolvimento sócio-espacial. O Urbanismo Social surge como uma resposta estratégica a um grave problema de exclusão social da maior parte das comunas e bairros da cidade. Para reverter essa realidade, foram realizados projetos de arquitetura e urbanismo em conjunto, e em diferentes escalas, a fim de organizar e articular o espaço para dignificá-lo. Foi através dos Projetos Urbanos Integrados (PUI) que esses projetos puderam ser planejados e executados. Sendo uma ferramenta de intervenção do Urbanismo Social, os Projetos Urbanos Integrados (PUI) surgiram em 2004 durante o governo de Sergio Fajardo e foram desenvolvidos pela Empresa de Desenvolvimento Urbano (EDU). O PUI, através da elaboração de planos, programas e projetos, busca a integração urbana o melhoramento da qualidade de vida por meio da aliança entre três componentes, o físico (atuando em áreas de maiores riscos⁷), o social (incluindo e promovendo a participação da sociedade na busca de soluções para a mesma), e o institucional (baseado em ações do PRIMED). (Felows e Melo, 2021, p.17)

Intervenções sociais, urbanismo, investimentos em educação e cultura, e uma gestão pública que priorizou a segurança e o desenvolvimento social, mudaram o paradigma de Medellín. Nos anos 90, a taxa de homicídio batia quase 400 por cada 100 mil habitantes¹⁹, porém com a continuidade da

¹⁹ Disponível em: <https://braziljournal.com/opiniao-o-modelo-medellin-nasceu-no-brasil-mas-e-quase-impossivel-replica-lo/>

política de intervenções sociais, em 2024, Medellín alcançou o menor nível de violência em 40 anos.²⁰

Já no Recife, capital do estado que teve a segunda maior taxa de assassinatos por 100 mil habitantes do Brasil em 2023²¹, os Centros Comunitários da Paz mudaram a realidade de alguns bairros vulneráveis da cidade, sendo, esta política pública, inclusive, premiada pela ONU. Os Complexos que ofertam diversas atividades esportivas, culturais e relacionadas à cidadania da população configuram um modelo que precisa ser ampliado para outros territórios da cidade e do estado.

Segundo o próprio site institucional dos Centros:

O Centro Comunitário da Paz - Compaz foi concebido com foco na prevenção à violência, inclusão social e fortalecimento comunitário. Baseada na experiência colombiana das Bibliotecas Parque e também em outras iniciativas cidadãs existentes no mundo, a Rede Compaz é composta por seis unidades, localizadas nos bairros do Alto Santa Terezinha, Cordeiro, Madalena, Ilha Joana Bezerra, Ibura e Pina. Conhecidos como "Fábricas de Cidadania", os equipamentos se destacam tanto pela estrutura quanto pelos serviços e atendimentos oferecidos, a exemplo de cursos de capacitação, orientação jurídica, assistência social, aulas de artes e esportes, entre outros. Os Compaz estão vinculados à Secretaria de Segurança Cidadã da Prefeitura do Recife. Todos os Compaz possuem uma unidade das Bibliotecas pela Paz, que têm o objetivo de aproximar crianças, jovens e adultos, por meio de atividades lúdicas e interativas, do convívio com os livros. Os espaços possuem computadores com acesso à internet, salas de estudo e área infantil, com a presença de arte-educadores. Entre as atividades oferecidas estão: contação de histórias, apresentações teatrais, musicais, circenses e literárias, rodas de diálogos com temáticas diversas, confecção de livros, cine debates, atividades manuais, música, brincadeiras populares, além de colônia de férias nos meses de recesso escolar. Em 2022, A Rede Compaz ganhou o Prêmio de Serviço Público das Nações Unidas, que melhor contempla os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e excelência no serviço público. Os equipamentos municipais foram avaliados por critérios da ONU como iniciativa de relevância e qualidade, servindo de referência internacional no atendimento à população.²²

Embora sejam cidades de características distintas, os dois exemplos citados, em caráter ilustrativo, demonstram que o foco na requalificação dos espaços urbanos em áreas vulneráveis da cidade, bem como a oferta de serviços que gerem oportunidades às pessoas, surtem efeito e resultam na diminuição da violência, na integração e no desenvolvimento social. Dois modelos distintos de políticas em cidades totalmente diferentes que revelam a possibilidade de enfrentar a pobreza, a violência, a falta de oportunidades e as desigualdades existentes na cidade através de investimento, planejamento e políticas efetivas e contínuas. Enquanto isso, em Paraíba do Sul, não

²⁰ Disponível em: <https://noticias.r7.com/estado-conteudo/medellin-alcanca-menor-nivel-de-violencia-em-40-anos-com-politicas-de-cidadania-e-paz-entre-gangues-14062024/>

²¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/paranambuco/noticia/2024/03/12/monitor-da-violencia-2023-paranambuco.ghtml> . Acesso em 01/06/2025

²² Disponível em: <https://compaz.recife.pe.gov.br/>

faltam exemplos do abandono e da precariedade das áreas de lazer e convivência que poderiam requalificar e iniciar o processo de reconstrução urbanística da cidade, principalmente, quando o bairro Eldorado é analisado.

O bairro possui uma subdivisão, onde uma das suas áreas é popularmente conhecida como “Mundinho” ou “Mundo Perdido”, neste local foram construídas casas populares há algumas décadas atrás sem qualquer preocupação com a infraestrutura urbana e/ou em proporcionar condições de habitação digna às pessoas. Os moradores desta parte do bairro convivem com intenso preconceito e falta de oportunidade, além do risco estrutural das habitações construídas em locais impróprios, que, consequentemente, ocasiona a perpetuação do estado de pobreza e da ausência de perspectiva. Diante da flagrante necessidade de intervenções na localidade, esperava-se que fossem feitos, ao longo dos anos, investimentos para mitigar a precariedade do local. Porém, isto não aconteceu.

Inexistem espaços de convivência com oferta de serviços e oportunidades, o que contribui para a permanência e o aumento da violência, além de reforçar a condição de vulnerabilidade e de baixa estima dos moradores. Existem espaços físicos ociosos, onde poderiam ser construídas praças ou outros equipamentos que permitissem o melhor aproveitamento e a melhoria da estética e da infraestrutura do bairro, mas os investimentos não são direcionados para o local. Com isso, é visível o aumento da violência com o domínio de facções criminosas.

As sociedades ao produzirem seu espaço valorizam ou desvalorizam certas porções do território que vão ser apropriadas por diferentes atores sociais. A configuração territorial possui uma existência material própria, mas a sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelas relações sociais e esse conjunto de relações expressa uma configuração geográfica. Tradicionalmente, a violência costuma ser relacionada à pobreza, à exclusão social, à omissão do Estado, ausência de serviços públicos urbanos e ao próprio processo de urbanização que cria os enclaves de pobreza e as periferias. A complexidade e o crescimento da violência nas cidades tem levado a considerá-la como o resultado da junção de todos esses aspectos, facetas do processo social. É no território que esses diferentes aspectos do processo social se articulam, se interpenetram, se completam e se contradizem. Admite-se então que a violência também se territorialize. (Ferreira e Penna, 2005, p.9).

Apenas em 2024, próximo ao período eleitoral, esta parte do bairro foi atendida com a instalação de uma quadra de areia na localidade. Porém, a manutenção não é realizada e a precariedade da obra coloca em risco a saúde das crianças e jovens que frequentam o equipamento público, já que dividem o local com animais que depositam suas urinas e fezes na mesma areia onde são realizadas as práticas esportivas, além de não haver iluminação no local.



Imagem 13 - Quadra de areia sem rede, iluminação e proteção para evitar entrada de animais (bairro Eldorado). Fonte: registro próprio

Em outro ponto do bairro, a quadra esportiva, que é um dos equipamentos públicos mais utilizados pela juventude do local, encontra-se deteriorada com ferros do alambrado soltos e em péssimo estado e suas traves com risco iminente de queda, colocando em perigo quem utiliza o local. Para completar, também próximo ao período eleitoral de 2024, foi iniciada uma intervenção no entorno do local, com a colocação de bloquetes e a construção de um banheiro comunitário. Porém, passado o período das eleições municipais, a obra não foi concluída e os materiais de construção continuaram no local se deteriorando com o tempo e a intervenção não teve qualquer serventia para a comunidade.



Imagem 14 - Estado de precariedade da quadra poliesportiva do bairro e do seu entorno com a obra inacabada. Fonte: registros próprios

A situação da praça principal do bairro não é diferente. O abandono é visível desde os bancos aos bueiros sem tampa que colocam em risco quem transita e poderia fazer do local, como na maioria das pequenas cidades, um ponto de encontro para estimular a socialização e o lazer da comunidade. Inclusive, o ambiente escuro e degradado da praça era completado por pichações de facções criminosas no muro que separa o local da escola Melchor del Blanco.

Durante anos as pichações estiveram presentes no dia a dia dos moradores e isto só foi modificado quando em 30 de março de 2025, os moradores realizaram um mutirão para, simbolicamente, realizar a pintura do muro dando um claro recado de que precisam de um bairro mais seguro e com mais perspectiva de desenvolvimento. Porém, o fato que motivou a realização do mutirão é o retrato de um bairro inseguro e vulnerável em muitos aspectos.

No dia 23 de março de 2025, dois jovens de 14 e 16 anos foram assassinados e outro de 19 foi baleado nos arredores da Praça. O assassinato aconteceu, por volta das 21h, quando outros jovens circulavam pelo local e sua motivação, segundo informado pelas forças de segurança locais, pode ter sido uma retaliação por fotos veiculadas nas redes sociais onde os jovens faziam símbolos relacionados à facção criminosa rival.

Mesmo diante de todo este contexto, nenhuma ação efetiva de intervenção estrutural, oferta de atividades, ações de conscientização ou políticas para juventude foram realizadas. O que se viu após o assassinato dos jovens, foi o aumento das rondas da Polícia Militar no local e o mutirão

realizado pelos moradores para mudar o aspecto do principal ponto do Bairro. O que é muito pouco frente às inúmeras necessidades que se apresentam.



Imagem 15 - Reportagem que noticiou a execução de dois jovens no Bairro Eldorado. Fonte: <https://www.instagram.com/jornalentrerios?igsh=NnhodTd0bnE5OThi>

Imagem 16 - Antes e depois do muro da praça do bairro depois do mutirão realizado pelos moradores. Fonte: registro próprio

Ainda no que se refere à parte estrutural do bairro e que impacta diretamente na diminuição da violência. A ausência de iluminação pública de qualidade é uma queixa constante dos moradores que vivem em ruas escuras e em perigo constante. Mesmo com um investimento de, aproximadamente, 4,3 milhões de reais realizado em 2023 para a implantação do Programa

“Paraíba Luz”, que tinha como objetivo substituir 100% da iluminação pública da cidade por lâmpadas de led levando mais economicidade e segurança para todos os bairros, o bairro Eldorado, mais uma vez, foi preterido e o investimento não chegou no local. Em contrapartida, as principais praças da cidade e bairros centrais tiveram todas as lâmpadas de sua extensão substituídas e inclusive, novos pontos de luz colocados. Segundo reportagem veiculada em julho de 2023: “apresentou o maior programa de iluminação pública já vista na cidade de Paraíba do Sul: o “Paraíba Luz”. O projeto prevê a substituição de 100% da iluminação pública da cidade para LED, com um investimento de R\$ 4.299.782,40 que gerará uma economia de 45% na conta de iluminação pública que a prefeitura paga todos os meses.”²³

As quadras, praças e iluminação pública da área central da cidade concentram investimentos constantes para que possam continuar atraindo turistas e gerando “desenvolvimento”. Nos últimos anos, o Parque Salutaris, por exemplo, principal área de lazer da cidade localizado em bairro de classe média, recebeu constantes intervenções como: campos de grama sintética, quadras de areia com boa estrutura, policiamento fixo e constante, além de melhorias estruturais em sua infraestrutura. Além disso, quadras esportivas e outras praças centrais encontram-se em bom estado de conservação e recebem atenção e investimentos constantes.



Imagem 17 – Quadras de areia e campo society no Parque Salutaris (Centro) em ótimo estado de conservação. Fonte: registros próprios

²³ Disponível em: <https://typrefeito.com/prefeita-dayse-onofre-inaugura-reforma-da-praca-garcia-e-mais-tres-atrativos-turisticos/> . Acesso em 13/06/2025

Além das carências estruturais, outro ponto que revela a diferença de investimento e de cuidado na cidade, é o fato de não haver previsão para que o esgoto do bairro seja devidamente coletado e tratado. Em 2019, o serviço de abastecimento de água e coleta de esgoto da cidade passou a ser explorado pelo grupo Águas do Brasil que iniciou o trabalho de coleta e tratamento do esgoto na parte central da cidade, mas que alega que, para o bairro Eldorado, assim como em outros bairros periféricos, não há previsão de intervenção. Inclusive, em diversos pontos do bairro Eldorado é possível visualizar o despejo de esgoto a céu aberto constituindo grave risco à saúde pública.



Imagem 18 - Esgoto à céu aberto que corre aos fundos de um grande número de residências no bairro Eldorado, inclusive em locais com plantações próximas. Fonte: registros próprios

O cenário que reforça a desigualdade socioespacial existente, já que o investimento considera, claramente, o local e a condição social das pessoas que os habita, acende a necessidade de mudança de paradigma para que a cidade possa ter um desenvolvimento incluyente e que atenda às premissas constitucionais básicas de prover os direitos fundamentais e sociais para todas as pessoas, independente, de sua condição. Reforça, ainda mais, a necessidade de enxergar estas desigualdades existentes nas pequenas cidades, como Paraíba do Sul, e enfrentá-las com políticas efetivas, sobretudo, de geração de oportunidade, de melhora da qualidade de vida e, consequentemente, de enfrentamento à pobreza. Como coloca Amartya Sen:

É sem dúvida inadequado adotar como nosso objetivo básico apenas a maximização da renda ou da riqueza. O desenvolvimento tem de estar relacionado sobretudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna a nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo. (Sen, 2023, p. 29)

É necessário que o poder público alinhe o desenvolvimento da cidade com a garantia de dignidade e do bem-estar social, principalmente, para os moradores dos bairros mais vulneráveis. A partir do momento que estas pessoas não são incluídas nessa noção de desenvolvimento e de uma cidade próspera, não há que se falar em crescimento e melhoria.

Desse modo, e diante da flagrante urgência na mitigação das desigualdades socioespaciais encontradas na cidade, as organizações do terceiro setor constituem atores sociais importantes atuando na lacuna deixada pelo Estado decorrente de sua inércia na elaboração de políticas públicas eficazes que encarem a pobreza, a falta de segurança e de oportunidades.

Assim, em 2021, surgiu o Movimento Bora! em Paraíba do Sul, sediado no bairro Eldorado e atuando com a oferta de atividades esportivas, culturais, profissionalizantes e que geram maior qualidade de vida para as pessoas. Embora cumpra ressaltar que não deve-se delegar toda a responsabilidade pela mitigação das desigualdades aos movimentos sociais, é importante frisar sua importância e êxito no que diz respeito, principalmente, à geração de oportunidades para crianças e jovens.

O fomento de projetos como o Movimento Bora! e a utilização de sua metodologia na construção de políticas que visem a diminuição das desigualdades na cidade pode, inclusive, ser um caminho para que o poder público dê uma resposta satisfatória e comece a mudar a realidade dos moradores. Isto porque na elaboração de políticas que contemplem a especificidade de cada local é fundamental considerar a participação daqueles que conhecem, de fato, a realidade. Inclusive respeitando a liberdade de participação dos próprios moradores. “A questão da discussão pública e participação social é, portanto, central para a elaboração de políticas em uma estrutura democrática” (SEN, 2023, p. 149). Tais questões serão apresentadas e debatidas nos próximos capítulos desta pesquisa, a fim de ratificar a importância do terceiro setor na mitigação das desigualdades socioespaciais existentes nas cidades.

4.3. Movimento Bora! - Contexto histórico e surgimento do Projeto

Os projetos sociais nascem, comumente, diante de situações de inconformismo e de necessidade de mudança de perspectiva. Tendo como cenários ideais territórios vulneráveis e marginalizados, o terceiro setor configura-se como ator social importante na formulação de soluções para mitigar as desigualdades existentes nas cidades e enfrentar a pobreza e a falta de oportunidades gerada pela concentração de investimentos em bairros mais abastados. Com isso, ganham relevância, notoriedade e consolidam sua reputação focados na reconstrução de uma sociedade mais justa.

Segundo estudos desenvolvidos a respeito da organização popular e dos movimentos sociais, essas organizações surgem nos anos 80 quando se iniciou uma série de reivindicações por direitos, configurando-se a partir das lutas sociais um novo espaço de interlocução entre o Estado e a sociedade civil. As entidades que se constituem nesse processo trazem como marca a participação militante e o interesse na reconstrução democrática do país. (Fernandes, Moura, Luna e Barbosa, 2006, p. 13)

O bairro Eldorado, como evidenciado nos capítulos anteriores, foi forjado em meio a projetos sociais que contribuíram significativamente para formar a identidade do território. A ONG Habitat para a Humanidade foi a primeira a atuar no Bairro para a construção das primeiras habitações e, depois de algum tempo, a Associação Moçambique de Capoeira se instalou no bairro, fortalecendo os laços comunitários e ofertando aulas de capoeira gratuitamente para a comunidade, além de ceder seu espaço físico para encontros e celebrações entre os moradores.

Além de revelar a crença dos moradores na cooperação e no senso coletivo como ferramentas para superar as adversidades impostas ao bairro, a relevância dos projetos sociais na construção da identidade demonstrou a ineficiência do Estado ao não prover, de forma satisfatória, instrumentos que possibilitassem o desenvolvimento socioeconômico e o bem-estar da comunidade local. Estes projetos nasceram do desejo de mudar uma realidade de desigualdade socioespacial e de carências múltiplas enfrentadas pelos moradores.

O Governo Federal ratificando a importância destes movimentos na superação de adversidades criou um Guia para Elaboração de Projetos Sociais. Segundo o Guia: “essas iniciativas surgem em resposta a uma variedade de desafios que enfrentamos todos os dias, como a carência de acesso a recursos educacionais, a deficiência de serviços de saúde, a inadequação da infraestrutura local, entre outras questões urgentes” (Stephanou, 2003, p.13). E, neste mesmo contexto apresentado pelo Guia, se insere o Movimento Bora!, que atua através da oferta de ações para mitigar as condições adversas encontradas no Bairro Eldorado. Criado em 2021, o projeto oferece

ações que possibilitam o empoderamento, geram oportunidades e buscam melhorar a qualidade de vida das pessoas impactadas.

O projeto surgiu do encontro de seis voluntários moradores de outros locais da cidade que enxergaram no bairro Eldorado as condições ideais para o desenvolvimento do voluntariado, já que após a realização de visitas constataram a condição de vulnerabilidade socioeconômica do local e a desigualdade em relação a outros bairros da cidade. Estas atividades tinham como objetivo dar suporte educacional, melhorar a qualidade de vida dos moradores, gerar oportunidades e oferecer práticas esportivas e culturais para crianças, jovens e adultos. Além do contexto local, o Movimento Bora! conseguiu celebrar parceria com a Associação Moçambique de Capoeira que disponibilizou sua estrutura física de 400m² para que as atividades fossem ofertadas e, consequentemente, viabilizou o projeto.

Superado o desafio de encontrar um local para o desenvolvimento das atividades, passou-se à fase de captação de recursos para que o projeto fosse colocado em andamento. Afinal, a viabilidade de um projeto depende da sua capacidade de obter os recursos necessários à sua implementação. Além dos recursos humanos de voluntários para atuar na parte administrativa e para ofertar as atividades comoicineiros e professores, recursos financeiros são importantes para a compra de materiais, uniformes e manutenção do espaço físico. Dessa forma, nas redes sociais do Movimento Bora!, foram divulgadas as vagas para voluntários e a campanha para adesão de sócios-voluntários, com planos mensais de um custo médio de trinta reais.

Ambas as campanhas, inicialmente, atingiram poucas pessoas interessadas em colaborar com o projeto que encontrava-se em fase embrionária e que, até então, não havia entregue nenhum resultado concreto. No que se refere à oferta de oficinas, um professor de dança de salão e outro de teatro se colocaram à disposição do Movimento Bora! e iniciaram suas atividades, porém, ambas tiveram baixa adesão da comunidade. Além disso, apenas três pessoas aderiram à campanha de sócios voluntários e passaram a contribuir mensalmente para o custeio do projeto.

A dificuldade encontrada no início da implementação do Projeto pode ser justificada, principalmente, pela desconfiança da comunidade em uma iniciativa formulada por pessoas de fora do seu convívio e que, até então, não possuíam qualquer vínculo social e/ou afetivo com o território e com os moradores da localidade. Diante do contexto de vulnerabilidade e da ausência de influências externas, ao longo do tempo, na construção de um lugar mais próspero e com mais oportunidades, o Movimento Bora! provocou, aparentemente, dúvidas e incertezas aos moradores. A construção de redes de relacionamento são fundamentais para potencializar os projetos sociais

que precisam, inevitavelmente, da integração da comunidade em uma construção coletiva, tornando-se imprescindível a construção de um capital social sólido para que as relações sociais sejam prósperas e os projetos atinjam sua finalidade.

Para Pierre Bourdieu, pode-se definir capital social dessa forma:

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis (Bourdieu, 2007, p. 67).

Ainda no que se refere à construção de capital social, Maria Alice Costa é categórica:

Os movimentos da sociedade civil passam a expressar-se em uma dimensão mais participativa, buscando canalizar as novas demandas sociais e obter uma legitimidade popular maior. Ao tratar da redistribuição de responsabilidades entre o Estado, a sociedade civil e o mercado, enfatizam-se ações que buscam a solidariedade e a justiça social como cimento que agrega esses blocos. A cooperação e a confiança passam a fazer parte do novo processo de interação comunitária, em que se deve compartilhar democraticamente os interesses. De acordo com essa concepção de solidariedade, considera-se que a participação ativa dos agentes sociais é capaz de potencializar as relações de cooperação entre os membros da sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento e compondo o chamado "capital social". (Costa, 2003, p.148)

Ou seja, acredita-se que para que as ações sejam efetivas em determinado local devem ser construídas sob a base de um capital social sólido naquele território. Como o Movimento Bora! ainda não havia construído este ativo no bairro Eldorado, foi natural a dificuldade inicial de estabelecer uma relação em que a comunidade pudesse confiar no projeto como ator social para mitigar os problemas vividos e a desigualdade existente no bairro. A efetividade de um projeto social passa, inevitavelmente, pela parceria com a comunidade, portanto, para que este projeto se consolide e produza seus efeitos, a boa relação com os moradores e, conseqüentemente, com o local onde está inserido é fundamental. Neste sentido, corrobora Correia:

Surge um outro conceito importante na efetivação de um projeto social: parceria. Um projeto social, para tornar-se efetivo e atingir o impacto desejado, depende substancialmente do apoio da comunidade, entretanto, precisa de recursos para que um orçamento muito reduzido não impeça ou limite algumas ações. Por isso, entende-se como uma rede de associações humanas que será otimizada à medida que se fortalecerem as relações entre os parceiros. (Correia, 2008, p.98)

Diante deste contexto e da eminente necessidade de estabelecer uma relação de confiança com a comunidade, os voluntários responsáveis pela criação do Movimento, aplicaram uma série de questionários no bairro Eldorado, ainda em 2021, a fim de apresentar a ideia central do projeto e entender os anseios e desejos dos moradores. Para que, através das respostas encontradas, houvesse

a busca direcionada por voluntários a fim de prover aquilo que era o desejo das pessoas, além de estabelecer a aproximação necessária para maior adesão da comunidade. O questionário, além de buscar entender quais eram as condições de habitação das famílias e de urbanização do bairro que mais impactavam na qualidade de vida e no dia a dia das pessoas, trazia questões relacionadas ao projeto como: quais oficinas e atividades seriam mais valorizadas e teriam maior aderência-

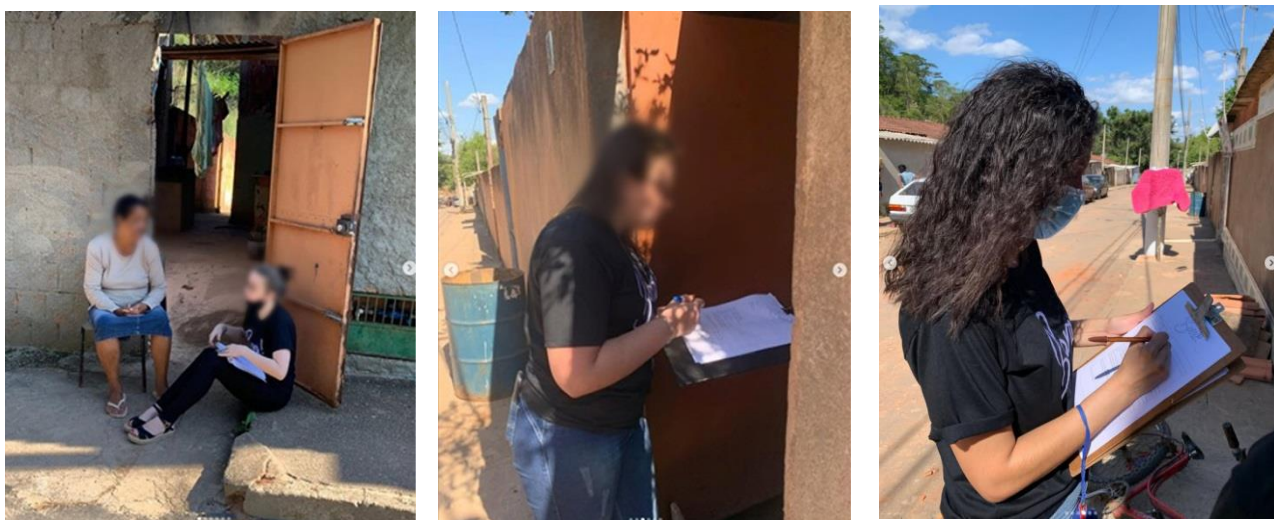


Imagem 19 - Voluntárias do Movimento Bora! aplicando questionário junto à comunidade. Fonte: <https://www.instagram.com/movimentobora?igsh=bmw0bzcwZDA4MmJ3>

A realização da pesquisa fortaleceu o elo entre o projeto e a comunidade, permitindo que houvesse um planejamento e uma oferta de atividades mais direcionada e assertiva levando em consideração as respostas dadas pelos moradores.

Os projetos sociais tornam-se, assim, espaços permanentes de negociação entre nossas utopias pessoais e coletivas – o desejo de mudar as coisas –, e as possibilidades concretas que temos para realizar estas mudanças – a realidade. A elaboração de um projeto implica em diagnosticar uma realidade social, identificar contextos sócio-históricos, compreender relações institucionais, grupais e comunitárias e, finalmente, planejar uma intervenção, considerando os limites e as oportunidades para a transformação social. Os projetos sociais não são realizações isoladas, ou seja, não mudam o mundo sozinhos. (Stephanou, 2003, p.11)

Com a identificação do contexto ao qual estava inserido e ciente das necessidades da comunidade, o projeto se estruturou para atender estes anseios e realizou buscas direcionadas por profissionais que fossem ao encontro das demandas apresentadas. Ao atingir este objetivo e conseguir ampliar a oferta de ações e, conseqüentemente, as pessoas impactadas, o Movimento

Bora! passou a ser reconhecido, inclusive, pela imprensa local, como na figura abaixo que remete à notícia veiculada no jornal “Página Oito” que tem sua sede em Paraíba do Sul:



Imagem 20 – Reportagem do jornal Página Oito que noticiou o crescimento e a importância do Movimento Bora!
Fonte: <https://www.instagram.com/movimentobora?igsh=bmw0bzcwZDA4MmJ3>

Entre 2021 e 2022, foram ofertadas quatorze atividades e oficinas para crianças, jovens e adultos no bairro. Todas elas motivadas e direcionadas pelas queixas e sugestões apresentadas pelos moradores. Para combater a ociosidade infantil durante o contraturno escolar e aos finais de semana, aulas de balé, judô, reforço escolar e hip hop foram algumas atividades que estiveram disponíveis na sede da Associação Moçambique de Capoeira e na quadra de esportes do bairro, além disso, as crianças que frequentavam as aulas recebiam acompanhamento odontológico realizado por três dentistas voluntárias. Para os adultos, diante da alta taxa de desemprego, foram oferecidas aulas de confeitaria e artesanato, além de fisioterapia, circuito funcional, pilates, entre outras, para que os moradores tivessem sua qualidade de vida e bem-estar melhorados.

Em 2023, foram doze atividades e oficinas ofertadas ao longo do ano. Além daquelas disponíveis no ano anterior, jiu-jitsu, culinária infantil, redação pré-ENEM e curso de vendas pelo Instagram passaram a compor a grade de atividades. Somado a isso, além das dentistas que permaneceram realizando o acompanhamento das crianças vinculadas ao projeto, uma psicóloga iniciou o trabalho de acompanhamento com algumas crianças e seus familiares. Outro ponto

importante foi o início da participação em feiras culturais com a exposição e comercialização dos produtos feitos nas oficinas de confeitaria e artesanato, além de apresentações realizadas pelas alunas da oficina de balé. No mesmo ano, para auxiliar na manutenção das atividades e da estrutura física, foram confeccionados e, também colocados à venda, produtos como camisetas e ecobags do Movimento Bora!

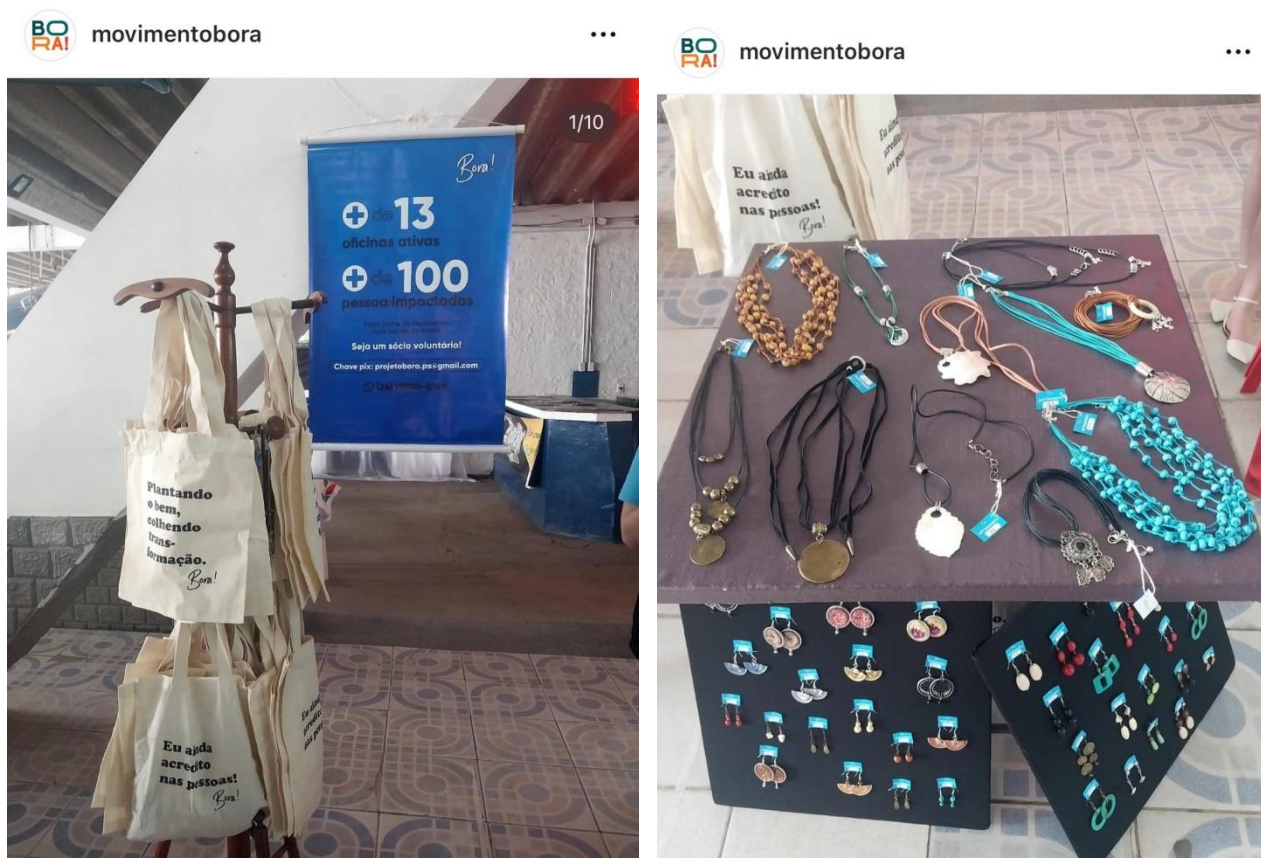


Imagem 21 – Participação do Movimento Bora! em feira local com a exposição e venda de ecobags e de peças de artesanato produzidas nas oficinas do projeto. Fonte: <https://www.instagram.com/movimentobora?igsh=bmw0bzcwZDA4MmJ3>

Já em 2024, pela primeira vez, o projeto realizou matrículas unificadas no começo do ano. Foram 255 matrículas para as oficinas de: desenho artístico, jiu-jitsu, balé, primeiros socorros, street dance, reforço escolar, confeitaria, trancista e alfabetização para adultos, além da contínua oferta de vagas para acompanhamento com dentistas e psicólogas. O alto número de inscrições ratificou, a importância atingida pelo projeto no que tange à oferta de oportunidades dentro de um bairro que continuou preterido pelas políticas públicas desenvolvidas pelas gestões municipais.

Quadro 4 – Evolução de número de voluntários e alunos do Movimento Bora!

Ano	Voluntários (administrativos)	Voluntários (saúde)	Voluntários (professores)	Matrículas
2021	6	0	4	63
2022	5	3	10	156
2023	5	4	12	183
2024	4	4	9	255

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis nas planilhas de acompanhamento do Movimento Bora! disponibilizadas em pasta do Google Drive mantidas pela direção do projeto

Cumprе ressaltar que, ao longo de sua existência, o Movimento Bora! continuou sendo mantido pelo Programa Sócio Voluntário e por doações pontuais, sem que houvesse, a qualquer tempo, incentivo ou fomento advindo do poder público. Campanhas como “adote uma bailarina” (para que pessoas escolhessem uma das bailarinas para doar sapatilha e collant) e “seja nosso ingrediente!” (para arrecadação de ingredientes para as aulas do curso de confeitaria) foram desenvolvidas como forma alternativa de garantir a continuidade do Projeto.

Além da oferta das oficinas, outras ações foram importantes para fazer aflorar o senso de pertencimento na comunidade, como a implantação da biblioteca comunitária no espaço da Associação Moçambique de Capoeira, realizações de sessões de cinema comunitário, campanhas de doação de livro pela comunidade e promoção de eventos festivos como o “Natal Mágico”, “Páscoa” e “Dia das Crianças” que permitiram às crianças acesso a presentes, parques infláveis e outros atrativos que faziam parte, apenas, do imaginário.



Imagem 22 – Pannel de fotos com a sessão de cinema ofertada pelo Movimento Bora! e a implantação da biblioteca comunitária. Fonte: <https://www.instagram.com/movimentobora?igsh=bmw0bzcwZDA4MmJ3>

Através de sua atuação focada na geração de oportunidades em todas as faixas etárias, o Movimento Bora! obteve em seus anos iniciais crescimento exponencial no que se refere tanto à oferta de atividades, quanto na adesão de alunos. A comunidade validou o projeto a partir do momento que aumentou sua influência e participação na construção e no planejamento das ações que, para além de estritamente assistenciais, promoveram significativos ganhos na qualidade de vida e na autoestima dos moradores. Segundo Stephanou (2023), diferente de uma concepção assistencial, os projetos sociais se inscrevem num horizonte de construção de direitos e afirmação cidadã. Sua ênfase é a noção de justiça social, o que somente pode ser alcançado através da participação e do exercício da cidadania.

Em relato publicado no instagram do Movimento Bora! em 01 de fevereiro de 2025, a Sra. Josefa (nome fantasia), uma das primeiras moradoras do bairro, afirmou: “é uma coisa boa *pro* gente, *pro* bairro. A gente não tinha nada, né? As crianças ficavam na rua de qualquer maneira e agora tem uma ocupação”²⁴. A afirmação da moradora corrobora tanto a importância do projeto, quanto a ausência do Estado na oferta de oportunidades, principalmente, focadas na juventude.

Outro ponto que reforça a importância das atividades ofertadas são os resultados individuais alcançados. Na primeira turma de confeitaria, por exemplo, uma das alunas que concluiu o curso teve a sua primeira oportunidade de emprego em uma padaria recém-inaugurada na cidade,

²⁴ Disponível em:

https://www.instagram.com/reel/DFi2A7iySPy/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRIODBiNWFIZA==

enquanto outro aluno abriu uma padaria no próprio bairro Eldorado e passou a ser referência no local.

Em 2025, foram realizadas 194 matrículas para nove oficinas distribuídas em três locais do bairro: na Associação Moçambique de Capoeira, na quadra esportiva do bairro e na Igreja Batista do Calvário. Ao celebrar a parceria com outro importante ator social que é a Igreja, o Movimento Bora! se consolidou ainda mais e passou a atingir outras pessoas e pontos do bairro que antes não conseguiam ter acesso às atividades. A Igreja, fundada em 2010, se caracteriza por atuar no acolhimento através da religião e na realização de campanhas de arrecadação de mantimentos e agasalhos para prover àqueles em estado de maior vulnerabilidade.

Quadro 5 – Número de matrículas para 2025 do Movimento Bora!

Ano	Voluntários (administrativos)	Voluntários (saúde)	Voluntários (professores)	Matrículas
2025	4	3	9	194

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações disponíveis nas planilhas de acompanhamento do Movimento Bora!

Diante dos números observados e dos impactos gerados pela atuação do terceiro setor no bairro Eldorado é possível vislumbrar a capacidade que projetos como o Movimento Bora! possuem de amenizar as desigualdades, combater a pobreza e possibilitar uma nova perspectiva para os moradores de áreas periféricas. Desta forma, o fomento de iniciativas como esta pode fazer com que o município, como um todo, avance em indicadores, em serviços de qualidade e promova um desenvolvimento incluyente, que contemple todos os bairros.

O novo modelo de atuação do Estado pressupõe, sinteticamente, que não se substitua a sociedade civil nem o mercado, mas que o Estado atue em conjunto com ambos, como um elemento de apoio, entendido assim como um Estado fomentador de iniciativas de ações sociais. A governança consiste no estabelecimento de um sistema de normas inseridas em um redesenho estratégico que envolve a participação de variados atores sociais (ONGs, associações, mercado) que compartilham da capacidade governativa do Estado, na identificação dos problemas da sociedade e na formulação de políticas públicas e na sua implementação. (Costa, 2003, p.150)

Mesmo com todo o impacto gerado pelo Movimento Bora! um dos maiores riscos é a descontinuidade das atividades. Inclusive algumas oficinas foram interrompidas antes do prazo previsto pelo fato dos voluntários iniciarem em empregos remunerados e não conseguirem conciliar

os horários com as atividades do projeto. A sustentabilidade ao longo prazo de qualquer projeto social está diretamente relacionada aos recursos humanos e aos recursos financeiros que podem ser utilizados para a manutenção dos profissionais que ocupam funções administrativas e ofertam aulas e oficinas para o público-alvo. Uma das soluções é garantir a continuidade e a previsibilidade de oferta de atividades com parcerias, diversificação de doações e, principalmente, com o fomento do Poder Público através de subsídios governamentais ou fazendo com que as práticas desenvolvidas sirvam de base para políticas públicas que cumpram o mesmo propósito de mitigar as desigualdades enfrentadas na cidade.

Nesta perspectiva é necessária, cada vez mais, a integração entre os diversos atores sociais e o Estado na construção de soluções que amenizem a pobreza e possibilitem a oferta de serviços de qualidade, independente do local onde a pessoa esteja inserida na cidade. Com participação social, incentivo estatal e capacidade de planejamento e execução, será possível, gradualmente, melhorar as condições ofertadas aos moradores das áreas vulneráveis da cidade para que possam ter acesso integral à cidade e, conseqüentemente, a todos os seus direitos.

4.4 A possibilidade do desenvolvimento de políticas públicas através do que é realizado pelo Movimento Bora!

A expressão políticas públicas é usada para definir a solução dada pelo Estado a algum problema identificado ou para se referir a qualquer ato da administração pública. Diante da necessidade de apresentar respostas para situações complexas, como é o caso da desigualdade social, políticas públicas precisam ser elaboradas para prover um desenvolvimento inclusivo e permitir que todos tenham acesso a equipamentos e serviços públicos de qualidade e em quantidade suficientes nas cidades.

No processo de formulação destas políticas, dois momentos precisam ser mencionados neste estudo: a formação da agenda e a elaboração de alternativas para o enfrentamento do problema apresentado. Conforme Ana Cláudia Capella:

O processo de formulação de políticas públicas compreende dois elementos principais: definição da agenda e definição de alternativas. O primeiro envolve o direcionamento da atenção em torno de questões ou problemas específicos. O segundo, a exploração e o desenho de um plano possível para a ação. Assim, investigar a formulação de políticas consiste em buscar compreender por que alguns assuntos se tornam importantes e acabam concentrando o interesse de vários atores, enquanto outros não. E também por

que algumas alternativas são seriamente consideradas, enquanto outras são descartadas. (Capella, 2018, p.9)

No que tange à formação de agenda, trata-se do momento em que a Administração determina quais são suas prioridades para a elaboração de soluções através das políticas públicas. Este conjunto de temas encarados como prioridade e que requerem a ação governamental são considerados importantes em determinado momento, motivados por decisões políticas, pressão de movimentos sociais, da mídia, entre outros. Sendo assim, a partir do momento que o Movimento Bora! revela os problemas sociais enfrentados no bairro Eldorado e, simultaneamente, apresenta um rol de soluções para a mitigação destes problemas, ganha notoriedade e relevância no município. Desta forma, chama a atenção do poder público que tem maior probabilidade de colocar o problema da desigualdade socioespacial na agenda. Como afirma Capella (2018) “quando um grupo de formuladores de políticas pretende levar adiante sua visão sobre um problema, buscará expandi-lo, mobilizando o grupo maior de indivíduos que compõe a audiência (muitas vezes externos ao governo)” e, diante dessa afirmativa, os moradores do bairro Eldorado são importantes na motivação para que o Estado entenda a relevância de intervenções que modifiquem o território em que vivem.

A agenda, portanto, resume-se em questões legítimas que chamam a atenção do poder público e exigem respostas imediatas e pode ser dividida, basicamente, em dois tipos. Capella sintetizou a divisão em agenda sistêmica e agenda governamental que foi defendida por Coob e Elder (1972), dessa forma:

A agenda sistêmica, para os autores, consiste no conjunto de questões que recebem atenção da sociedade e são entendidas como assuntos de competência das autoridades governamentais. As questões se manifestam na agenda sistêmica quando despertam a atenção da opinião pública ou quando parte considerável do público demanda algum tipo de ação concreta do Estado com relação a uma preocupação. Nem todas as questões que fazem parte das preocupações presentes na sociedade atrairão também a atenção de membros do governo. A agenda governamental é composta pelas questões consideradas relevantes pelos tomadores de decisão, seja no plano local, estadual ou federal. (Capella, 2018, p. 28)

O grande desafio que se apresenta para o Movimento Bora!, para os moradores do bairro Eldorado e de outros bairros em situação de vulnerabilidade da cidade é transformar a pauta da desigualdade em agenda governamental para que as soluções possam ser formuladas pelo Estado. A partir do momento que os tomadores de decisão entenderem que a realidade de precariedade e ausência de direitos nos bairros mais pobres da cidade afeta diretamente o desenvolvimento de Paraíba do Sul, o tema ganhará urgência e relevância podendo ser encarado como pauta prioritária na agenda pública.

Um fator que dificulta essa sensibilização do poder público para consequentes ações de formulação de políticas é o fato do Movimento Bora! não possuir índices e indicadores sistematizados que poderiam, de forma objetiva e clara, demonstrar tanto a necessidade de intervenção na comunidade, quanto os efeitos práticos das ações desenvolvidas pelo projeto para gerar oportunidades e mitigar as desigualdades socioespaciais existentes na cidade. Índices como o IDEB (que é um índice do governo federal) podem auxiliar na demonstração de que o bairro Eldorado carece de mais investimentos para colher melhores resultados no que se refere ao desenvolvimento educacional das crianças do bairro. Porém é necessária uma melhor organização do impacto causado pelo projeto e de outros fatores que justificam a precariedade do bairro, já que, embora os impactos sejam vistos na comunidade e ratificados pelo público alvo, o poder público precisa ter mais clareza dos indicadores que deverão balizar a necessidade e urgência de políticas de enfrentamento à pobreza no município.

Após este primeiro desafio de sensibilizar os agentes políticos da necessidade de elaboração de políticas para a diminuição da desigualdade, a segunda etapa na formulação das políticas públicas é a elaboração de alternativas para enfrentar o problema com a maior probabilidade possível de êxito. Tanto a agenda quanto a elaboração de alternativas fazem parte de um momento pré-decisório que antecede a tomada de decisão final. Esta seleção de possíveis alternativas para enfrentar um problema definido na agenda governamental envolve atores governamentais e atores externos, como é o caso do Movimento Bora! que poderá influenciar, de alguma forma, na elaboração destas soluções:

A seleção de alternativas envolve atores governamentais e atores externos ao governo em um processo de debate sobre como o Estado pode lidar com problemas públicos. Parte relevante desse debate está relacionada aos meios que os governos têm a sua disposição para lidar com esses problemas, ou seja, aos seus instrumentos ou ferramentas. Assim, um aspecto fundamental da formulação é compreender que as políticas públicas são desenhadas por meio dos instrumentos, capazes de traduzir as intenções dos formuladores de políticas em um conjunto de ações concretas. (Capella, 2018, p.74)

Diante da notoriedade alcançada pelo projeto social e da mobilização da comunidade em buscar no Estado suporte para prover as ferramentas necessárias para garantir direitos fundamentais e sociais que deveriam colocar o problema da desigualdade socioespacial na agenda governamental, pode-se considerar que o método aplicado pelo Movimento Bora! poderá servir de base para formulação de alternativas que embasarão as políticas. Os projetos sociais, portanto, podem ser encarados como uma espécie de incubadoras de políticas públicas em prol de comunidades em situação de maior vulnerabilidade.

Ou seja, ao considerar o trabalho desenvolvido pelo Movimento Bora! como alternativa na formulação de políticas de geração de oportunidade e enfrentamento da desigualdade, o governo municipal estaria indo ao encontro de uma tendência para os governos, qual seja uma nova governança que atue mais próxima das pessoas e de forma colaborativa com outros atores sociais, inclusive, com o terceiros setor. A fim de compreender melhor a conceituação desta nova governança que além de promover a descentralização, visa dar mais autonomias para os municípios, Hugo Silvestre escreve:

Principais atenções têm sido colocadas na integração e coordenação da ação dos múltiplos participantes, em especial ao nível do governo local e porque são eles que prestam a maioria dos serviços às comunidades. Destaca-se nessa análise a relação de cooperação entre organizações e quando prosseguem interesses comuns através do desenvolvimento de programas conjuntos. Segundo os autores, torna-se central o conhecimento do nível de envolvimento e os modos como são tomadas as decisões entre os parceiros, assim como os efeitos no comportamento e estruturas adotadas. (Silvestre, 2019, p, 51)

E continua:

A cooperação circunscreve-se à tomada de decisão coletiva. Tal decisão coletiva abarca um conjunto de normas, valores e crenças que deverão ser sequenciadas pelos agentes executores na prestação dos serviços. Tais agentes não se confinam única e exclusivamente a organizações públicas e de âmbito local, em vez disso, poderão englobar os entes governativos em todos os seus níveis (federal, estadual e local), as organizações do setor privado e, também, a sociedade civil. Para os autores e embora o fator de descentralização seja notório, vários agentes contribuem para a definição das políticas públicas e, em concomitância, para a sua implementação. (Silvestre, 2019, p.52)

A transferência dos conhecimentos obtidos pelo Movimento Bora! para o poder público na formulação de alternativas para elaboração de políticas públicas poderá fazer parte de um movimento que incentiva e permite a coordenação de diferentes atores que atuam no mesmo território. Esta necessidade se justifica pelo fato das ações do projeto social estarem baseadas nos anseios da comunidade, sendo fruto de uma interlocução constante com os moradores para atender seus anseios.

Esta relação estabelecida entre os diversos atores surge como alternativa de superação dos desafios contemporâneos relacionados às políticas públicas. Para garantir maior eficiência, o Estado passa a reconhecer e até articular interesses existentes na sociedade de uma maneira a produzir o resultado desejado (Santos, 2005). Esta nova estruturação das políticas que leva em conta a relação entre sociedade e Estado incorpora novos atores na formulação de políticas e, neste contexto, se insere o Movimento Bora!

Uma relação clara de possibilidade de formulação de políticas para solução dos problemas enfrentados pelos moradores do bairro Eldorado diz respeito aos baixos índices alcançados pela escola do bairro. Em contraponto às condições ruins de aprendizagem e a baixa nota no IDEB, o Movimento Bora! oferta na comunidade aulas de reforço escolar para alunos do Ensino Fundamental I, a fim de possibilitar melhor compreensão e clareza no processo de aprendizagem, principalmente, nas matérias de português e matemática. Com isso, vê-se uma oportunidade clara do município potencializar a ação desenvolvida e melhorar os índices educacionais no bairro com a elaboração de política pública que, inclusive, alcance mais pessoas, em outros bairros que possuam problema semelhante. Poderão ser disponibilizados mais professores, mais horários e com isso um atendimento de suporte mais abrangente caso o programa de reforço escolar seja desenvolvido pelo ator estatal.

Outro ponto que merece ser levantado é o alto índice de pessoas desempregadas no bairro que participam das oficinas de confeitaria, contabilidade, administração e artesanato, por exemplo, para aprenderem ofícios que gerem renda para suas famílias. Com a possível transformação destes programas de capacitação profissional em políticas públicas de geração de oportunidade, além de aumentar a oferta de profissionalização, as ações poderão atingir mais pessoas e obter resultados significativos no aumento da renda e na diminuição do desemprego. Este tipo de oferta qualifica a mão-de-obra disponível no mercado de trabalho, além de capacitar micro e pequenos empreendedores a abrirem seus próprios negócios com instrução e auxílio constante.

Quanto às atividades culturais e esportivas, uma alternativa é, por exemplo, a elaboração de Lei Municipal de fomento a atividades esportivas e culturais para incentivarem a oferta destas atividades que impactam diretamente na formação de crianças e adolescentes nos bairros da cidade. Além disso, tendo em vista o número de atendidos pelo projeto abre precedente para a participação em editais públicos estaduais e federais por área.

Utilizando a estrutura alcançada pelo Movimento Bora! e o número de alunos o município poderia, por exemplo, ter se credenciado para receber o “Programa Estação Juventude nos Centros de Artes e Esportes Unificados (CEUs das Artes) e Centros de Referência de Juventude” que são programas do governo federal que contemplaram todas as regiões do país com vistas a formalização de convênios nos exercícios orçamentários de 2024 e 2025. No edital de abertura, o Governo Federal definiu o Programa Estação Juventude como “um conjunto de ações estratégicas para fazer chegar ao jovem de 15 a 29 anos, sobretudo àqueles que vivem em áreas vulnerabilizadas, políticas e programas que garantam seus direitos e os auxiliem na sua emancipação, participação social e

autonomia”²⁵. Já os Centros de Referência de Juventude são “espaços de referência constituidores de redes de políticas públicas de juventude nos territórios. Tem o papel de ser o centro de realização e execução de projetos e ofertar serviços das políticas públicas de saúde, assistência social, acesso à justiça e emprego, respeitando as realidades locais”. Ou seja, o Edital que foi aberto pelo Governo Federal poderia, caso o governo de Paraíba do Sul tivesse aproveitado o Movimento Bora! como base, contemplar o município e fomentar as políticas de enfrentamento à pobreza através da geração de oportunidades e das ações nos territórios vulneráveis.

Todo este panorama de necessária interlocução entre os diversos atores corroboram o que o legislador já previa e determinada na Constituição Federal de 1988.

No Brasil, a Constituição da República de 1988 representou a consolidação do regime democrático. O processo de mobilização social e política ocorrida no período anterior a sua promulgação, marcado pela participação de diversos atores sociais, permitiu que se introduzisse na Carta Constitucional o princípio da participação social nas decisões e implementação das políticas sociais. As formas de interação entre Estado e sociedade nos processos de decisão, elaboração, implementação e monitoramento das políticas públicas no Brasil foram fortemente impulsionados pela Constituição Federal de 1988. Esse marco representou a consolidação de estruturas de participação democrática no Estado brasileiro como resultado das ações de mobilizações sociais e políticas realizadas nas décadas de 1970 e 1980. Ainda com a Constituição de 1988 foram inseridos novos atores sociais, ausentes dos espaços públicos como, por exemplo, as ONGs, movimentos sociais, associações profissionais, entidades de defesa de direitos humanos entre outros. (Lima, 2013, p.26)

O fato do Movimento Bora! ser utilizado na construção das alternativas para construção de políticas corrobora, portanto, àquilo que é estimulado pela própria Constituição Federal e que vai ao encontro de uma nova governança que estimula a colaboração e a participação a fim de atingir maior eficácia e eficiência na aplicação das políticas no território.

Tais mudanças apontam para formas alternativas de implementação das políticas sociais. Em outras palavras, houve uma democratização em aspectos fundamentais da intervenção do Estado na sociedade, tais como eleições livres e diretas, descentralização, formação de mecanismos mais amplos de comunicação e de controle social, implementação de instrumentos de governança com maior visibilidade, além de novas formas de participação na elaboração dos orçamentos e das políticas públicas. Atualmente, um amplo conjunto de organizações sociais consegue uma melhor articulação entre si e com o Estado no desenvolvimento de agendas de ação conjunta. A partir dessas mudanças, se configura um novo quadro de relações entre o Estado e a Sociedade Civil. (Sephanou, 2013, p.12)

Depreende-se que pode ser um grande equívoco quando trabalhos desenvolvidos por atores não estatais que possuem impacto comprovado no território durante um significativo período de tempo não são otimizados pelo Estado e não são utilizados como base para formulação de políticas públicas. Principalmente quando estes projetos estão consolidados junto à comunidade e incentivam

²⁵ Edital disponível no link: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-encerradas/edital-programa-estacao-juventude-1/sei_5836411_02082024. Acesso em 16/06/2025.

a participação ativa do público-alvo na construção de soluções para os problemas enfrentados diariamente. E isto, claramente, não significa que o Estado tenha se tornado irrelevante, mas tão somente que o Estado passa a compartilhar sua importância com atores sociais situados na comunidade.

Em síntese, o Movimento Bora!, criado em 2021, ao longo do tempo já ofereceu mais de trinta atividades culturais, esportivas de capacitação profissional, entre outras, e já realizou diversas ações pontuais que requalificaram espaços e promoveram transformação dentro do bairro Eldorado. Isto sem que houvesse incentivo ou apoio do poder público municipal que pouco fez ao longo do tempo para auxiliar na mudança de perspectiva dos moradores do bairro. Quando um trabalho como este acontece e atinge, em média, duzentas pessoas anualmente com suas oficinas e atividades, demonstra que é bem aceito e gera impacto social. Porém, com recursos humanos e financeiros limitados, presume-se que o projeto ainda está aquém do que pode entregar. Caso seja aproveitado pelo poder público na construção de alternativas, poderá ganhar escala com a aplicação de recursos e a garantia de expansão e continuidade de suas atividades. Afinal, Paraíba do Sul, além do bairro Eldorado possui outros bairros em situação de extrema vulnerabilidade, como é o caso dos bairros Liberdade e Barão de Angra, por exemplo, mas que não recebem nenhum projeto do terceiro setor para mitigar a desigualdade socioespacial existente.

O desafio das políticas públicas é assegurar uma relação de participação e boa articulação entre os setores sociais envolvidos nas instâncias da gestão compartilhada (Stephanou, 2013). Ao superar este desafio, o Movimento Bora! e o governo municipal podem construir as soluções duradouras e eficazes que Paraíba do Sul precisa para que oportunidades sejam criadas e que a cidade alcance um desenvolvimento integral que atinja até mesmo os bairros mais vulneráveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Situada na região centro-sul do estado do Rio de Janeiro, a cidade de Paraíba do Sul-RJ preserva características de um passado rico e imponente com a preservação de seu patrimônio histórico que revela a vocação turística da cidade, mas que, como se constatou nesta pesquisa, contrasta com a precariedade de investimentos relevantes nos últimos anos. Isto se revela ao comparar os índices sociais e econômicos do município e verificar que Paraíba do Sul está nas últimas posições quando a referência é a região geográfica imediata e ocupa posições modestas quando comparada aos outros municípios do estado.

Na verdade, observou-se uma concentração de investimentos em bairros centrais e que são ocupados pela classe média e alta da cidade em detrimento dos bairros periféricos o que acarreta a desigualdade socioespacial existente. Diante da análise foi possível depreender que a cidade foi planejada de forma desigual, já que bairros cresceram planejamento, investimentos e, conseqüentemente, limitados ao acesso de equipamentos e políticas públicas que, assim como os investimentos, foram direcionados de forma concentrada.

O bairro Eldorado é um destes territórios que sofre ao longo do tempo com a ausência de investimentos robustos que visem à melhora da qualidade de vida dos moradores. O bairro teve suas primeiras casas construídas pela ONG Habitat para Humanidade sem que houvesse previsão de urbanização e de serviços básicos a serem ofertados para os moradores e cresceu com a construção de casas populares e a conseqüente chegada de moradores de outras áreas vulneráveis da cidade. Ao longo do tempo o bairro recebeu intervenções pontuais, mas ainda convive com infraestrutura precária, equipamentos públicos deteriorados e ausência de políticas direcionadas para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. Com as evidências apresentadas foi possível constatar a dificuldade que os moradores do bairro enfrentam para alcançar o direito à cidade e, até mesmo, para terem acesso a direitos fundamentais e sociais resguardados a qualquer indivíduo. Ao detectar estes diversos fatores que estigmatizam a comunidade e impossibilitam a criação de condições favoráveis à mobilidade social de seus moradores, evidencia-se a necessidade de aumento do investimento neste e em outros bairros vulneráveis da cidade, a fim de mitigar a desigualdade e prover condições suficientes para seu desenvolvimento integral.

Diante do contexto apresentado, o Movimento Bora! comprovou-se como fator relevante na construção de soluções para enfrentar a pobreza e diminuir estas desigualdades encontradas. O projeto do terceiro setor atua ofertando atividades e promovendo ações de impacto no bairro Eldorado, tendo como objetivo principal melhorar as perspectivas e ampliar as possibilidades dos

moradores. É possível constatar que o foco nas pessoas é uma das características mais relevantes das atividades desenvolvidas pelo projeto ao promover a busca pela mobilidade econômica, pelo empoderamento pessoal e por condições de vida mais dignas para àqueles que são estigmatizados pelo Estado e pela sociedade. A importância, sobretudo, no resgate da autoestima e no senso de pertencimento dos moradores do bairro Eldorado corroboram a visão de que o Movimento Bora! busca promover a transformação de cada indivíduo que passa pelo projeto e que isso, consequentemente, produz efeitos concretos no lugar aonde estão inseridos.

Ao expor a relevância do trabalho desenvolvido pelo Movimento Bora! e o impacto causado no território em que se insere resta clara a sua importância como ator social que contribui para a mitigação das desigualdades existentes na cidade. A aceitação da comunidade que participa diretamente na formulação das soluções apresentadas pelo projeto valida o método que pode ser replicado em políticas públicas a serem espalhadas para combater a pobreza e a desigualdade em toda a cidade. Afinal, em uma cidade que nutre flagrantes desigualdades socioespaciais e que foi planejada com direcionamento de privilégios para alguns bairros, como é o caso de Paraíba do Sul/RJ, projetos sociais que atuam para diminuir as diferenças impostas na construção do município precisam, cada vez mais, ser incorporados em um novo modelo de governança que constrói soluções para o desenvolvimento integral através de uma construção baseada na conjugação de atores e na colaboração entre eles.

Em síntese, é possível afirmar que a pesquisa demonstra que o Movimento Bora! é capaz de minimizar as desigualdades existentes na cidade e que expõem os moradores do bairro Eldorado à vulnerabilidade social, espacial e econômica. Porém, apesar de todos os benefícios apresentados, o projeto possui limitações, principalmente, pela ausência de recursos e de investimentos que acarretam na descontinuidade de algumas ações e na limitação do seu impacto no território. Desta forma, para que os efeitos sejam ampliados e as ações desenvolvidas sejam cada vez mais eficazes, faz-se necessário que o Estado fomenta e incentive o desenvolvimento desse e de outros projetos que se provam eficientes ao longo do tempo e são validados pelo público-alvo. Ou seja, apesar da importância e dos impactos causados pelo terceiro setor, há claros limites na sua atuação e, para que a cidade melhore significativamente seus índices de desenvolvimento, é necessário que o combate à pobreza e à desigualdade socioespacial entrem na agenda do governo nos próximos anos para que sejam formuladas políticas públicas neste sentido.

É possível afirmar que o desenvolvimento de uma política municipal de fomento e incentivo ao terceiro setor poderá ser um dos pontos de partida para que estes atores sejam contemplados e incentivados a manter suas atividades, além de possibilitar a profissionalização da gestão através do

suporte estatal que possibilitará, inclusive, a construção de metas e indicadores para balizar uma análise mais minuciosa e objetiva dos impactos causados pelas atividades. Esta política pode ser elaborada contemplando vários pontos, como a capacitação dos voluntários, a disponibilização de mão-de-obra, a confecção de editais que tenham incentivos financeiros como prêmio, a possibilidade de utilização de áreas públicas para a oferta das atividades, a promoção de eventos para incentivar a participação da sociedade, o fornecimento de materiais para desenvolvimento das atividades, o incentivo ao intercâmbio com outros projetos que atuam em áreas semelhantes, dentre outros pontos que convirjam com os interesses dos projetos e da comunidade.

Além disso, o governo municipal poderá utilizar a metodologia desenvolvida pelos projetos sociais para desenvolver políticas públicas de enfrentamento à desigualdade através de maiores investimentos em áreas precárias da cidade e da oferta de atividades esportivas, culturais e profissionalizantes, dentre outras. A conjugação de dois fatores, quais sejam: o resgate das áreas mais vulneráveis da cidade através de intervenções pontuais que geram melhoria na infraestrutura urbana e a geração de oportunidades nestes territórios configura-se como um mecanismo eficaz na superação das adversidades, levando em conta o que foi apresentado nesta pesquisa.

A requalificação de áreas públicas que ao longo do tempo não receberam o devido cuidado e acabaram se deteriorando é outra forma de melhorar a autoestima fazer aflorar o senso de pertencimento nas comunidades em situação de vulnerabilidade. Justamente por serem locais que convivem diariamente com a violência e o abandono, a requalificação das áreas, fazendo com que ganhem mais vida e possam ser apropriadas pela população, é uma política que pode dar resultados muito significativos no resgate destes bairros. Ao transformar áreas obsoletas nos bairros periféricos da cidade em áreas de convivência iluminadas, arborizadas, com equipamentos públicos novos e úteis para as pessoas, o poder público demonstra o desejo de fazer com que a cidade caminhe no sentido de um desenvolvimento inclusivo e abrangente. Como referenciado nesta pesquisa, este foi um dos métodos utilizados em Medellín para diminuir a violência e levar mais dignidade para as pessoas e, por mais que estejamos falando de realidades completamente distintas, é possível aplicar a analogia e entender que ao investir desta forma no bairro Eldorado e em outros bairros pobres da cidade poderá surtir um impacto muito positivo na cidade.

Inegavelmente, conclui-se que o terceiro setor chega onde o Estado muitas vezes não chega, ou chega de forma insuficiente e precarizada, e diminui a exclusão social presente nas cidades ao colocar pessoas vulnerabilizadas como seu público-alvo na tentativa de oferecer possibilidades para a mudança de mentalidade e de paradigma. Diante disso, cabe ao Estado aproveitar a estrutura existente e passar a enxergar as oportunidades geradas por estes atores sociais para aumentar o seu

raio de alcance e fazer com que as políticas cheguem a todo o território municipal. Colocar as ferramentas estatais à disposição dos projetos sociais poderá ser uma mudança de paradigma para tornar Paraíba do Sul-RJ mais inclusiva e desenvolvida, já que com fomento, incentivo e parceria a cidade será ainda mais impactada com ações que promovam dignidade, bem-estar e, principalmente, oportunidades.

É possível incutir que melhorar a distribuição de investimentos públicos, fomentar os projetos do terceiro setor e criar um ecossistema próspero de desenvolvimento social são alguns desafios a serem encarados nos próximos anos pelos governos municipais de Paraíba do Sul-RJ para que, ao superá-los, a cidade dê passos importantes para garantir condições dignas para toda população e assim construa uma base sólida para melhorar índices econômicos e sociais e alcance um desenvolvimento amplo e incluyente.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Balbin, Renato. Geopolítica das cidades : velhos desafios, novos problemas / organizador: Renato Balbin. – Brasília : Ipea, 2016.

Bourdieu, Pierre. Escritos de educação. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Brandão, Carlos. Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global. Unicamp 2º ed. Campinas, 2012.

Capella, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de Políticas / Ana Cláudia Niedhardt Capella. -- Brasília: Enap, 2018.

Carvalho, Luis Osete Ribeiro; Menezes, Afonso Henrique Novaes; Souza, Tito Eugênio Santos. Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância. Petrolina-PE, 2019. Livro digital.

Comaru, Francisco. Cidades brasileiras participativas e democráticas? Reflexões às vésperas da conferência Habitat III em Geopolítica das cidades: velhos desafios, novos problemas. Organizador: Renato Balbin. – Brasília : Ipea, 2016.

Corrêa, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Corrêa, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 30, pp. 05 - 12, 2011

Dallari, Adilson Abreu e Ferraz, Sérgio. Estatuto da Cidade. São Paulo: Malheiros Editores, p. 44-60, 1ª ed., 2002; 2ª ed., 2006; 3ª ed., 2010; e 4ª ed., 2014. O ESTATUTO DA CIDADE E SUAS DIRETRIZES GERAIS Carlos Ari Sundfeld Professor Doutor da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Público

Dowbor, Ladislau. Políticas urbanas e participação: o resgate da democracia pela base em Geopolítica das cidades : velhos desafios, novos problemas. Organizador: Renato Balbim. – Brasília : Ipea, 2016.

Fernandes, A. M. D., Moura, A. M. A., Fernandes, D. J., Rocha, G. F., Luna, G. C. de V. e Barbosa, T. L. de O. (2006). Cidadania, trabalho e criação: exercitando um olhar sobre projetos sociais. Revista do Departamento de Psicologia da UFF, 18 (2), 125-142. <https://doi.org/10.1590/S0104-80232006000200010>

Ferreira, Ignez Costa Barbosa; Vasconcelos, Ana Maria; Penna, Nelba de Azevedo. Violência urbana: a vulnerabilidade dos jovens da periferia das cidades. Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambú. 2008. Disponível em: <<https://proceedings.science/encontro-abep/abep-2008/trabalhos/violencia-urbana-a-vulnerabilidade-dos-jovens-da-periferia-das-cidades?lang=pt-br>

Firmino, Rodrigo; Frey, Klaus. A cidade e a construção sociopolítica do planejamento urbano-tecnológico. EURE (Santiago), Santiago, v. 40, n. 119, p. 99-118, 2014. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612014000100005&lng=es&nrm=iso>

Furtado, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento, Rio de Janeiro – RJ, Fundação de Cultura, 1961.

Gil, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa - 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002

Griep, Miriane; Bernardy, Rógis. A evolução histórica dos direitos e da urbanização para a formulação do conceito de um direito à cidade. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito – UFC. 2018.163-185. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/nomos/article/view/6633>

Guattari, E. e Rolnik, S. Micropolítica: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2016.

Fellows, Emilly Winnie; de Melo, Marina Felizardo Laurênio. Urbanismo social e desenvolvimento socioespacial: a experiência da cidade de Medellín (Colômbia). ARIC – Faculdade Damas da Instrução Cristã Architecton – Revista de Arquitetura e Urbanismo – Vol. 06, nº 09, 2021.

Ferreira, Ignez Ferreira Costa Barbosa; Penna, Nelba Azevedo. Território da Violência: um olhar geográfico sobre a Violência Urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 9, n. 1, p. 155–168, 2005. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2005.73979. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/73979..> Acesso em: 16 jun. 2025.

Freitas, D. E. d, & Sousa, F. N. T. de. (2021). A Educação como um Instrumento de Transformação Social à Luz da Teoria das Janelas Quebradas / Education as an Instrument of Social Transformation in Light of the Broken Windows Theory. *ID on Line. Revista De Psicologia*, 15(57), 53–78. <https://doi.org/10.14295/online.v15i57.3185>

Harvey, David. O direito à cidade. Lutas Sociais, [S. l.], n. 29, p. 73–89, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18497>

Haesbaert, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro/RJ: Bertrand Brasil, 2012.

Jacobi, Pedro. “A cidade e os cidadãos”. Lua Nova, v. 2, n. 4, 1986.

Kovacic, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e Civil. São Paulo: Editora 34, 2009

Lakatos, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica - 5. ed. - São Paulo : Atlas 200

Lefebvre, Henri. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

Lyra, Edu. Da favela pra o mundo. São Paulo/SP: Buzz, 2018.

Lopes do Nascimento Duarte, J.; Da Silva Trombini, R. Questão do voluntariado no “terceiro setor”: expressão da sociedade civil ou tendência de desresponsabilização do Estado na atualidade?. *Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 83-109, 2014. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/954>. Acesso em: 23 mar. 2025.

Maricato, Ermínia. Os mutirões de São Paulo e reforma urbana - Entrevista. *Revista Proposta FASE*, ano XII, n. 35, 1987.

Miranda Correia, Marcos. Projetos sociais em educação física, esporte e lazer: reflexões preliminares para uma gestão social. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, vol. 29, núm. 3, mayo, 2008, pp. 91-105 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte Curitiba, Brasil

Molinari, D. da R., Turatti, L., & Carreno, I. (2022). A proteção dos direitos sociais na perspectiva do desenvolvimento e das políticas públicas igualitárias e não discriminatórias. *Interações (campo Grande)*, 23(1), 101–113. <https://doi.org/10.20435/inter.v23i1.2988>

Moreira, R. da S. . Estado e Terceiro Setor: Um caso de complementação ou substituição?. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e24610111768, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i1.11768. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/11768>. Acesso em: 23 mar. 2025.

Niederle, Paulo André. Política local e a trama das relações de poder no desenvolvimento territorial in *Participação, território e cidadania : um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil* / organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Paulo André Niederle. – Recife : Editora UFPE, 2014.

Oliveira, Denis de Abreu. *Parahyba do Sul - Vale dos Barões*. Gráfica Boa União, 2018.

Penna, Nelba de Azevedo; Ferreira, Ignez Costa Barbosa. Desigualdades socioespaciais e áreas de vulnerabilidades nas cidades. *Mercator (Fortaleza)*, v.13, n.3, p.25-36, 2014.

Pereira, Luiz Carlos Bresser. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

Perico, Rafael Echeverri. Identidade e Território no Brasil. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

Peroni, V. M. V., Oliveira, R. T. C. de ., & Fernandes, M. D. E.. (2009). Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. *Educação & Sociedade*, 30(108), 761–778. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300007>

Prodanov, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Rolnik, R; Klink, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? Novos estudos CEBRAP [internet]. 2011Mar; (89):89-109. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>

Sachs, Ignacy. Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008

Santos, H. (2006). Perspectivas contemporâneas para a constituição de redes de políticas públicas. *Civitas: Revista De Ciências Sociais*, 5(1), 59–68. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2005.1.34>

Santos, Milton. Pensando o espaço do homem- 5. ed; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012

Santos, Milton. Técnica, tempo e espaço. São Paulo: EDUSP, 2008.

Sen, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

Silva, Isabel Cristina Andrade. Política Nacional de Educação Infantil: a participação de atores não estatais na elaboração da política pública. Campinas/SP. 2013

Silvestre, Hugo Consciência A (Nova) governança pública / Hugo Consciência Silvestre. -- Brasília: Enap, 2019.

Souza, Marcelo L. de. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, Iná E. de; Gomes, Paulo C. da C.; Corrêa, Roberto L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

Stephan, Ítalo Itamar Caixeiro; Maria, Ana Cristina de Souza. Os desafios do planejamento e gestão urbanos em pequenas cidades de Minas Gerais. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, [S. l.], v. 3, n. 15, 2015. DOI: 10.17271/231884723152015996. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/996. Acesso em: 17 jun. 2025.

Stephanou, Luis Guia para elaboração de projetos sociais / Luis Stephanou; Lúcia Helena Müller; Isabel Cristina de Moura Carvalho – São Leopoldo, RS: Sinodal, Porto Alegre/RS: Fundação Luterana de Diaconia, 2003.

Tavolari, B. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos estudos CEBRAP* (Internet). 2016; 35 (1): 93-109 Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600010005>

Tenório, Fernando Guilherme. Tem razão a administração? Ensaio de teoria organizacional e gestão social, Ed. Unijuf, 2022.

Weiss, M. C. (2017). Os desafios à gestão das cidades: uma chamada para a ação em tempos de emergência das cidades inteligentes no Brasil. / The challenges to the cities management: a call for action in times of the emergence of smart cities in Brazil. *Revista De Direito Da Cidade*, 9(2), 788–824. <https://doi.org/10.12957/rdc.2017.27493>